

RENAN PASA

DISPUTAS PELO PODER POLÍTICO EM ERECHIM

(1945-1959)



RENAN PASA

**DISPUTAS PELO
PODER POLÍTICO
EM ERECHIM
(1945-1959)**

AC

ACERVUS

**PASSO FUNDO
2025**

© Renan Pasa, 2025

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagens da 1ª e 4ª Capas

Multidão assiste ao comício do candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas, em Erechim, em 1950. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font

População acompanha comício político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Erechim, em 9 de novembro de 1947. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (UnivR – Itália)

Felipe Cittolin Abal (UPF)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)

Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P277d Pasa, Renan
Disputas pelo poder político em Erechim (1945-1959) [recurso eletrônico] / Renan Pasa. – Passo Fundo : Acervus, 2025.
3 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-5230-052-2.

1. Partidos políticos - Erechim (RS). 2. Política e poder. 3. Candidatos políticos. 4. História regional. I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

Para minha mãe, Zulma Gema Pasa.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha mais profunda gratidão a todos os professores e professoras que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, agradeço à professora Ana, orientadora da dissertação que deu origem a este livro; à professora Isabel, que me guiou no trabalho de conclusão de curso na UFFS; e ao professor Alessandro, cujas observações durante a qualificação foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa. Sem a orientação, a paciência e a experiência de vocês, este livro não teria alcançado a forma que apresenta hoje.

Sou igualmente grato à equipe do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font e da Câmara de Vereadores de Erechim, cuja disponibilidade e apoio foram essenciais para a realização desta obra.

Agradeço, de coração, aos meus irmãos Rogério, Marcelo e Simone, pelo incentivo constante e pelo apoio incondicional ao longo de todo este processo. À Alana, deixo minha profunda gratidão pela compreensão e pelo carinho durante os momentos em que precisei me afastar para me dedicar a este trabalho.

Lista de siglas e abreviaturas

ADP	Ação Democrática Popular
AMAU	Associação dos Municípios do Alto Uruguai
ED	Esquerda Democrática
FD	Frente Democrática
FDE	Frente Democrática de Erechim
FU	Frente Única
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEC	Liga Eleitoral Católica
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
NUPERGS	Núcleo de Pesquisa da Política - UFRGS
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRL	Partido Republicano Liberal
PRP	Partido de Representação Popular
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDA	Partido Social Democrático Autonomista
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
USB	União Social Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. A NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO (1945-1950): A CONJUNTURA LOCAL	25
1.1. Organização partidária nacional e estadual:	30
PSD, PTB, UDN, PL, PRP	32
1.1.1. Partido Social Democrático (PSD)	32
1.1.2. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Social Brasileira (USB)	35
1.1.3. União Democrática Nacional (UDN)	40
1.1.4. Partido Libertador (PL)	42
1.1.5. Partido de Representação Popular (PRP)	44
1.1.6. Demais partidos	45
1.2. Cenário político-partidário na região do Grande Erechim	46
1.2.1. Referências socioeconômicas regionais	51
1.2.2. Primeiras eleições federais em Erechim (1945): apenas um candidato erechinense	55
1.2.3. Eleição estadual de 1947: o crescimento do PTB	74
1.2.4. Eleição municipal de 1947: a única vitória pessedista	80

II. ASCENSÃO DO PTB AO EXECUTIVO E LEGISLATIVO	
ERECHINHENSE	91
2.1. Eleição federal e estadual de 1950: o PTB local apresenta dois candidatos federais	92
2.2. Eleição municipal de 1951: a carta de João Caruso	104
2.3. Eleição estadual de 1954: Rodrigo Magalhães dos Santos e Eduardo Pinto desligam-se do PTB	123
2.4. Eleição municipal e federal de 1955: Mandelli Filho eleito vereador com 11,06%	137
III. A ÚLTIMA VITÓRIA PETEBISTA EM ERECHIM	167
3.1. Eleição estadual de 1958: fragmentação do Diretório municipal do PRP	168
3.2. Eleição municipal de 1959: o choque das candidaturas majoritárias petebistas	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	217

INTRODUÇÃO

A fim de analisar as disputas eleitorais que ocasionaram a busca pelo poder político em Erechim, bem como quais foram as lideranças políticas erechinenses que despontaram após a democratização do país, esta pesquisa tem como recorte temporal o ano de 1945, momento que marca a primeira eleição após os longos governos de Getúlio Vargas, até o ano de 1959.

Considerando, de acordo com Reckziegel (1999, p. 20), que “o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas”, o estudo da história regional pode “revelar também aspectos que não foram previamente observados ao nível das análises mais amplas”. Nesse sentido, nosso recorte espacial considera o *Grande Erechim*¹, região que constituía o muni-

¹ Em alusão à obra intitulada *O Grande Erechim e sua História* de Antônio Ducatti Neto.

cípio de Erechim durante o recorte temporal desta pesquisa. Essa observação é necessária, pois, aos leitores desavisados, o recorte espacial pode ser equivocadamente compreendido, abrangendo somente os limites político-administrativos atuais do município de Erechim.

Durante a década de 1950, como veremos no desenvolvimento deste trabalho, nosso recorte espacial sofreu fragmentações. Contudo, estas divisões, que elevaram os antigos distritos ao nível de municípios, mantiveram-nos econômica e politicamente vinculados, até hoje, a Erechim. Dessa forma, o atual município é considerado um polo regional.

Erechim, como grande parte dos municípios gaúchos e brasileiros, foi sendo desmembrado recebendo novas feições. Para melhor situar, no Mapa 1 (na página seguinte), apresentamos a localização de Erechim e seus limites atuais (2020). A cidade está inserida dentro da região que compunha grande parte dos ex-distritos do *Grande Erechim*. Na parte inferior deste mapa, é apresentada a localização da região na perspectiva do Brasil e do Rio Grande Sul.

Inicialmente, propusemos a análise dos discursos legislativos ocorridos na Câmara de Vereadores de Erechim entre os anos de 1956 até 1964. Trata-se do período que marcou o início da segunda e o final da terceira administração trabalhista no município, bem como a consolidação e posterior enfraquecimento da força política petebista local. Para o Executivo, o PTB elegeu prefeito e vice-prefeito em três pleitos, já no Legislativo, de 1947 a 1959, pleito após pleito, o partido aumentou o número de representantes.

mas, sim, em ser veículo para uma leitura do regional por meio de uma análise que reconheça a efetiva complexidade da realidade concreta e suas representações, sem, contudo, perder de vista o modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as contêm.

Se a história for concebida como campo de propensões (tendências), então poderemos admitir que a parte — a região — está historicamente inserida nesse quadro. Porém, fenômenos observáveis em nível regional podem pertencer a uma tendência mais ampla — nacional ou mundial — ou constituir exclusivamente uma tendência interna do contexto particular.

No Rio Grande do Sul, entre 1947 a 1964, os dois principais partidos políticos eram de cunho varguista: PTB e PSD, que se alternaram no Executivo estadual. Dessa forma, uma de nossas intenções foi analisar quais eventos teriam ocasionado a manutenção do PTB no poder Executivo e a maioria no Legislativo erechinense durante 12 anos.

Com o estudo individual dos municípios gaúchos e da ampla literatura sobre a política rio-grandense, podemos observar que as alianças partidárias, tendo em vista as especificidades e lideranças locais, nem sempre seguiram a lógica da matriz estadual. Da mesma forma, alguns dos partidos políticos organizados no Rio Grande do Sul não seguiram a matriz federal.

Em termos de fontes documentais, somente a análise dos debates do Legislativo municipal, inicialmente propostos, não dariam suporte para entendermos a nossa principal questão: os meandros das disputas dos poderes Executivo e Legislativo erechinenses. Com isso, ampliamos a pesquisa para outras fontes. Tal escolha nos levou aos seguintes objetivos: observar quem foram os atores políticos locais e as suas votações recebidas; compreender os arranjos políticos nas alian-

ças partidárias; verificar o crescimento ou o encolhimento do capital político de cada sigla; e analisar qual a influência dos representantes erechinenses e seus diretórios partidários em âmbito estadual.

A década de 1960, por si só, fornece conteúdo suficiente para uma pesquisa exclusiva. Portanto, para não entrarmos na análise das disputas ocorridas neste período de grande efervescência política e social, o ponto de partida de nosso recorte temporal se concentra a partir das movimentações políticas para as eleições de 1945 até o pleito municipal de 1959, ano em que o PTB elege pela terceira vez consecutiva, prefeito, vice-prefeito e a maioria dos vereadores.

O caminho percorrido em nossa formação acadêmica e nosso interesse pela temática *política* forneceram as bases para este estudo. O nosso objetivo com o tema é dar foco à história regional.

Para Barros (2022, p. 44):

Estuda-se a região ou a localidade, em muitos casos, porque ela ainda não foi estudada, ou porque foi pouco estudada, ou ainda porque — embora já muito estudada — não foi examinada no que concerne a algum aspecto em especial. As investigações de História Local, enfim, também podem visar o preenchimento de lacunas. Assim como a História procura recobrir todos os recortes de tempo possível, não é de se estranhar que a historiografia também almeje cobrir todos os espaços imagináveis e, dentro dos mesmos espaços, todos os problemas possíveis.

De acordo com Rémond (2003, p. 42):

[...] Ao contrário das histórias gerais, que não descem ao exame das eleições locais, nossos autores estendem às vezes sua curiosidade às eleições municipais ou cantorias, geralmente bastante desprezadas.

Ao fazer um estudo global, eles se interessam naturalmente pelas interações entre as diferentes séries de fatos e, em particular, pelas relações que possam existir entre os comportamentos eleitorais e outros tipos de fatores. Buscam assim, num quadro territorial limitado, responder à pergunta que surge da observação da diversidade das orientações dominantes e de sua estabilidade: interrogando-se sobre as causas, escrutam as correlações que poderiam conduzir a uma explicação.

Fundamental para a criação, manutenção e valorização do espaço, assim como a história das eleições, a história regional muitas vezes foi deixada de lado em detrimento dos considerados grandes eventos históricos. Com isso, sua valorização, sobretudo em uma democracia, onde o poder entregue aos governantes emana de uma ação coletiva do povo, através do voto e do contato, se torna ainda mais importante.

Conforme Barros (2022, p. 48):

A ideia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um lugar que se apresenta, ele mesmo, como sistema — com sua própria dinâmica interna, suas regras, sua totalidade interna — e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo [...]

Ainda Barros (2022, p. 45), “todos os lugares têm a sua história, e essa história merece ser contada. As demandas dos vários locais para que se escrevam suas histórias é infinda, e só isso já assegura à História Local um lugar na Historiografia”.

Com isso, buscamos verificar como os eleitores erechinenses, escolhiam seus candidatos, quando e como o Partido Trabalhista Brasileiro começou a construir seu capital político, além de observar quais

foram as permanências e tendências do engajamento para eleger os candidatos. Para Rémond (2003, p. 24), “as escolhas políticas não são simples decalque das relações de forças entre categorias socioprofissionais. Estas, em primeiro lugar, são múltiplas e estão longe de se entender; só o observador externo pode ter a ilusão de sua homogeneidade”.

Também precisamos considerar que:

Para quem tenta ter uma visão de conjunto e tirar dessas diversas pesquisas alguma conclusão geral, evidencia-se a complexidade do fenômeno eleitoral: ela é de tal monta que desestimula a esperança de descobrir uma causa única que o explique. As mesmas causas geram, segundo as regiões analisadas, efeitos contrários, enquanto uma mesma orientação política pode muito bem aparecer, em duas regiões distintas, como consequência de fatores opostos. De todas as correlações consideradas e observadas, a mais estável continua sendo entre opiniões políticas e crenças religiosas: se ela não é explicativa, ao menos tem uma virtude vaticinadora (RÉMOND, 2003, p. 43).

Da mesma forma, os partidos políticos, depois de formados e organizados não se tornam instituições imóveis. Pelo contrário, segundo Berstein (2003, p. 64-65), “depois que nasce, o partido cria seus próprios órgãos, vive de alguma forma uma existência autônoma, e toma uma direção distinta do grupo que presidiu à sua criação”. Ainda conforme o autor, “aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política” (BERSTEIN, 2003, p. 60).

A mediação política está vinculada ao poder potencial, ou seja, a habilidade de um determinado grupo influenciar outro. Conforme Stoppino (1998, p. 936), o poder potencial é:

a capacidade de determinar o comportamento dos outros. Enquanto o Poder atual é uma relação entre comportamentos, o potencial é uma relação entre atitudes para agir. De uma parte, *A* tem a possibilidade de ter um comportamento cujo objetivo é a modificação do comportamento de *B*. De outra parte, se esta possibilidade é levada a ato, é provável que *B* tenha o comportamento em que se concretize a modificação de conduta pretendida por *A*.

No que se refere à definição do Partido Político, citando Weber, Oppo (1998, p. 898) diz:

é uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele “objetivo” como a realização de um plano com intuitos materiais ou ideais, seja “pessoal”, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente.

Poder e Política, de acordo com Barros (2009, p. 146-147), são indissociáveis. Segundo o autor, “a Política, em sentido mais restrito, e o Poder, em sentido mais amplo, são construídos, percebidos, exercidos, apropriados, imaginados e discursados de modos diferenciados ao longo da História”.

Assim, a política local não deve ser desmembrada e estudada de forma individual. É através da análise dos meandros e atores políticos e sociais, permanências e alterações, tendências e acontecimentos que será possível iluminar questões políticas ainda não abordadas ou elucidadas. Para Berstein (2003, p. 61):

a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma

das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso.

Conforme Rémond (2003, p. 13), “a HISTÓRIA, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança”. Ainda:

o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõem, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (RÉMOND, 2003, p. 13).

Segundo Rémond (2003, p. 29), a “renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências e pelas trocas com outras disciplinas”. Em nosso trabalho, para a análise de nossas fontes, nos aproximamos, entre outras áreas, da Ciência Política e também de disciplinas ligadas ao Jornalismo.

Nossa primeira fonte analisada foram os anais da Câmara de Vereadores do Município de Erechim. Com os debates conseguimos observar o teor dos temas abordados no período inicialmente proposto. Pela quantidade de assentos ocupados pelos trabalhistas, a oposição intrapartidária, aquela que ocorre entre os próprios correligionários, de forma geral, não foi significativa entre os anos de 1956 a 1959. Já na legislatura seguinte, iniciada na década de 1960, considerando as questões históricas de cisões internas do PTB estadual, ocorreram discussões acaloradas entre atores políticos eleitos pela mesma sigla.

Para nos dar suporte e auxiliar numa linha cronológica dos eventos locais, juntamente com a literatura específica do período, a imprensa, sobretudo o periódico *A Voz da Serra*, nos serviu como referência. Da mesma forma, devido à ausência de documentos oficiais de alguns pleitos, também recorreremos à imprensa com o objetivo de analisar os resultados eleitorais, tanto municipais como estaduais e federais.

A necessidade de recorrermos à imprensa para a referida análise surgiu devido ao fato de que os resultados eleitorais disponibilizados no site oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, bem como as lacunas nas pesquisas realizadas no cartório eleitoral, não abrangeram todo o recorte temporal de nossa proposta. Além disso, realizamos a busca dos resultados e atas das convenções partidárias, necessárias para as homologações das candidaturas, no cartório que atende à região de Erechim, Cartório da 20ª e 148ª Zona Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Lá, muito bem recebidos, encontramos os documentos que, apesar de armazenados em caixas identificadas, estavam apenas parcialmente completos, misturados com outros temas/eventos identificados na caixa, ou até mesmo ausentes. Em nossa primeira visita tivemos acesso a toda prateleira com as caixas dos documentos. Já nas visitas seguintes, foram-nos entregues as caixas correspondentes aos nossos pedidos, dificultando assim o acesso às informações que, porventura, estivessem misturadas.

No que tange ao periódico local *A Voz da Serra*, acessamos suas edições no Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, de Erechim. Quando o historiador se debruça sobre uma fonte, sobretudo ligada a veículos de comunicação, faz-se necessário, primeiramente, conhecê-la e situá-la, pois, através destas, não há somente informações imparciais: pelo contrário, suas publicações podem ser carregadas de posicionamentos e parcialidade.

Sobre as vantagens na utilização de periódicos, Espig (1998, p. 274) diz:

O jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo.

Além do mais, em um período em que os jornais eram um dos principais veículos de comunicação, é comum observar questões locais em jornais de cidades vizinhas ou até mesmo mais distantes. Um bom exemplo, e que está presente neste trabalho, é o resultado eleitoral do pleito municipal de 1947. Sem acesso a fontes oficiais, conseguimos aferir o resultado através do periódico *Correio Riograndense*, de Garibaldi, Rio Grande do Sul.

Ainda sobre a utilização de periódicos, Espig (1998, p. 288) alerta para a:

necessidade de uma leitura fina e intensiva deste tipo de fonte. Devemos tentar ler não apenas o texto explícito, mas também o discurso implícito no material analisado. Neste sentido importa conhecermos ou tentarmos desvendar o posicionamento político e ideológico do periódico ao qual nos referimos, considerando de que formas este poderá influenciar o conteúdo jornalístico impresso em suas folhas.

Precisamos considerar que, conforme Abreu (1997, p. 60), “na concepção *construtivista*, a mídia não tem só o papel de descrever uma

realidade objetiva, mas ela também participa da sua construção”, ainda a autora, o “papel da mídia é o de selecionar ocorrências e levá-las ao conhecimento do público. A mídia hierarquiza e atribui importância, valor ou pertinência a um acontecimento que ela torna público”.

Da mesma forma, conforme Silva (2011 apud DIAS, 2014, p. 6):

a mídia atua na elaboração tanto de “acontecimentos emblemáticos” quanto na reelaboração de narrativas que, perpassando categorias temporais, operam na fundação de sentidos do acontecimento no tempo. Essa escrita da história particular se daria a partir de uma inscrição do acontecimento na cena pública e na sua constante re-significação na duração, ao realizar constantemente “usos” sobre um determinado passado.

Com isso, apresentamos a seguir a nossa fonte primária, o periódico *A Voz da Serra*. Segundo Cima (2002, p. 19):

Foi criado em 26 de outubro de 1929 com o nome O Boavistense, sem vínculo partidário ou religioso, por isso um órgão independente. Seus fundadores foram o jornalista Estevam Carraro e sua esposa Gelsomina Noal Carraro. Como primeiro redator teve Souto Neto; primeiro diretor, Plácido Puccini e primeiro gerente, Manoel Pinheiro.

De acordo com Cassol (1979, p. 115), antes de Erechim receber definitivamente o seu atual nome, em 1944, já havia sido denominada como *Paíol Grande* até 1918, *Boa Vista* até 1922, *Boa Vista do Erechim* até 1938, *José Bonifácio* até 1944.

Conforme Zambonato (1997, p. 138), “anos mais tarde, quando Boa Vista do Erechim mudou de nome, O Boavistense passou a denominar-se A Voz da Serra”. O seu diretor, durante o período que

compreende o nosso recorte temporal, 1945 a 1959, conforme impresso na capa das edições consultadas, era Estevam Carraro. Sobre a periodicidade das edições, eventualmente, as publicações não ocorriam nos mesmos dias da semana anterior, embora tenhamos observado pelo menos três edições semanais.

Apesar de não ter se tratado de um jornal político, seu diretor esteve ligado ao diretório municipal do Partido Social Democrático (PSD). No ano de 1955, aliás, conforme as atas enviadas para a homologação dos candidatos para o pleito daquele ano, do Partido Social Democrático (PSD), encontramos o nome de Estevam Carraro, como um dos escrutinadores indicados na votação que consagraria Angelo Emilio Grando como candidato pessedista ao cargo de prefeito municipal.

Sobre os pleitos eleitorais, segundo Santin e Teixeira (2020, p. 1573), são “como um procedimento instrumental da expressão da confiança popular em seus representantes”. Desta forma, o conjunto das fontes nos possibilitou verificar o comportamento dos eleitores erechinenses e as tendências político-partidárias praticadas. Igualmente, conseguimos aferir as alianças realizadas, bem como os resultados que ocasionaram o ciclo trabalhista em âmbito local, além das oscilações do número de eleitores que participaram das eleições.

A temática sobre os pleitos eleitorais, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, já foi abordada por estudiosos de diferentes áreas. A política brasileira também foi tema de pesquisa de inúmeros brasileiros, autores estrangeiros que se debruçam sobre a temática *Brasil*.

Entre brasileiros e estrangeiros, citamos alguns dos autores que compõem nossas referências. Foram fundamentais para a análise da construção do PTB ao nível federal e estadual, as obras das cientistas políticas Mercedes Maria Loguercio Cánepa, autora de *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no*

Rio Grande do Sul (1945-1965), com inúmeras tabelas e levantamentos sobre os pleitos eleitorais; bem como a apresentação do panorama político e a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro presente em *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, de Lucília de Almeida Neves Delgado.

Da mesma forma, as obras dos historiadores brasilianistas, Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*, e Carlos E. Cortés, *Política Gaúcha: 1930-1964*, sustentaram a contextualização do período, permitindo-nos compreender o funcionamento da política partidária e a formação, com o final do Estado Novo, dos novos partidos políticos.

Foi possível verificar, através de fontes diversas e também na origem de fundação dos municípios vizinhos, que Erechim, entre 1945 e 1964, foi constantemente demandada por desmembramentos por parte de seus distritos. Dessa forma, muitos dos atores que exerceram mandatos eletivos ou cargos políticos no município, representando suas comunidades, fomentaram emancipações, passando a desempenhar funções políticas nas áreas emancipadas. Com isso, muitos nomes que aparecem no início da pesquisa, deixam de ser mencionados no decorrer do trabalho, uma vez que transferiram suas atividades para seus locais de domicílio.

O livro está estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado *A nova configuração político-partidária no contexto da democratização (1945-1950): conjuntura local*, buscamos apresentar, de forma geral, a estrutura partidária do período pós-Estado Novo e o posicionamento dos partidos na nova estrutura democrática. No contexto do *Grande Erechim*, apresentamos, com base em fontes jornalísticas e bibliográficas, a maneira como estavam engajados os atores políticos e sociais na organização dos comitês partidários, sobretudo para o pleito de 1945, e, conseqüentemente, as movimentações pró-candidatura

de Getúlio Vargas. Da mesma forma, abordamos dados econômicos e demográficos que caracterizam o nosso recorte espacial.

Ainda no mesmo capítulo, analisamos quem foram os representantes erechinenses ao pleito federal de 1945 e ao pleito estadual de 1947. Na sequência, nas eleições municipais ocorridas no final de 1947, avaliamos os resultados dos candidatos e alianças partidárias para a primeira disputa ao Legislativo e Executivo.

No segundo capítulo, intitulado *Ascensão do PTB ao Executivo e Legislativo erechinense*, nosso foco passou a ser o início do ciclo petebista em âmbito municipal. Observamos as eleições municipais de 1951 e 1955, relacionando-as com os resultados e eventos de outros pleitos: a eleição concomitante, estadual e federal, de 1950; do pleito estadual de 1954; e do pleito federal de 1955, ocorrido no mesmo dia das eleições municipais. Da mesma forma, buscamos, através da imprensa, verificar as estratégias, alianças, conflitos individuais e migrações partidárias ocorridas entre os atores políticos erechinenses.

Nossa análise política, no terceiro capítulo, intitulado *A última vitória petebista em Erechim*, se refere aos pleitos estadual de 1958 e municipal de 1959. O título deste capítulo diz respeito à última vitória, em pleitos municipais, conquistada pelo PTB. No que tange às eleições estaduais de 1958, além dos resultados, são analisadas as questões internas do diretório perrepista, que levaram ao choque as lideranças de Rodrigo Magalhães dos Santos e João Busatta, bem como a influência exercida, no diretório do PRP local, por João Caruso, devido à aliança estadual entre PTB e PRP.

Por último, nas considerações finais, além da análise geral, abordamos de forma mais superficial alguns pontos referentes ao pleito federal de 1960 e também das votações obtidas por João Caruso e José Mandelli Filho nas disputas em que concorreram. Do mesmo modo, apresentamos algumas das características do corpo legislativo eleito

nas eleições municipais de 1963, ano em que Eduardo Pinto foi eleito prefeito pelo PL, rompendo assim o ciclo de 12 anos consecutivos de PTB no poder Executivo de Erechim.

Com a análise das disputas pelo poder político em Erechim, há a possibilidade de verificar a lógica político-partidária e de apresentar algumas das articulações ocorridas no período em questão. Se ampliarmos o olhar para todos os municípios desmembrados de Erechim, a presente pesquisa fornece a compreensão de possíveis acordos para a emancipação destes. A respeito, estritamente, do município atual de Erechim, nosso trabalho contribui para apresentar a rica representatividade parlamentar que teve na década de 1950. Assim, com um olhar crítico sobre os eventos e personalidades, buscamos a valorização da história regional.

CAPÍTULO I

A NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO (1945-1950):

a conjuntura local

Neste capítulo, primeiramente, buscamos verificar como ocorreu a estruturação partidária, de modo geral, em âmbito nacional e estadual. Contudo, nosso foco principal foram os partidos que disputaram cargos eletivos em Erechim, sendo os principais: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Libertador (PL) e Partido de Representação Popular (PRP).

Na sequência, antes de nos aprofundarmos nos pleitos e na organização política erechinense, situamos nosso recorte espacial, apresentando dados geográficos, demográficos e econômicos do período que engloba nosso recorte temporal.

Os anos 1930 foram conturbados para a economia e para a organização social que colocou fim na República Velha. Foram anos de exceção, pois em 1935, com a Lei de Segurança Nacional, segundo Skidmore (1975, p. 42), o governo possuía “poderes especiais para

reprimir atividades políticas ‘subversivas’”, e, em 1937, com o golpe e instalação do Estado Novo, as eleições foram suspensas, bem como as organizações partidárias. Assim, teve início o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Até então, os partidos em vigor guardavam as características da República Velha: tratavam-se de agremiações regionais.

Com o fim do Estado Novo e a democratização iniciada ainda durante o governo de Vargas, novos partidos políticos foram criados. No período, a principal referência política desta nova organização, sem dúvida, foi o próprio Getúlio. Quanto à relevância desse processo, de acordo com Hippolito (2004, p. 22), não importava “se esses partidos haviam sido criados por ele, ou se nasceram *contra* Vargas”.

Ao fim do Estado Novo, a habilidade política de Vargas o fez iniciar a reestruturação do campo político nacional. Conforme Skidmore (1975, p. 62), “o sistema ‘não-político’ do Estado Novo oferecia o veículo perfeito para os seus grandes talentos de conciliação e manipulação, que por sua vez dependiam de contato altamente pessoal, com adversários e aliados”. Assim, de acordo com Queler (2016, p. 2), “os partidos políticos, até então banidos sob a acusação de causar divisões e desordens, ressurgiram”.

Segundo Delgado (1989, p. 25), “o ano de 1945 tem um significado especial na história política brasileira, pois tornar-se-ia um marco relevante no processo de desmantelamento do Estado Novo”. Conforme Batistella (2020, p. 16):

com as articulações da oposição e com a eclosão de manifestações mais veementes a favor do regime democrático, sucederam-se dois acontecimentos emblemáticos, sinalizando que o Estado Novo estava em seu epílogo: a) no final de 1944 é lançado o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à sucessão de Vargas e começou-se a especular o nome do general Eurico Gaspar Dutra como outro candidato à suces-

são; b) em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes.

Ainda Batistella (2020, p. 17):

o governo adotou uma série de medidas estratégicas. Primeiramente, a 28 de fevereiro de 1945, decretou o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Congresso Nacional; em seguida, no dia 18 de abril, decretou anistia geral a seus adversários políticos; posteriormente, a 28 de maio de 1945, o governo decretou a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), no qual marcou as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamentou o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da referida lei era a obrigatoriedade, pela primeira vez na história republicana, da formação de partidos de caráter nacional.

Quanto à necessidade da formação de partidos de caráter nacional, de acordo com Bodea (1992, p. 14):

Este dispositivo visava não apenas evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos que tinham bases essencialmente estaduais e defendiam um programa federalista e outros princípios derivados do liberalismo clássico.

Como estratégia, Getúlio Vargas anunciou que não iria se candidatar e, em seguida, lançou, conforme Skidmore (1975, p. 74):

[...] um movimento para indicar a candidatura do Ministro da Guerra, General Dutra, o que foi interpretado pela oposição como tática diversionista de Vargas. Apoiando um candidato “governista”, que era eminentemente aceitável para o corpo de oficiais do Exército, o ditador poderia influenciar a política do seu sucessor.

Em meio às indicações dos candidatos, iniciou-se um movimento para que Getúlio Vargas se mantivesse no poder para a escolha da assembleia que elaboraria uma nova constituição. De acordo com Bandeira (1979, p. 33):

sensibilizados pelos benefícios que a legislação do trabalho e da previdência social lhes trouxe ou lhes traria, os novos setores urbanos e o movimento sindical, que poderiam fornecer a base para um partido socialista ou social-democrata, animaram o movimento *queremista*, ao que os comunistas deram sua adesão, em favor de que o próprio Vargas encaminhasse o retorno do país à legalidade, reunindo-se a Assembleia Constituinte sob sua égide.

O *queremismo*, conforme Queler (2016, p. 18), tratava-se “de neologismo derivado do *slogan* ‘Queremos Getúlio’ pelos opositores do então presidente para combater os manifestantes favoráveis à sua permanência no poder”. Porém, ainda segundo o autor:

os sujeitos que reivindicavam a candidatura presidencial de Vargas ou sua participação em futura Assembleia Constituinte, foram capazes de ressignificar o conceito de *queremismo*. Percebendo seu potencial unificador, eles trataram de inverter seus significados desabonadores e transformá-lo em símbolo de identificação política e de valorização dos trabalhadores (QUELER, 2016, p. 19).

Contudo, a indicação do irmão de Getúlio, Benjamin Vargas, ao cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, gerou insatisfação aos militares. Assim, conforme Skidmore (1975, p. 77), o general Góes Monteiro “mobilizou a opinião dos oficiais em prol do apoio a um golpe para depor o enigmático presidente”. Na expectativa de resolver o impasse, o Ministro da Justiça de Vargas, Agamemnon Magalhães, sem sucesso, tentou uma conciliação com Góes Monteiro.

Ainda segundo Skidmore (1975, p. 78), o desfecho da situação foi a emissão induzida de Vargas, de um “comunicado, esclarecendo que havia aquiescido em sua própria deposição”. Assim, mais uma vez, os rumos da política brasileira foram definidos pelos militares.

A democratização já estava cimentada. Com Vargas afastado, Góes Monteiro, o articulador de sua derrubada,

consultou então os dois candidatos à presidência, Eduardo Gomes e Dutra, sobre a questão da escolha de um presidente interino. Ambos concordaram que deveria ser, como vinham pregando os líderes da UDN (“todo o poder ao Judiciário”), o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Góes Monteiro não deixou dúvidas de que as eleições nacionais seriam realizadas a 2 de dezembro, como programado (SKIDMORE, 1975, p. 78-79).

Para Flach e Cardoso (2007, p. 59), “o período compreendido entre 1945 e 64, denominado por alguns autores como ‘democracia populista’, representou uma fase de grande efervescência no cenário político nacional”.

Durante os 15 anos que sucederam a Revolução de 30, Vargas governou o país, aperfeiçoou suas habilidades de exímio negociador e pavimentou o terreno para o seu retorno. O objetivo principal das alianças que ora estavam a seu favor, ora não, era a manutenção do

poder. De acordo com Cortés (2007, p. 172), podemos observar a estratégia getulista: tendo em vista “sua política de equilíbrio — uma prática comprovada pelo tempo — de nunca permitir que um só grupo ou partido ganhasse muita força ou se tornasse sua única fonte de apoio, Vargas fundou dois partidos”.

Em seu Estado natal, Rio Grande do Sul, Vargas, apesar das tentativas, não teve êxito na união entre suas criações, PSD e PTB. Aqui, os partidos ocuparam lados opostos e encabeçaram as disputas pelo Executivo estadual durante todo o período que se seguiu após o Estado Novo até 1964. Já nas disputas municipais, pode-se observar que as alianças envolvendo as siglas foram as mais diversas.

1.1. Organização partidária nacional e estadual: PSD, PTB, UDN, PL, PRP

De acordo com Delgado (1989, p. 28), “a partir de 1944, o processo de mudança tornava-se cada dia mais inevitável. A preservação dos privilégios políticos e dos instrumentos de poder dos aliados de Vargas carecia de ser articulada em novos níveis”.

Como visto, a reorganização dos partidos políticos havia iniciado antes da deposição de Vargas, inclusive com a participação do próprio ex-presidente. O período inaugurado após o afastamento de Vargas do poder e, conseqüentemente, o fim do Estado Novo, permitiu a continuidade, com alguns ajustes, do cronograma do primeiro pleito eleitoral.

Nessa nova fase da democracia brasileira, de acordo com Flach e Cardoso (2007, p. 59):

constituíram-se vários partidos, tanto os chamados “grandes partidos nacionais”, como a União Demo-

crática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), quanto os pequenos, do ponto de vista nacional, mas que possuíam força eleitoral em determinadas regiões do país, como o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Republicano (PR) entre outros.

Para Cánepa (2005, p. 103), “o Código Eleitoral, exigindo a organização dos partidos em âmbito nacional [...] determina um grande esforço de articulação por parte das forças partidárias”.

De acordo com Oliveira (2008, p. 35):

antes dessa Lei ser concluída, várias facções pré-partidárias começaram a se organizar pelo Brasil. Nesse cenário surgiram pequenos partidos de estruturação efêmera, sendo que alguns foram produtos de dissidências de grupos existentes, outros de tendência esquerdizantes. Alguns representaram até mesmo uma posição ideológica difícil de ser identificada. Nenhum deles apresentou-se como representante da direita, a não ser o Partido de Representação Popular (PRP), que passou a se autoafirmar democrata.

Durante o período que engloba nosso recorte temporal, segundo Batistella (2020, p. 17), “os três principais partidos políticos brasileiros foram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN)”.

Para uma melhor organização na estrutura deste trabalho, na apresentação dos principais partidos presentes na pesquisa, optamos pela divisão em tópicos exclusivos a cada uma das siglas mais relevantes (PSD; PTB; UDN; PL; PRP), além de um último, abordando os demais partidos.

Partido Social Democrático (PSD)

O PSD, fundado em 17 de julho de 1945, nasceu da estrutura do Estado Novo, mantendo fortes laços com Getúlio Vargas. Segundo Gomes (2005, p. 299), “é possível concluir também que, pelo menos desde março, estava decidido que este partido apoiaria Eurico Gaspar Dutra como candidato à presidência da República”.

Conforme Delgado (1989, p. 28):

teria seus antecedentes enraizados na máquina administrativa do governo Vargas, a nível federal, e nas interventorias, na esfera estadual, o que possibilitaria ao partido já nascer controlando uma sólida infraestrutura administrativa-clientelista, nos diversos Estados da federação.

Segundo Bodea (1992, p. 15):

O próprio nome parece ter sido escolhido para atrair o voto urbano e dar esta conotação reformista. Entre seus fundadores, destacam-se os principais intervenientes do Estado Novo, entre eles Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, e Amaral Peixoto, governador do estado do Rio de Janeiro.

Para Oliveira (2008, p. 44), “a mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases socioeconômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, [...] que facilitou a estruturação do partido”. De acordo com Szatkoski (2003, p. 55):

o PSD foi o maior partido do Brasil no período, o que mais obtinha votos. Foi nesse período de afirmação político-partidária que políticos como o paulista Ulisses

Guimarães, o mineiro Tancredo Neves (ministro da Justiça de Vargas em 1953) e Juscelino Kubitschek começaram a fazer parte do cenário da política nacional.

Referente à sua classificação, de acordo com Fleischer (1981, p. 59 apud BATISTELLA, 2020, p. 22), o PSD era um partido conservador e “representava os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro”. Além do mais, para Batistella (2020, p. 22), “em outras palavras, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do novo regime: os trabalhadores”.

Conforme Delgado (1989, p. 28), “o PSD romperia com o centralismo político do Estado Novo ao se assentar, prioritariamente, em bases estaduais que se tornariam mais independentes do governo central na medida em que avançava o processo de democratização”.

No Rio Grande do Sul, a formação do PSD “em linhas gerais, não difere do que tem sido observado como característica essencial desse partido em âmbito nacional: partido organizado basicamente em torno das interventorias estaduais” (CÁNEPA, 2005, p. 103). Para Flach e Cardoso (2007, p. 62), “as principais lideranças no período de sua estruturação foram Protásio Vargas, Ernesto Dornelles, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa”. De acordo com Bodea (1992, p. 19), esses nomes:

[...] são figuras dominantes do PSD gaúcho na sua primeira convenção regional, realizada em julho de 1945. Nesta convenção começa a se delinear, no entanto, o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo “populista” do outro. A expressão máxima destes últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação

Férrea do Rio Grande do Sul e que detinha forte liderança sobre a massa dos ferroviários gaúchos.

De acordo com Flach e Cardoso (2007), devido a disputas internas entre “elitistas e populistas” originou-se o grupo denominado “ala trabalhista”. Esta disputa, mais tarde, ajudaria na formação e organização do Partido Trabalhista Brasileiro.

Liderada por José Diogo Brochado da Rocha, a Ala Trabalhista também contava com pessoas ligadas à máquina administrativa e com sindicalistas. Devido à cúpula pessedista ter aderido à candidatura de Eurico Gaspar Dutra, no entanto, a Ala Trabalhista se distanciou do partido e ingressou no movimento queremista.

Em referência à deposição de Getúlio, Fernando Ferrari (1961, p. 3), político que exerceu liderança dentro do Partido Trabalhista Brasileiro e que viria a se tornar um dissidente e fundador do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), sobre o PSD, afirmou que “o lançamento no cenário político deste partido conservador não o concilia, entretanto, com as facções liberais”. Nascia, assim, o golpe de outubro de 1945.

Na primeira eleição presidencial, após o fim do Estado Novo, segundo Cortés (2007, p. 183), o PSD “compreendeu que suas esperanças para eleger Dutra, dependiam da obtenção do apoio de Vargas para atrair o voto da classe trabalhadora urbana”. Em demorada decisão, João Neves da Fontoura em defesa do apoio a Dutra, “argumentado que essa era a única maneira de evitar uma vitória de Gomes e da UDN”, convenceu Vargas a apoiar o candidato pessedista (CORTÉS, 2007, p. 185).

A ligação do partido “com as forças governistas locais garantiu ao PSD gaúcho a sua estruturação em todos os municípios gaúchos para as eleições de 1945” (OLIVEIRA, 2008, p. 40). Apesar de Getúlio

lio tentar manter unidos PTB e PSD, ainda conforme Oliveira (2008, p. 213), “a partir da década de 1950 até a de 1960, o PSD gaúcho foi visto como um dissidente político-partidário por todo Brasil, ao não seguir as orientações políticas do diretório nacional nos períodos eleitorais, gerando grandes tensões dentro do diretório nacional”.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Social Brasileira (USB)

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim como o PSD, é fruto dos interesses políticos de Getúlio Vargas. No insucesso de criar um único partido que abrangesse classes distintas, de acordo com Gomes (2005, p. 300):

A definição do formato do PSD praticamente estabelecia os contornos do outro partido “*situacionista*”. Ele deveria reunir as novas lideranças sindicais que, por sua vez, também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. O PTB, neste sentido, nasceu ao mesmo tempo que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo.

Sobre a formação do PTB, Delgado (1989) apresenta o ponto de vista de dois autores: Moniz Bandeira, um trabalhista, e Afonso Arinos Franco, um udenista. O primeiro sugere que:

O PTB nasceu numa das vertentes da ditadura de Vargas, quando o Estado Novo agonizava, e alicerçou sua organização no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciaram. O aparelho sindical, montado a partir de 1930, serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de uma central operária, sua fonte de poder (BANDEIRA, 1977, p. 25 apud DELGADO, 1989, p. 31).

Afonso Arinos Franco chegou à mesma conclusão, “influenciado por sua formação udenista” (DELGADO, 1989, p. 31). Para Arinos:

O PTB nasceu dentro dos palácios presidenciais e no Ministério do Trabalho, robusteceu-se com a seiva retirada aos sindicatos oficiais de trabalhadores, contratados pelas autoridades, obteve recursos financeiros para a sua organização e formidável publicidade com magnatas notoriamente chegados ao governo e possivelmente com verbas oficiais (FRANCO, 1974, p. 91 apud DELGADO, 1989, p. 31).

Existe, ainda, a hipótese de que o Partido Trabalhista Brasileiro teria sido, unicamente, criado para cooptar o eleitorado que tendia a ingressar ou votar no Partido Comunista. No entanto, de acordo com Gomes (2005, p. 300):

pode-se descartar com segurança a versão de que a criação do PTB tenha sido uma “*invenção de última hora*”, voltada especificamente para funcionar como um contrapeso à força crescente e surpreendente do Partido Comunista. Certamente o PTB foi criado como a melhor opção para o trabalhador brasileiro. Nesse sentido, era uma cunha entre a classe trabalhadora e o comunismo, mas não um partido cujos móvel e sentido fossem o anticomunismo. Por isso, poderia e deveria manusear habilmente sua posição, realizando amplas alianças políticas. Sua ambivalência dentro do espectro de posições políticas possíveis não era um sinal de indefinição. Ao contrário, ela indicava justamente o tipo de opção que estava sendo construído.

Contudo, apesar de sua variável não ser o anticomunismo, houve quem afirmasse que o PTB poderia ser fortalecido pelo “medo comunista”, principalmente após os resultados dos pleitos de 1945 e

1947. Embora o PTB “atuasse no Congresso, através de suas lideranças, contra a cassação do PCB, havia por parte de certos getulistas a convicção de que o medo comunista precisava aumentar para que o PTB pudesse crescer” (D’ARAUJO, 1996, p. 49).

O PTB foi “fundado em um contexto no qual a oposição fazia uma forte campanha antigetulista e antiEstado Novo”. Dessa forma, o partido “se propunha a defender as leis trabalhistas herdadas do antigo regime”. Era a estratégia de Vargas para “cultivar sua popularidade entre os trabalhadores e os sindicatos, unindo Presidente e operários em um único partido político” (DELGADO 1989, p. 35).

Como é de se esperar, dentro de um partido ou instituição, diante de debates e contextos vividos, é possível (e, em uma democracia, se faz necessário) haver pluralidade de ideias. Nesse sentido, Soares (1973 apud DELGADO, 1989, p. 59), apresenta duas tendências atuantes dentro do PTB:

- 1 - Os getulistas, ligados especialmente ao Ministério do Trabalho (neste grupo incluem-se os trabalhistas e sindicalistas oficiais);
- 2 - Os doutrinários ideológicos, que se articulavam principalmente através de uma orientação trabalhista socializante, que pregava uma maior desvinculação ao aparelho de Estado.

Segundo D’Araujo (1996, p. 45), “a política interna do PTB e as contínuas disputas pelas posições de mando escapavam ao controle do próprio Getúlio. De outro lado, ficava clara a ambivalência da família Vargas entre fortalecer o PTB ou o PSD”.

No que tange à tendência doutrinária ideológica, o gaúcho Alberto Pasqualini exerceu um papel fundamental, sobretudo nas características que o PTB gaúcho tomara. Pasqualini, conforme Angeli (2020a, p. 561), além de ter concorrido ao governo do Estado nos

pleitos de 1947 e 1954 e eleito senador em 1950, havia sido “vereador em Porto Alegre entre 1936 e 1937, membro do Departamento Administrativo do Estado entre 1939 e 1943, secretário de Interior e Justiça entre 1943 e 1944”.

Com a democratização, Pasqualini, liderou a União Social Brasileira (USB), um movimento que, segundo Fernando Ferrari (1961, p. 7-8), possuía em sua organização “intelectuais gaúchos e propugnava por reformas políticas baseadas no solidarismo e no cooperativismo. Criado o PTB, ele, da velha cepa libertadora, encontrou em suas águas o ambiente natural para o curso de suas ideias”.

O movimento liderado por Pasqualini se funde ao PTB em 1946 (CÁNEPA, 2005, p. 109). Essa fusão, sobretudo para o PTB no Rio Grande do Sul, foi bastante significativa. Conforme Bodea (1992, p. 28 apud CÁNEPA, 2005, p. 109):

De fato, a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter distintivo no seio do PTB nacional: era a única secção que absorveria um movimento de esquerda — claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária. A USB ocupava, de fato, pelo menos uma parcela do espaço político reservado à Esquerda Democrática em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de uma esquerda democrática que optou por integrar-se no PTB e não na UDN, ao contrário do que ocorria em nível nacional. Ao nível regional, a consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular” ou simplesmente “legenda popular” como tendia a ser nos estados do centro do país. Por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Sul [...].

No final da década de 1950 e início da década de 1960, uma dissidência intrapartidária petebista surge da escolha do candidato a vice-presidente ao pleito de 1960. Florescia, assim, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), liderado por Fernando Ferrari, inicialmente como um movimento em torno da candidatura de Ferrari e posteriormente como partido político organizado.

Em seu livro *Minha Campanha*, Fernando Ferrari (1961, p. 6), realizou duras críticas a João Goulart e Leonel Brizola. Falando sobre a aliança para a primeira eleição presidencial após o suicídio de Vargas, na constituição da chapa composta por Juscelino Kubitschek, do PSD, para o cargo de presidente, e pelo próprio Goulart para o cargo de vice-presidente, Ferrari expõe que, na união entre os partidos, “[...] já se revelava de maneira patente o sentido unipessoal e caudilhesco da ação de Goulart”.

Sobre Brizola, a quem Ferrari atribui o comando dos ataques que passou a sofrer no final da década de 1950, diz:

a figura irrequieta do Governador Leonel Brizola, espécie de *gaúcho malo* da campina, sempre temeroso de que alguém lhe pisasse o poncho. A intemperividade de seu temperamento, sua formação caudilhesca e seu parentesco com o presidente do PTB atribuíam-lhe razões de sobejo, no seu entender, para arvorar-se procurador *urbi et orbi* da defesa do cunhado [...] (FERRARI, 1961, p. 61).

João Goulart, ou Jango, chegara à direção trabalhista, em 1952, por intermédio do próprio Getúlio Vargas. Sua relação com Vargas tinha as raízes no Rio Grande do Sul. De acordo com D’Araujo (1996, p. 91), Goulart:

era um desconhecido na política nacional e por isso mesmo os petebistas de vários matizes viram sua indicação para a presidência do PTB apenas mais uma solução transitória. Foi recebido por todos como um presidente de partido fraco e, portanto, passível de ser manobrado. Não se deu então a devida importância ao fato de ter sido ele o “escolhido”. Era a primeira vez que Vargas declinava publicamente suas preferências, e, não acaso, Jango jamais deixaria o cargo, até que fosse cassado em 1964.

Sobre a forma de organização das convenções petebistas de 1957, Ferrari (1961, p. 27) destaca que foi “formada por dois delegados de cada Estado ou Território, quase sempre escolhido a dedo, direta ou indiretamente pelo Presidente do Partido, que ocupa cargo vitalício”. Na sequência, Ferrari afirma que reforçou suas convicções “repetidas vezes, de que o PTB não é um partido democrático”.

Assim, na visão de Ferrari, o Partido Trabalhista Brasileiro estava sendo dirigido de forma imposta, ou seja, de cima para baixo. Não havia possibilidade de sucesso político sem estar ligado aos dirigentes, que, segundo ele, possuíam atitudes caudilhescas.

No passado, como no presente, tendo em vista os interesses individuais ou coletivos da direção, após ser criado, um partido pode tomar um rumo distinto do grupo que o estabeleceu. Dentro de suas organizações, Getúlio Vargas possuía ou buscava o monopólio do poder. Neste sentido, o PTB, durante a sua existência, manteve a estratégia de poder de Getúlio: a direção concentrava as decisões em suas mãos.

União Democrática Nacional (UDN)

Segundo Berstein (2003, p. 67), “para que nasça um partido, é necessário [...] que, no interior do movimento evolutivo constatado,

se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações”.

De acordo com Maria Victoria Benevides (1983, p. 8 apud DELGADO, 1989, p. 26), a UDN, assim como o PTB e PSD, também teria sido criatura de Vargas:

[...] pairando acima dos partidos e pessoalmente identificado com o Estado... o ex-ditador cria simultaneamente um partido de patrões e um partido de trabalhadores e ainda provoca um surgimento de um terceiro, fundado unicamente para combatê-lo.

Segundo Szatkoski (2003, p. 55), “a UDN era arqui-inimiga dos partidários do getulismo. Aceitou, *a priori*, até estabelecer um diálogo com socialistas democráticos, que, contudo, acabaram se afastando e fundando o PSB”.

Na primeira eleição, após o longo período em que Vargas esteve no poder, a UDN apresentou o seu candidato, o brigadeiro-do-ar, Eduardo Gomes. Conforme Cortés (2007, p. 172):

A oposição formou a União Democrática Nacional (UDN) [...]. Basicamente uma coalizão da classe média, a UDN apoiou o tradicional liberalismo político, liberdades civis e moralidade no governo; sua força unificadora, que galvanizava os militantes, provinha da antipatia em relação a Vargas e ao Estado Novo.

No primeiro capítulo da obra *Juscelino & Jango, PSD & PTB*, Jurema (1979, p. 15) escreve: “foi o Brigadeiro Eduardo Gomes quem lançou o grito: ‘O preço da liberdade é a eterna vigilância...’ Com esse grito formou-se a UDN, em 1945”. Assim, Gomes “aglutinou, de logo, estudantes, professores, empresários, banqueiros, elites inte-

lectuais, representantes das profissões liberais. Quem não estava com Vargas estava contra Vargas, na UDN. Só não havia mesmo era povo, na UDN” (JUREMA, 1979, p. 15).

De acordo com Szatkoski (2003, p. 56):

Os políticos da UDN detestavam greves e mobilizações sindicais, acusavam os sindicalistas e grevistas de subversivos, movimentos esses considerados “vermelhos antipatrióticos”, como se referiam aos comunistas. Também tinham uma excelente oratória, vestiam-se bem e, em sua maioria, tinham concluído cursos superiores, razão pela qual a UDN ficou conhecida como o “Partido dos Bacharéis”.

Sobre a formação udenista, Flach e Cardoso (2007, p. 60) expressam que o partido “caracterizou-se como principal força de oposição a Vargas, agregando setores da oligarquia, da burguesia-liberal e até elementos da esquerda democrática não ligados ao PCB”.

Conforme Cortés (2007, p. 175), Oswaldo Aranha e Flores da Cunha ajudaram na fundação da UDN em âmbito nacional, cabendo a Flores da Cunha a sua organização em âmbito estadual. Já Borges de Medeiros, por conta de legislação, que proibia a formação de partidos regionais, impedindo o renascimento do Partido Republicano Riograndense (PRR), “associou-se à UDN, restabelecendo sua velha amizade com Flores”.

Partido Libertador (PL)

O Partido Libertador (PL), herdeiro dos federalistas, com mais de 50 anos de lutas, tinha como sua maior liderança o gaúcho Raul Pilla. Consequentemente sua maior força estava concentrada no Rio

Grande do Sul. De acordo com Cortés (2007, p. 70), se para Borges de Medeiros e Flores da Cunha “a união com a UDN era confortável e natural”, Raul Pilla “rejeitava a integração num partido liderado por Flores, seu antigo inimigo”.

Apesar de ter conseguido organizar o PL em âmbito nacional como solicitava a lei, o partido, segundo Cortés (2007, p. 175), “continuou sendo um fenômeno exclusivamente gaúcho. Um exemplo disso foi que nas eleições de 1945 para o Congresso, os libertadores tiveram 51.324 votos no Rio Grande do Sul e só 6.017 no restante do país”.

De acordo com Bodea (1992, p. 18), “o PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista”.

Conforme Cánepa (2005, p. 105), “antigos membros do último diretório central do PL” elaboraram um documento, publicado no *Correio do Povo*, advertindo os libertadores para que não assumissem compromissos com candidatos ao pleito de 1945. O documento continha as assinaturas de “Walter Jobim, Oscar Fontoura, Alberto Pasqualini, Luiz P. Prates, José Máximo dos Santos e Orlando Serrano”. Ainda segundo a autora, com exceção de Pasqualini, todos ingressariam no PSD.

Apesar do documento publicado pelos antigos libertadores, Pilla não os reconhecia como representantes do PL. De acordo com Cánepa (2005, p. 105), Pilla afirma que o partido “aparentemente deixou de existir, antes do decreto do governo que o dissolvia, quando a maioria do seu Diretório aceitou a Ditadura e lhe deu a sua colaboração”.

Segundo Cortés (2007, p. 176), “diferente do velho PL, que havia deixado em aberto a questão do parlamentarismo versus presidencialismo, o novo PL estabeleceu o parlamentarismo como sua

base ideológica”. Nas eleições de 1945, Pilla apoiou a candidatura de Eduardo Gomes.

Partido de Representação Popular (PRP)

O integralismo de Plínio Salgado, com a democratização, estava representado pelo Partido de Representação Popular (PRP). De acordo com Flach e Cardoso (2007, p. 60), “possuía suas bases eleitorais mais focalizadas em regiões de colonização alemã e italiana nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”.

Da mesma forma, segundo Cortés (2007, p. 178), o PRP, representava a extrema direita, era a “reencarnação do velho fascismo brasileiro da Ação Integralista Brasileira”.

Conforme Calil (2011, p. 356):

Um levantamento produzido pelo Departamento de Controle e Estatística do PRP revela que 72% dos diretórios municipais em funcionamento no ano de 1948 (ou seja, 444 de um total de 618 diretórios constituídos) localizavam-se em apenas oito estados: São Paulo (91), Rio Grande do Sul (64), Minas Gerais (61), Bahia (57), Ceará (49), Pernambuco (44), Rio de Janeiro (41) e Paraná (37). Os demais se localizavam em Santa Catarina (29), Espírito Santo (29), Pará (19), Goiás (19), Rio Grande do Norte (16), Mato Grosso (16), Maranhão (15), Paraíba (10), Piauí (9), Amazonas (6) e Sergipe (6).¹

O PRP não visava somente os pleitos eleitorais, pois atuava fortemente na divulgação de sua ideologia. O partido, ainda segundo Calil (2011, p. 378):

¹ Fonte utilizada pelo autor: Idade Nova, Rio de Janeiro, 21/10/1948, p. 4.

se constituiu e se manteve durante toda sua trajetória como partido de âmbito nacional com forte teor ideológico, centrado na oposição ao comunismo, na defesa da restrição das margens do exercício democrático, na defesa da propriedade privada e do corporativismo e na disseminação de concepções hierárquicas, elitistas e excludentes.

Para Bodea (1992, p. 16), “O PRP entraria em rápido declínio a partir da década de cinquenta, sendo gradualmente deslocado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), um partido de centro-direita mais dinâmico e moderno, com penetração crescente nos centros urbanos”.

Demais partidos

Para introduzir o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Republicano (PR) e o Partido Social Progressista (PSP), recorremos a Flach e Cardoso (2007). Segundo as autoras, as bases do PDC estavam concentradas nos centros urbanos do centro-sul; a base do PR, herdeiro dos partidos republicanos, estava em Minas Gerais; por fim, o PSP, o partido de Adhemar de Barros, com base no estado de São Paulo.

Conforme Flach e Cardoso (2007, p. 60), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), posto na ilegalidade pré-Estado Novo, voltou à legalidade com a democratização, “retomou sua organização em 1945, possuía estrutura fortemente centralizada. Nas poucas eleições que participou [...] atingiu o eleitorado dos principais centros urbanos, onde suplantou a votação obtida pelo PTB”. Porém, em 1947, foi novamente posto na ilegalidade.

O anticomunismo foi bastante explorado e seguidamente utilizado para atacar seus oponentes. Ser comunista era um defeito moral.

Logo, ser tachado de comunista era correr o risco de não receber votos dos católicos. Segundo Asturian (2011, p. 98), “o anticomunismo permeou o processo eleitoral local no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos [PSD e PTB], para auferir votos”. A Igreja Católica, principalmente na região de colonização, exerceu bastante influência através da Liga Eleitoral Católica (LEC). Ainda Asturian (2011, p. 98), a LEC “orientava o eleitorado católico a não votar em candidatos esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro”.

1.2. Cenário político-partidário na região do Grande Erechim

Como já abordado, nosso recorte espacial abrange a região do Grande Erechim. O título faz referência à obra de Ducatti Neto (1981), *O Grande Erechim e Sua História*, em que o autor busca apresentar um histórico da formação e costumes desde os primórdios do povoamento da região.

Hoje, assim como muitos municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil, Erechim possui seus limites definidos cidade mais populosa e referência em educação e saúde, é tida como a capital da Região do Alto Uruguai Gaúcho. Porém, durante o período que abrange nosso recorte temporal, ocorreram, não só em Erechim como em todo o Estado, muitos movimentos emancipacionistas que levaram ao desmembramento territorial e à fundação de novos municípios.

Conforme Moraes e Cunha (2018, p. 43), a área inicialmente pertencente a Erechim foi desmembrada do município de Passo Fundo e sua criação remete ao dia 30 de abril de 1918. Contudo, sua história não inicia somente no ano de 1918. De acordo com Cassol (1979, p. 27-28), “a demarcação das terras de Erechim foi iniciada

em 1904 com a exploração simultânea do traçado por onde deveria correr a ferrovia, esta, concedida inicialmente à companhia belga Cie. Auxiliare de Chemins de Fer [...]”.

Em 6 de outubro de 1908, pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa, era fundada a colônia Erechim. Para Cassol (1979, p. 28), “o ato se insere na política de imigração e colonização que, no período, o Governo do Estado implementava”. Conforme Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, a criação da colônia Erechim serviu:

para atender antigos colonos de várias procedências, que ali estavam se estabelecendo tumultuariamente, atraídos pela fertilidade das terras e a presença de uma estrada de ferro ... **Acha-se toda dentro do antigo 3º distrito e recente 8º distrito do município de Passo Fundo. A área total ... é de 90.000 hectares**, mas ela terá em breve de ser aumentada, com o natural desenvolvimento, ao longo da estrada de ferro, procurando o rio Uruguai, nossa divisa com o Estado de Santa Catarina ... **Apesar de recém-fundada, a colônia prospera rapidamente.** Tanto quanto possível, convém encaminhar a colonização para a região onde ela se acha estabelecida, constituída de terras muito férteis, e onde é enorme a área devoluta do domínio do Estado (grifo nosso).¹

Segundo Cassol (1979, p. 28):

Trata-se, pois, de **colonização oficial, planejada**, segundo a legislação vigente, sobretudo de 1899/1900, executada pelo organismo competente, a Inspetoria de Terras¹¹. Permite-se também a **colonização privada**.

¹¹ Conforme Cassol (1979, p. 28): “Este órgão sofre frequente mudança de denominação e de atribuições: Chamar-se-á Comissão de Terras, Inspetoria de Terras, Inspetoria de Terras do

da de acordo com a legislação pública. Destacam-se várias companhias particulares como a Bertei, a Sertaneja e sobretudo a Luce-Rosa e a Jewish Colonization Association (grifo nosso).

Conforme Nascimento (2007 apud MATTOS, 2020, p. 32), “essa foi a última área de terras devolutas ocupada no estado do Rio Grande do Sul por meio de políticas de colonização estatais e privadas, já nas primeiras décadas do século XX”.

As etnias que aportavam na região eram diversas. Para se ter uma ideia, no ano de 1917, “havia quase 30 mil pessoas, das quais: 7 mil brasileiros, 6 mil poloneses e russos, 4 mil alemães, 2 mil italianos, mil austríacos, além de suecos, espanhóis, franceses, portugueses e outros de nacionalidades diversas” (CASSOL, 1979, p. 128).

Segundo Ducatti Neto (1981, p. 200):

Erechim atingiu o auge de seu desenvolvimento no ano de 1953 — antes do desmembramento do município. O processo de desmembramento começou em 1954, com a criação do município de Gaurama, uma vez que os municípios de Getúlio Vargas e Marcelino Ramos foram criados em 1934 e 1944, respectivamente.

Erechim está localizada no norte do Rio Grande do Sul, na região denominada como Alto Uruguai Gaúcho. Hoje, fazem parte da Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU) os municípios de: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval

Nordeste (até 1952), 4ª Inspetoria de Terras (de 1953 a 1960), Inspetoria de Terras de Erechim (1960-1963), Delegacia Regional de Terras (1963-1970), CEMAPA (1971-1978) Delegacia Regional de Terras. Geralmente afeto à Secretaria da Agricultura”.

Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.



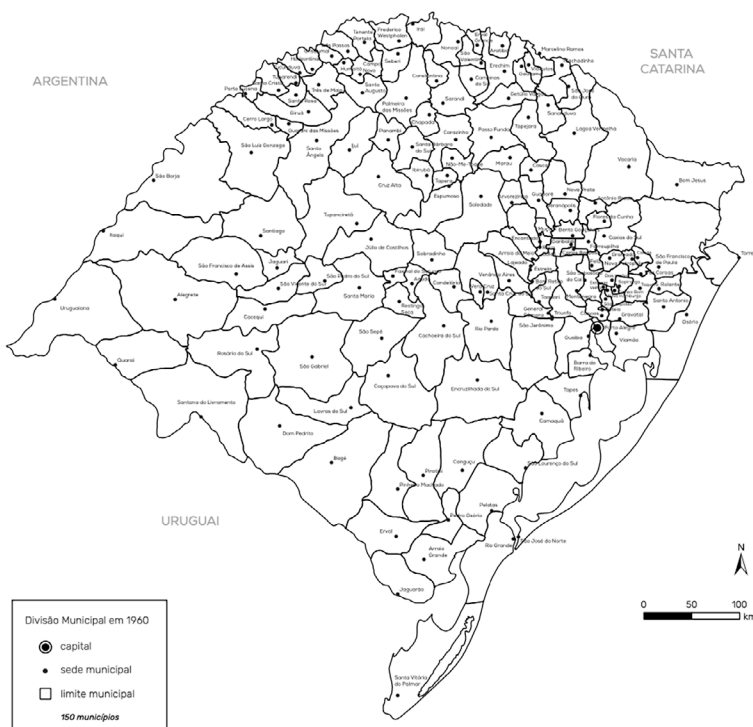
FIGURA 1. Vista parcial da atual Avenida Maurício Cardoso (década de 1930). Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juárez Miguel Illa Font. Autor não identificado.

A maioria desses municípios fizeram parte direta ou indiretamente de nosso recorte espacial. Ou seja, tiveram suas origens ligadas a Erechim ou aos distritos emancipados da cidade. Entre os anos de 1947 e 1963, pelo menos seis distritos emanciparam-se de Erechim. Com isso, muitos atores políticos que exerceram seus mandatos legislativos na sede municipal haviam sido eleitos com os votos dos eleitores residentes nas comunidades onde tinham seus negócios e suas famílias. Assim, quando os distritos se tornaram municípios, essas figuras, geralmente, acabavam migrando suas atividades políticas para a nova localidade e, em muitos casos, se tornando as principais lideranças políticas dos municípios fundados.

Para melhor situar nosso leitor a respeito do recorte espacial em foco, apresentamos os mapas com a evolução da configuração do Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1950 e 1960. No Mapa 2, consta a configuração do Estado em 1950: nela havia 92 municípios. Já o Mapa 3 representa a configuração do Rio Grande do Sul em 1960: aqui, percebe-se um acréscimo significativo de novos municípios. Aos 92 existentes somam-se 58, totalizando 150 municípios gaúchos.



MAPA 2. Rio Grande do Sul (1950). Fonte: Moraes e Cunha (2018, p. 30).



MAPA 3. Rio Grande do Sul (1960). Fonte: Moraes e Cunha (2018, p. 31).

1.2.1. Referências socioeconômicas regionais

A urbanização de Erechim foi iniciada em 1914 e, conforme Cassol (1979, p. 29), o “perímetro urbano e suburbano foi inicialmente estabelecido pelo decreto municipal n.17, de 2 de janeiro de 1919”. Para Fünfgelt (2004 apud MATTOS, 2020, p. 44), “a década de 1950 testemunha o auge do desenvolvimento cidade”. Conforme Mattos (2020, p. 44-45):

A atividade industrial representava 4% da produção de todo o Rio Grande do Sul. Na agricultura o muni-

cípio fornecia 6,5% do volume total da produção do estado e 7,2% em valor. Há a transformação do perfil de produção agrícola local, que passa de um modelo de policultura de subsistência para a monocultura de exportação, graças à “política nacional de incentivo ao plantio de trigo”. No setor industrial, subsídios municipais foram concedidos para a implantação de novas indústrias e para a diversificação do parque industrial.

A respeito das características da área colonial, Fidene (1978 apud CASSOL, 1979, p. 119) destaca que:

Na área colonial não se encontra o regime patrimonialista da grande propriedade pastoril, nem a estruturação escravocrata das charqueadas, mas sim, a pequena propriedade de caráter familiar.

O incremento demográfico, o sistema vigente para a sucessão hereditária, as limitações da exploração agrícola extensiva, vão provocar um deslocamento de agricultores imigrantes e de seus descendentes no sentido noroeste do Estado.

Passa-se progressivamente, da “colônia velha” (no vale do Rio dos Sinos) para as “colônias novas” (no vale do rio Taquari) no Planalto Médio e ao fim no vale do Alto Uruguai.

Com os constantes desmembramentos dos distritos, modernização e urbanização de Erechim, Cassol (1979, p. 119), utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta a evolução do grau de urbanização entre as décadas de 1940 e 1960. Na década de 1940, havia 107.035 habitantes, sendo destes apenas 7.511 concentrados na área urbana. Na década seguinte, 1950, há um aumento populacional e também um aumento da população

urbana. O município passa a ter 119.529 habitantes, dos quais 14.663 na área urbana. Na década de 1960, ocorre, em comparação com as duas décadas anteriores, um significativo decréscimo populacional. Erechim passa a ter 65.972 habitantes divididos em 29.590 na área urbana e 36.382 na área rural.

Nas três décadas observadas, a população rural, que era de 92,9%, reduziu-se para 87,7% e, posteriormente, encolheu para 55,1%. Por outro lado, a população urbana, que começou com 7%, aumentou para 12,2% e saltou para 44,8%. Na década de 1970, novamente ocorreu redução populacional e aumento da população urbana.^{III}

De acordo com censo econômico realizado, havia, na década de 1940, 7.798 propriedades agrícolas: 84 delas possuíam até 5 hectares; 216 propriedades possuíam de 5 a 10 hectares; 1.495 possuíam de 10 a 20 hectares; 4.754 propriedades possuíam de 20 a 50 hectares; 904 propriedades, de 50 a 100 hectares; 110 delas, de 100 a 200 hectares; 35 propriedades, de 200 a 500 hectares; 16 propriedades, de 500 a 1.000 hectares; e 4 propriedades, de 1.000 a 2.500 hectares. A média do tamanho das propriedades era de 40,20 hectares.²

Na década de 1960, haviam 4.912 propriedades. Destas, 81 possuíam até 5 hectares; 238, de 5 a 10 hectares; 1.401, de 10 a 20 hectares; 2.606, de 20 a 50 hectares; 485, de 50 a 100 hectares; 57, de 100 a 200 hectares; 31, de 200 a 500 hectares; 10, de 500 a 1.000 hectares; e 3 propriedades, de 1.000 a 2.000 hectares. A média passou a ser de 37,05 hectares.³

Observando os quadros⁴ da produção agrícola apresentados por Cassol (1979, p. 41), selecionamos quatro produtos com produção inicial acima ou muito próxima de 10.000 toneladas. Por estarem apresentados praticamente de ano a ano, de 1939 a 1950, seleciona-

^{III} Necessário considerar a frequente emancipação dos distritos, iniciada a partir de 1954.

mos os anos de 1940 e 1950. Assim, no primeiro ano selecionado, foram produzidos, em Erechim, 68.000 toneladas de milho, 47.340 toneladas de cana, 9.276 toneladas de trigo e 17.875 toneladas de mandioca. Já no ano de 1950 foram produzidos, 98.700 toneladas de milho, 4.700 toneladas de cana, 49.800 toneladas de trigo. Não encontramos dados para a produção de mandioca.

Considerando a produção de trigo, no ano de 1950, foram produzidas 40.000 toneladas a mais em comparação com a produção de 1940. Já a produção de cana teve redução de aproximadamente 40.000 toneladas em relação a uma década antes. O milho, em 1950, também quando comparado com 1940, teve aumento de 30.700 toneladas na produção.

Havia, em Erechim, 374 estabelecimentos industriais no ano de 1955. Os principais setores eram: produtos alimentares, serra-rias, bebidas, minerais e metálicos.⁵ O comércio varejista, no ano de 1950, possuía 393 estabelecimentos, já o atacadista possuía 99 estabelecimentos.⁶

Também observamos algumas informações da época através da matéria publicada no periódico *Jornal do Dia*, intitulada “Erechim — Um grande município dentro de um grande Estado”. O texto constata que “as principais indústrias são as de produtos suínos, frigoríficos, industrialização do linho, vinho, moagem de trigo e milho, móveis e industrialização da madeira, destacando-se a produção do trigo, milho e banha”.⁷

A matéria⁸ também relatava que “o município tem conservado por vários anos o primeiro lugar na produção de trigo e milho, sendo também vultuosa a criação de suínos”. Conforme o texto, no que se refere à criação de suínos, é apresentado o número de 250.000 cabeças e, para a produção extrativa, 15.000 toneladas de madeira.

Conforme Sampaio (1952, p. 36), “o Município de Erechim, é o maior produtor de trigo. Não foi em vão que a sede foi cognominada a ‘Capital do Trigo’”. Título que, segundo Ducatti Neto (1981, p. 195), manteve “até o ano de 1960 mais ou menos”, mas que acabou por perder, após “o advento da mecanização das lavouras em todo o território rio-grandense”.

No que tange aos transportes, além da ferrovia, Erechim desde o final da década de 1940, já dispunha de um aeroporto, “chegando a este ser, na década de 1960, o segundo aeroporto em números de voos comerciais do Rio Grande do Sul, atrás apenas da capital Porto Alegre” (MATTOS, 2020, p. 46).

1.2.2. Primeiras eleições federais em Erechim (1945): apenas um candidato erechinense

Analisamos a organização partidária erechinense no início da democratização, após os 15 anos dos governos de Getúlio Vargas. Trata-se do contexto das eleições diretas para presidente, ocorridas em 1945, e das movimentações políticas em Erechim, em especial do Comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas e da organização da União Social Brasileira (USB). A análise foi realizada através da imprensa local da época — o jornal *A Voz da Serra*.

Nossa pesquisa teve como objetivo verificar quais nomes estavam ligados às candidaturas de Eurico Gaspar Dutra e quais estavam no movimento em favor de Getúlio Vargas, no *queremismo*. Com essa aferição inicial, buscamos constituir dados para analisar a lógica das alianças, desfatos, aproximações e migrações partidárias dos atores políticos locais ocorridas durante o recorte temporal.

No tempo em que não havia os meios de comunicação facilitados que hoje existem, sobretudo com a velocidade quase instan-

tânea da internet, era através da imprensa escrita e falada — jornais impressos e transmissões radiofônicas —, que a vida social e política era informada para a comunidade. Convites, convocações, alfinetadas políticas ou pessoais, acontecimentos nacionais, regionais e mundiais, tudo era impresso nas folhas dos periódicos que, não raras vezes, viravam palco de embates. Normalmente, devido à velocidade das informações e também devido à própria periodicidade das edições, os jornais apresentavam um curto lapso temporal entre o acontecimento e a publicação.

Sobre o panorama político gaúcho após o fim do Estado Novo, conforme Cortés (2007, p. 174):

No Rio Grande do Sul, a volta da democracia trouxe uma repetição dos tradicionais padrões políticos gaúchos: através da aliança de antigos opositores contra um inimigo comum, o estado novamente se dividiu em dois campos políticos. Por exemplo, em 1889 republicanos e conservadores haviam se unido contra as forças de Gaspar Silveira Martins. Em 1923, federalistas e ex-republicanos juntaram-se para opor-se à reeleição de Borges de Medeiros. Em 1929, republicanos e libertadores formaram a tênue Frente Única e apoiaram Vargas para presidente, contra Júlio Prestes. Em 1932, Raul Pilla e Borges de Medeiros, antigos inimigos, e seus discípulos uniram-se contra o trio Vargas-Flores-Aranha do PRL. Em 1936, a dissidência liberal fez uma aliança com a FU para apoiar Vargas na sua luta contra Flores da Cunha. Finalmente, agora, em 1945, Aranha e Flores juntaram-se com seus antigos adversários Pilla e Borges, para apoiar Eduardo Gomes e se opor às forças de Vargas.

Assim como em outros municípios, em Erechim também se instalou um comitê em apoio à candidatura de Vargas. Através do *A Voz*

*da Serra*⁹, podemos verificar que os nomes de Paulo Emilio Nunes Garcia, Rodrigo Magalhães dos Santos e Edmundo Palhano Sobrinho aparecem como membros do Comitê erechinense pró-Vargas. Na mesma edição, a União Social Brasileira (USB), também se organizava em âmbito local. Na ocasião, conforme segue abaixo, era publicado o local e o horário de sua reunião preparatória:

Consoante convite que estamos publicando em outro local, terá lugar hoje, às 20 horas na residência do dr. João Caruso, uma reunião preparatória de instalação da “União Social Brasileira”, nesta comuna. Como se sabe, esse movimento é dirigido no Estado pelo dr. Alberto Pasqualini, ex-titular da Secretaria do Interior e Justiça.¹⁰

Na edição seguinte, o título da chamada informava: “O dr. Paulo Garcia é o presidente do Diretório Municipal do Comitê Pró-Candidatura Getúlio VARGAS” e apresentava a sua diretoria empossada com os nomes de:

Presidente de honra, dr. Getulio Vargas; presidente, dr. Paulo Garcia; 1. Vice. Manoel Calivto; 2. vice, Ney Fontoura Freitas; 3. vice, advogado Estevam Resende; 1. secretário, Waldomiro M. Amado; 2. dito, Antonio Zucchi; 1. tesoureiro, Edmundo Palhano Sobrinho; 2. dito, Hermogenio Mesquita. Comissão de Propaganda - Julio Hudler, Nelson de Oliveira, Miguel Gwozdz, Miguel Gomes Ramos, Mario Pinto da Rocha, Pedro Galant, Oribes Pereira, Gomercindo Vale Fortes, Acacio Rodrigues, Zacarias Martins e João Batista da Silva.¹¹

Sobre o andamento da reunião preparatória da USB, ainda na edição do dia 02 de outubro, com o título “O dr. João Caruso na pre-

sidência - Na vice-presidência o dr. Raimundo Fiorello Zanin - A primeira diretoria provisória”, o periódico informava que:

Alcançou o melhor êxito a reunião preparatória para a fundação nesta cidade, de um núcleo da UNIÃO SOCIAL BRASILEIRA, a nova entidade política recentemente fundada neste Estado, com características nitidamente socialistas e chefiadas pelo dr. Alberto Pasqualini, ex-Secretário do Interior.¹²

Na sequência da publicação acima citada, foi possível observar que a primeira diretoria da USB em Erechim, estava organizada da seguinte forma:

Presidente: Dr. João Caruso; Vice-presidente, Dr. Raimundo Fiorello Zanin; 1º secretário, Dr. Domingos Pesavento; 2º secretário, Helio Pereira; Tesoureiro, Carlos Rigoni. CONSELHO CONSULTIVO Dr. Angelo L. Caleffi, do comércio; Placido Dal Zot, da industria; Valdomiro Galli, dos comerciários, e Manoel Pinheiro, dos operários. COMISSÃO DE PROPAGANDA Ivo Spinato; Alberto Parenti; Olmiro Pinto; Eolo Arioli; Fredolino Schmidt; Hugo Garbin; Luiz Badalotti; Egon Kops; Luiz Massi e Vittorio Granela.

No ano de 1939, João Caruso Scuderi, “geralmente conhecido apenas como João Caruso”, conforme a sua solicitação de naturalização¹³, exercia a função de membro da Comissão Municipal de Tabeamento de Gêneros Alimentícios e Solução dos Problemas da Carne Verde. Era natural de Palermo, Itália. Seu pai, Salvador Caruso Mac Donald, havia sido nomeado Major da Guarda Nacional, segundo o seu pedido de naturalização. João Caruso nasceu em 22 de maio de

1908 e chegou ao Brasil com apenas dois meses de idade. Depois de formado, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, passou a residir na cidade de José Bonifácio. Conforme consta em seu processo de naturalização, a última movimentação ocorreu no dia 7 de agosto de 1941. Logo, inferimos que sua naturalização deva ter ocorrido na primeira metade da década de 1940.

No decorrer de sua trajetória, chegou a Erechim “como Juiz Distrital. Tendo solicitado demissão daquele cargo, abriu uma banca de advocacia” (DUCATTI NETO, 1981, p. 277). Na política, pelo PTB, ocupou, conforme Cassol e Asturian (2022, p. 259), os cargos de: deputado estadual nas quatro legislaturas seguidas 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963 e 1963-1964; Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul 1953-1954; Secretário do Interior e Justiça 1959-1960; Secretário de Obras Públicas 1960-1961; Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio 1962 e Presidente, nomeado por João Goulart, da Superintendência da Política Agrária (SUPRA) 1962-1963.

Ainda Cassol e Asturian (2022, p. 251):

A partir de uma abordagem baseada no pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu é possível averiguar a conversão de capitais externos ao campo político em capital político. Nesse sentido, o ingresso de Caruso no jogo político ocorreu por meio das relações estabelecidas ainda na Faculdade de Direito: a ampliação do seu capital social via proximidade, sobretudo, com a figura de Alberto Pasqualini, cuja trajetória ascendente lhe influenciaria posteriormente. Além disso, a sua própria formação acadêmica, ou seja, convertendo um capital cultural institucionalizado em capital político de notoriedade e popularidade.

Através do *A Voz da Serra*, observamos que a movimentação do comitê pró-Getúlio e a da USB era significativa. Igualmente, o andamento da campanha para alistamento da qualificação eleitoral, por parte do Partido Social Democrático (PSD), era destacado em todas as edições. Os pessedistas: Jerônimo Teixeira de Oliveira, Américo Godoy Ilha, José Oscar Salazar, Aldo Arioli, Diogenes Nunes, Vitorio Fasolo, Telemaco Caleffi, Angelo Emilio Grando, Jaques Massignan, Germano Hoffmann, José Sponchiado e Ernesto Pagnoncelli assinavam as publicações convidando para o alistamento.

No dia 03 de outubro de 1945, “o Partido Social Democrático Erechinense consigna brilhante vitória cívica — 16.626 requerimentos de alistandos [sic]”¹⁴. No texto que seguia, sobre a qualificação promovida pela oposição, o PSD se apresentava como um partido democrático, que auxiliava sem cobrar benefícios no pleito eleitoral:

Deve-se consignar, também, que a oposição não obstante seus alardes de civismo, siquer [sic] chegou instalar um simples escritório de informações no Município, tendo todo o trabalho de qualificação sido encaminhado pelo Escritório do PSD, sendo de notar que o aludido escritório atendeu indistintamente a todos os cidadãos¹⁵

Segundo Rémond (2003, p. 33), “os partidos, por exemplo, reencenavam seus membros, alardeavam uns para os outros o número de seus efetivos; precisam alinhar grandes números, já que este é um argumento de peso na avaliação da relação de forças”. Assim, através do *A Voz da Serra*, foi a forma do PSD local apresentar seu capital político e também de realizar críticas pela falta de engajamento na organização para o alistamento dos demais partidos. Farpas eram soltas de ambos os lados. Da mesma forma, como veremos mais adiante, o PTB

criticava os demais partidos por não terem apresentado candidatos locais para este mesmo pleito.

Para votar no pleito eleitoral havia a necessidade de qualificação. Então, os eleitores qualificados deveriam se direcionar ao cartório eleitoral para assinar o livro de inscrição e rever os títulos eleitorais. A logística da qualificação e o aviso para a retirada dos títulos eram constantemente publicadas no periódico local.

O PTB aparece no *A Voz da Serra* no dia 12 de outubro de 1945. Na edição, era publicado que seria “instalado na cidade o Partido Trabalhista Brasileiro”. Já o Partido Libertador (PL), através do presidente Romeu Paiva e do secretário Aldo A. Castro, publicava um convite aos interessados e adeptos ao seu programa partidário para se associarem.

O presidente do Comitê Municipal Pró-Candidatura de Vargas, Paulo Emilio Nunes Garcia, assinou uma publicação que solicitava que os getulistas aguardassem para assumir compromissos eleitorais.

COMITÉ REGIONAL PRÓ-CANDIDATURA
GETÚLIO VARGAS, no intuito de evitar possíveis
explorações políticas, concita a todos os seus fervoro-
sos adéto[s] [sic] para que aguardem, sem assumir, de
momento, compromissos com quaisquer agremiações
político-sociais ou candidaturas, a palavra de ordem
do Comitê Central, conforme instruções contidas em
sua última circular.¹⁶

A organização do PTB, como um partido nacional, também foi matéria no *A Voz da Serra*. O periódico publicou que fora “encaminhado à secretaria do TSE o pedido de registro definitivo do PTB — Campanha de 2 milhões de eleitores”.¹⁷

Na preparação para indicar os candidatos para as eleições, o “diretório municipal do Partido Social Democrático de Porto Alegre

deu à publicidade os nomes de todos os candidatos aos postos eletivos de representação indicados à Comissão Executiva do PSD”.¹⁸ Entre os nomes mencionados, para o cargo de deputado estadual, estava o erechinense Américo Godoy Ilha. Na edição do dia 26 de outubro de 1945, o título da matéria expunha, juntamente com o já mencionado Ilha, novos nomes: “Os drs. Jeronymo Teixeira e Américo Ilha e o Padre Benjamim Busato entre os nomes indicados para as chapas do PSD”.¹⁹

Jeronymo Teixeira de Oliveira era advogado, presidente do Diretório Municipal do PSD e fora nomeado, conforme Ducatti Neto (1981, p. 105), em 1939, ainda durante o Estado Novo, prefeito de Erechim, cargo que exerceria até 1946. Ainda segundo o autor, até então havia sido o titular com gestão mais longa, totalizando 7 anos. Também conforme Ducatti Neto (1981, p. 106), o segundo nome mencionado na matéria, Américo Godoy Ilha era advogado e, no ano de 1946, havia sido nomeado prefeito pelo governo estadual e também logrado êxito na eleição para o cargo de deputado estadual. Assim, “foi também deputado estadual e federal. Como vice-presidente assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados. Foi ainda Presidente do Tribunal de Recursos de Brasília. Aposentou-se como Ministro do Supremo Tribunal” (DUCATTI NETO, 1981, p. 277).

O terceiro nome indicado pelo PSD, Padre Benjamim Busato, segundo Cima (2002, p. 26), “em fins de 1925, fixou-se em Erechim como vigário cooperador dos padres Carlos Schwertschlager e Vicente Testani, dois párocos da igreja São José”.

De acordo com Cima (2002, p. 93), durante o Estado Novo, Busato solicitou a organização do Círculo Operário^{IV}. Da mesma forma,

^{IV} “A formação dos Círculos Operários legitimou o projeto de hegemonia da Igreja Católica, reforçando também com a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica, o qual visava reestruturar a moral e a política nacional. A missão do Círculo Operário era ‘educar’ o trabalhador em seu cotidiano, nas suas relações sociais, buscando a conciliação de interesses entre patrões e

“também foram organizados quatro sindicatos: o dos Moinhos, da Banha, da Carpintaria e dos Comerciairos”.

Ainda Cima (2002, p. 78):

Tomando por base depoimentos orais de pessoas que o conheceram ou de admiradores de seus textos, percebemos que a história do padre Benjamim Busato caracteriza-se por sua participação em todos os tipos de eventos e/ou movimentos, sociais, culturais, políticos ou religiosos. Pela diversidade de atividades em que se envolveu, sobretudo nas não-religiosas, recebeu em certos grupos aprovação e, em outros, reprovação, por condenarem seu envolvimento com a política [...]

Conforme Ducatti Neto (1981, p. 106), juntamente com Aldo A. Castro, Aldo A. Arioli, Ciro Miranda e Silva, João Caruso e José Sponchiado, Busato havia sido nomeado pelo presidente da república para o 2º Conselho Municipal. Esse conselho teve a gestão de 4 de julho de 1946 até 31 de dezembro de 1947, quando Angelo Emilio Grando assumiu como prefeito eleito.

Pelos arranjos do general e Ministro da Guerra do governo de Vargas, Góes Monteiro, que, segundo Skidmore (1975, p. 77), “num turbilhão de atividade, mobilizou a opinião dos oficiais em prol do apoio a um golpe para depor o enigmático presidente”, Vargas é deposto em 29 de outubro de 1945.

Conforme o autor:

O novo presidente, Linhares, repudiou o decreto de Vargas que havia antecipado a data das eleições estaduais. Substituiu os interventores e suspendeu todos os prefeitos, até depois das eleições. A substituição

empregados, sobretudo na luta contra o comunismo e os movimentos grevistas, nesse sentido apoiados até pela elite empresarial” (CIMA, 2002, p. 92-93).

desses titulares foi feita em grande parte por membros do poder judiciário, que tinham instruções para serem imparciais nas próximas eleições (SKIDMORE, 1975, p. 79).

De acordo com Oliveira (2008, p. 70), referente a organização do PSD local:

Em Erechim, no mês de julho de 1945, o prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira já havia organizado o núcleo do PSD local, sendo o presidente deste partido no município. Esse prefeito havia assumido o cargo ainda no ano de 1939. A Comissão Mista, no ano de 1938, nomeara um novo administrador para Erechim em substituição ao médico José Fonseca Milano. Henrique Continentino de Cordova foi empossado como prefeito, e permaneceu no cargo até outubro de 1939, quando o advogado Jerônimo Teixeira de Oliveira assumiu a administração do município.

Com a posse de Samuel Figueiredo da Silva como interventor do estado, em início de novembro, Jerônimo Teixeira colocou o seu cargo de prefeito a disposição [...] ^V

Apesar disso, Teixeira de Oliveira permaneceu frente ao Executivo erechinense. ^{VI} Contudo, devido ao cancelamento das eleições para

^V Oliveira (2008, p. 70) cita o telegrama do prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira para o interventor “atendendo a orientação dessa interventoria, que recomenda permanecermos à margem das atividades partidárias, renunciei na data de ontem à presidência do diretório municipal do Partido Social Democrático. Desejo, todavia assegurar a Vossa Excelência que a minha permanência, até agora, naquele cargo político, em nada comprometeu a minha função administrativa, já que tive sempre por norma o estabelecimento de uma política administrativa baseada na justiça, sem qualquer injunção de ordem partidária”.

^{VI} De acordo com Oliveira (2008, p. 71), com base em um telegrama do juiz de direito para o interventor federal Samuel Figueiredo da Silva, enviado em 14 de novembro de 1945, “No dia 14 de novembro, o juiz de direito Julio Constamilan Rosa, que no mês de abril deste mesmo ano havia participado de um almoço em comemoração à posse do prefeito possedista de Saran-

a Assembleia Legislativa, as candidaturas dos pessedistas locais indicados ao Legislativo gaúcho, Jeronymo Teixeira de Oliveira, Américo Godoy Ilha e Padre Benjamim Busato, deixaram de ser notícia política no periódico erechinense.

Na esteira da organização petebista em Erechim, o *A Voz da Serra*, do dia 7 de novembro de 1945, noticiava que “os ‘Queremistas’ do Rio Grande ingressam no PSD, apoiando a candidatura Gaspar Dutra”²⁰. O texto da secretaria do PSD em Porto Alegre informava:

A Comissão Executiva do Partido Social Democrático realizou, hoje, entendimentos com os líderes do movimento popular que propugnava pela candidatura do eminente brasileiro, dr. Getúlio Vargas, à presidência da República, srs. Afonso de Assunção Viana, Antonio C. A. Chemale, Raul Gudole e Egon Campani.

Os líderes acima referidos, após examinarem a situação decorrente dos últimos acontecimentos e ouvirem a Comissão Executiva a reafirmação do dr. Getúlio Vargas de que não é candidato à presidência da República e de que a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra continua a merecer seu integral apoio - resolveram integrar-se nas fileiras do Partido Social Democrático.

De acordo com esses mesmos entendimentos, os membros dos núcleos municipais do Comité pró-Candidatura Getúlio Vargas passarão a fazer parte dos diretórios municipais do P.S.D., sendo que, nesta capital, alguns desses líderes integrarão a direção local.²¹

di Mario Azambuja, junto com os prefeitos pessedistas de São Lourenço do Sul e de Erechim, informou ao interventor gaúcho que havia tomado as medidas ‘ordenadas’ e que, portanto, o prefeito Jerônimo Teixeira de Oliveira já havia se afastado há dias da direção do diretório municipal do PSD, sendo que nenhuma autoridade mais ‘tem exercido atividades partidárias’.

Para Queler (2016, p. 2):

O uso do termo *queremismo* para descrever as manifestações populares a favor de Getúlio Vargas, em 1945, é bastante cristalizado na historiografia. Entretanto, é possível indicar como tal conceito, longe de possuir um sentido neutro e fixo, foi então instrumento central da luta política. As páginas de diversos veículos da imprensa indicam que ele surgiu como um neologismo e, em etapa posterior, foi ressignificado numerosas vezes, seja para desmobilizar os novos sujeitos que adentravam a arena política, seja para conferir-lhes unidade nas lutas em defesa de seus interesses.

Ainda na edição do dia 7 de novembro, Paulo Emilio Nunes Garcia solicitou o seu desligamento do Partido Social Democrático. Em carta enviada ao presidente do diretório municipal do PSD, Jeronymo Teixeira de Oliveira, Garcia explicou os motivos de sua decisão:

apresentou seu pedido de demissão, em caráter irrevogável, de membro do Conselho Consultivo dessa agremiação política nesta comuna.

Nessa missiva, o advogado Paulo Garcia alega sua incompatibilidade em prosseguir a apoiar a candidatura do sr. General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República pelo PSD em virtude dos recentes acontecimentos políticos ocorridos na capital da República que culminaram na renúncia do snr. Getúlio Vargas e em cujos sucessos teve atuação destacada o general Gaspar Dutra.²²

Assim como Paulo Emilio Nunes Garcia, conforme Cánepa (2005, p. 107), a Corrente Sindicalista que teve origem dentro da ala trabalhista do PSD:

após intenso envolvimento no movimento “queremista” no Estado, especialmente nos meses de agosto e setembro, distancia-se da cúpula do PSD, inteiramente comprometida com a candidatura de Dutra, e acaba rompendo formalmente com o partido. Sob liderança de José Vecchio e formada por lideranças sindicalistas, a ala trabalhista critica o PSD como “partido da classe dominante” e envia um representante (Sílvio Sanson — Sindicato dos Trabalhadores na indústria madeireira) ao Rio de Janeiro para entrevistar-se com Paulo Baeta Neves, então empenhado na organização do PTB em âmbito nacional.

Também podemos observar o desligamento de nomes do Partido Social Democrático, devido seu apoio à candidatura de Dutra, na cidade vizinha a Erechim, Passo Fundo. Segundo Benvenú (2006, p. 37), em Passo Fundo, “o capitão Azambuja^{VII} pertencia ao PSD, partido do qual se desligou em julho de 1945, por não concordar com a candidatura de Gaspar Dutra à presidência da República”.

Com o seu desligamento do Partido Social Democrático, Paulo Emilio Nunes Garcia migra para o PTB e, já para o pleito federal de 1945, é escolhido para concorrer à vaga de deputado federal. No dia 21 de novembro de 1945, estava “instalado o P.T.B. nesta Comuna”²³ e era apresentada a sua diretoria provisória, composta por:

presidente de honra - dr. Getulio Dorneles Vargas;
presidente Pedro Gutierrez, operário; 1º vice - Paulo E. N. Garcia, advogado e jornalista; 2º vice - Julio Flores de Menezes, operário; 3º vice - Alfredo Corrêa, operário; secretário geral - Theobaldo Ludke, guarda livros; 2º secretário - Nelson Bastos, estudante; 3º secretário - Euclides Aguiar, operário; 1º tesoureiro - Níode Sebben, guarda-livros; 2º dito - Ary Berto, bancário; 3º

^{VII} Capitão da Brigada Militar, Telmo Dornelles de Azambuja.

dito - João A??, gráfico. Conselho Fiscal e Comissão de Propaganda - Afonso Fritsch, Igenio Menta, Manoel Calixto, Geraldino Salomoni, Antonio Zucchi, Rosalino José Duarte, Atilio R. Tranzoto, Juvenal Silva, Edmundo Palhano Sobr., Segismundo Salomoni, Nazeazeno Lima, José da Veiga, Mericio Costa, Aparicio Lemos, Assis Santos, Miguel de Oliveira, Vidal Fernandez e Terezio Silva.²⁴

A matéria também expunha a presença, na reunião de instalação do PTB em Erechim, de João Caruso, “presidente do núcleo municipal da União Social Brasileira, e de numeroso grupo de seus companheiros”. Tratava-se do elo USB e PTB em âmbito local: “como se sabe o PTB e a USB estão desenvolvendo conjuntamente um vasto programa em Benefício das classes trabalhadoras”.²⁵

De acordo com Asturian e Cassol, Caruso:

esteve envolvido na organização da União Social Brasileira (USB), assim como escrevendo panfletos em apoio ao nome de Alberto Pasqualini para o pleito majoritário estadual. A USB não era simplesmente um círculo de simpatizantes das ideias de Alberto Pasqualini. Embora utilizasse a expressão “movimento” a USB foi compreendida, naquele contexto, como um partido (ASTURIAN; CASSOL, 2022, p. 247-248).

No que tange à fusão entre o PTB e a USB, conforme Bodea (1992, p. 26), não havia uma intenção prévia: “é interessante notar que tanto o Manifesto e Programa, quanto o discurso de Pasqualini no lançamento da USB não referem-se uma única vez sequer à expressão ‘trabalhismo’”²⁶.

Sobre Pasqualini, Angeli (2020a, p. 564) afirma que:

foi formulador de ideias políticas e sociais incorporadas aos programas de suas candidaturas pelo PTB. Formado na Faculdade de Direito de Porto Alegre e professor da mesma instituição, Pasqualini detinha um capital intelectual que lhe permitia formular propostas para os problemas de seu tempo, e o fez de maneira bastante original.

Sobre a formação da USB, agrupados em torno de Pasqualini, conforme Bodea (1992, p. 23), “tratava-se de um círculo de intelectuais progressistas — na maioria dos casos bacharéis e profissionais liberais”. O autor ainda cita uma publicação de Pasqualini no *Correio do Povo*, intitulada *Sugestões para um programa de Governo*²⁷: “de todas as questões de caráter fundamental [...] a que sobreleva e tem primazia e prioridade sobre as demais é, sem dúvida, a questão social [...] Por outro lado, o que denominamos ‘bem-estar social’ tem um sentido distributivo”, escrevia Pasqualini.

Em campanha para uma vaga na Câmara de Deputados, em favor de Paulo Emilio Nunes Garcia, sob o pseudônimo de “velho político”, convocava em publicação: “chegou o momento em que podemos votar, reunindo o nosso eleitorado que é o quinto do nosso Estado, cerrando fileira para eleger o Dr. Paulo Emilio Nunes Garcia [...]”.²⁸ A mensagem deixa à mostra o tamanho da representatividade eleitoral que a região do Grande Erechim exercia.

Ainda, no decorrer da campanha, foram publicados no *A Voz da Serra* outros pedidos buscando votos para Garcia, estes assinados com pseudônimos como: “um operário”, “um professor”, entre outros. Podemos inferir que a convocação estava direcionada para suas referidas classes. Classes que estavam representadas na diretoria provisória do PTB erechinense.

Do total de 2.178 votos obtidos pelos candidatos trabalhistas no eleitorado erechinense, Paulo Emilio Nunes Garcia alcançou 568 votos. O único candidato erechinense a uma vaga na Câmara Federal, em seu município, foi apenas o segundo mais votado dentro da sigla trabalhista. Artur Fischer, pelo PTB, obteve 1.506 votos em Erechim, ou seja, 938 votos a mais que Garcia. Ainda, considerando a votação de todos os candidatos, Garcia foi o sétimo mais votado.²⁹

No resultado geral, votação envolvendo todo eleitorado gaúcho, Paulo Emílio Nunes Garcia alcançou 631 votos. Destes, 90,02% obtidos a partir do eleitorado erechinense, conquistando, assim, a décima primeira suplência petebista. Com esse resultado, podemos afirmar que a base eleitoral de Paulo Emílio Nunes Garcia, no pleito de 1945, estava em Erechim.

O PTB elegeu um único deputado federal, Getúlio Vargas, que obteve 11.291 votos, sendo 54 deles obtidos em Erechim. Vargas também teve êxito na votação ao senado pelo PSD gaúcho, vaga esta que assumiria. Com isso, Artur Fischer, que alcançou 6.595 votos, dos quais 22,84% foram provenientes dos eleitores erechinenses, e havia conquistado a primeira suplência, assumiria a vaga deixada por Vargas.³⁰

Apesar do PTB local ter votado massivamente em Arthur Fischer e Paulo Emílio Nunes Garcia ter obtido pouco mais de 1/3 dos votos de Fischer, o partido obteve 13,87% dos votos em Erechim. Já o PSD local, com significativo sucesso na campanha para eleger seus candidatos, obteve 68,42% do eleitorado erechinense. O candidato pessedista Adroaldo Mesquita da Costa, segundo candidato mais votado pela sigla no Estado, eleito com 48.248 votos, foi o candidato mais votado em Erechim, conquistando a confiança de 4.575 eleitores, 9,48% de sua votação total.³¹

O sucesso do candidato pessedista em Erechim ocorreu, em grande parte, devido à forte influência e força política exercida

pelo padre Benjamim Busato. Cima (2002, p. 76) apresenta o relato de Helly Parenti que, referente a Busato, diz: “foi muito amigo de Adroaldo Mesquita da Costa, por isso suas influências em Porto Alegre, na época da LEC, era cabo eleitoral de Adroaldo e conseguiu aproximadamente 5.000 votos para ele nas eleições”.

Ainda conforme Cima (2002, p. 96), o Congresso Social Católico, ocorrido de 21 a 28 de janeiro de 1945, em Erechim, contou com a palestra de Adroaldo Mesquita da Costa, Amadeu Weinmann e Padre Benjamim Busato.

Partido	% Estado	% Erechim	Votos locais
Partido Social Democrático	62,31	68,42	10745
Partido Trabalhista Brasileiro	6,41	13,87	2178
Partido Libertador	8,21	3,45	542
União Democrática Nacional	9,37	3,29	516
Partido de Representação Popular	3,38	2,91	457
Partido Comunista do Brasil	6,09	1,13	177
Nulos	2,72	2,61	410
Branco	1,47	4,32	679
Total			15704

QUADRO 1. Resultado por legenda para a Câmara Federal (1945). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1945), Flach e Cardoso (2007) e Cánepa (2005).

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim	Votos locais
Getúlio Dornelles Vargas	PSD	73,80	92,39	13639
Ernesto Dornelles	PSD	73,51	92,39	13639
Joaquim Luiz Osório	UDN	15,30	6,37	940

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim	Votos locais
Francisco Antunes Maciel Junior	UDN	15,20	6,37	940
Luiz Carlos Prestes	PCB	5,91	1,24	183
Alvaro Moreira	PCB	5,59	1,23	182
Nulos		0,53	—	—
Branços		4,43	—	—
Total				29523

QUADRO 2. Eleição para senador (1945). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1945) e Cánepa (2005). Obs.: cada eleitor deveria depositar o voto escolhendo dois candidatos.

Candidatos	Partido	% Brasil	% Estado	% Erechim	Votos locais
Eurico Gaspar Dutra	PSD	55,39	71,50	86,62	13603
Eduardo Gomes	UDN	34,74	17,54	7,4	1162
Yedo Fiúza	PCB	9,71	8,02	1,71	268
Nulos		-	0,37	1,83	287
Branços		-	2,39	2,45	384
Total					15704

QUADRO 3. Eleição para presidente (1945). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1945), Cánepa (2005) e Brasil (1950).

Com o apoio Getúlio Vargas, no pleito de 2 de dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da República com 71,50% do eleitorado gaúcho e 55,39% votos em nível nacional.³² Em segundo colocado o candidato da UDN, Eduardo Gomes, recebeu 17,54% dos votos gaúchos, e, em terceiro lugar, pelo PCB, Yedo Fiúza, recebeu 8,02% dos votos gaúchos.

Embora os resultados no município de Erechim, tendo em conta a colocação dos candidatos a senadores e presidente, tenha refletido a contagem em âmbito estadual e nacional, a porcentagem dos votos foi significativamente distante. No Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas obteve 73,80% dos votos; já no município, obteve significativos 92,39%. Uma vez que o total de votos recebidos pelo candidato ao senado foi de 13.639 e a soma dos votos obtidos pelo PSD e PTB, para a Câmara Federal, conforme Quadro 1, foi de 12.923 votos, podemos afirmar que tanto petebistas como pessedistas votaram no ex-presidente.

Da mesma forma, para o cargo de presidente, 86,62% dos votos erechinenses foram depositados no candidato pessedista Eurico Gaspar Dutra. Considerando a mesma lógica seguida para Getúlio Vargas como candidato ao senado, os 13.603 votos depositados em Dutra eram compostos por eleitores do PSD e PTB. O candidato udenista Eduardo Gomes, com 1.162 votos, ou 7,4% da contagem dos eleitores erechinenses, abarcou a oposição antigetulista, formada por PL e UDN, que juntos, para a Câmara Federal, em âmbito local, conquistaram 1.058 votos.

Já no resultado para a Câmara Federal, observando o Quadro 1, quando comparado com o resultado estadual, o PTB local demonstrou significativa força eleitoral. No estado, o PTB foi o quarto partido mais votado, conquistando 6,41% dos votos, ficando atrás do PSD, UDN e PL e apenas 0,32% a frente do PCB. No município, por outro lado, os resultados não refletiram a votação estadual: o partido conquistou o segundo lugar com significativos 13,87%, 486 votos a mais que a soma conjunta obtida pelas siglas PL, UDN, PRP e PCB. O PCB alcançou apenas 177 votos (1,13%), bem distante dos 6,09% conquistados no Estado. O PRP, quinto colocado, chegou aos 457 votos (2,91%). PL e UDN, atingiram uma soma de votos bem próxima, 542 (3,45%) e 516 (3,29%) votos, respectivamente, porém

distante da porcentagem obtida no estado, de 8,21% e 9,37%. Por sua vez, o PSD teve uma votação mais semelhante ao resultado estadual: no município, computou 68,42% frente aos 62,31% no estado.

1.2.3. Eleição estadual de 1947: o crescimento do PTB

Desde o ano de 1937, com o início do Estado Novo, conforme Brandalise e Bombardelli (2012, p. 29), as atividades legislativas haviam sido interrompidas. Assim, passados 8 anos do início do regime, com o seu fim e com o primeiro ano de mandato do presidente eleito, direta e democraticamente, Eurico Gaspar Dutra, o ano de 1947 marca o reinício das atividades legislativas no Estado.

Não contando com o acesso das edições de 1946 a 1951 do *A Voz da Serra*^{VIII}, Cassol (1979), Ducatti Neto (1981) e Zambonato (1997) nortearam nossas pesquisas para o conhecimento de quais foram os representantes erechinenses desse período.

Conforme Cánepa (2005, p. 113-114):

no curso das eleições de 1947 para o Governo do Estado e Assembleia Legislativa, a ocorrência de uma série de eventos deverão marcar de forma indelével o quadro partidário regional por todo período. Podemos resumi-los como segue: 1) afastamento das lideranças do PSD gaúcho de seu principal inspirador, Getúlio Vargas, abrindo caminho para a aproximação com PL e UDN; 2) cisão no PSD provocando a emigração de suas lideranças “getulistas” para o PTB; 3) aproximação do PTB gaúcho com Getúlio Vargas; 4) emergência do PTB como maior partido do Es-

^{VIII} O Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, de Erechim, não possui as edições do *A Voz da Serra* de 1946 a 1951. Sem certeza, nos foi informado que é possível que, em algum momento, essas edições tenham feito parte do acervo do referido Arquivo.

tado, posição que manterá durante todo o período; 5) identificação de diferenças doutrinárias entre as duas lideranças (Getúlio e Pasqualini), permitindo certo doutrinário no PTB gaúcho (nacionalismo/ antiimperialismo em Vargas e Capitalismo Solidarista em Pasqualini); 6) emergência de novas lideranças no PTB, que terão grande presença no cenário regional e nacional (ex: João Goulart, Brizola e Ferrari); 7) projeção do PTB do Rio Grande do Sul na direção do PTB nacional, etc. Além disso, a própria implantação inicial dos partidos em diferentes zonas do Estado adquire maior nitidez.

Ainda de acordo com Cánepa (2005), no Rio Grande do Sul, Vargas opta, inicialmente pelo candidato a governador do PSD, Walter Jobim, e no final da campanha adere à candidatura de Alberto Pasqualini, do PTB. O resultado ao Palácio Piratini, com pouco menos de 20.000 votos de diferença, foi favorável a Walter Jobim. Na ocasião, o PSD teve apoio do PRP e do PCB. O PTB de Pasqualini seguiu o pleito sozinho e Décio Martins Costa, terceiro colocado na disputa, foi o candidato que concorreu pelo PL e UDN.

Devido ao Rio Grande do Sul não possuir, no período, o cargo de vice-governador, as vagas ao Senado eram muito importantes na organização das coligações e apoios partidários. Nesse pleito, para a terceira vaga de senador, na renovação de 1/3 do senado, foi eleito, pelo PTB, Salgado Filho. Concorreram ainda, respectivamente em ordem de desempenho eleitoral: Oswaldo Vergara, pelo PSD; João Carlos Machado, pela UDN e PL; Félix Contreiras Rodrigues pelo PRP; Trifino Corrêa, pelo PCB; e Mendonça Filho pela Esquerda Democrática (ED).

Na Assembleia Legislativa, obtendo a maioria dos assentos, o PTB iniciou um período de domínio político que duraria até 1963.

Apesar de a diferença ter sido menor que 1.000 votos, o PTB conquistou as sobras das vagas (nesse período, as sobras das vagas geradas através do quociente eleitoral eram distribuídas ao partido que tivesse obtido o maior número de votos), totalizando 23 assentos, em comparação às 16 cadeiras conquistadas pelo PSD, 5 vagas alcançadas pelo PL, 4 pela UDN, 4 pelo PRP e 3 lugares pelo PCB.

Os nomes dos representantes erechinenses eleitos nesse pleito são mencionados por Ducatti Neto (1981, p. 118). Em referência ao início das obras do edifício do Foro de Justiça, o autor escreve: “teve início no Governo de Walter Jobim, quando Erechim era representada na Assembleia Legislativa pelos Srs. Rodrigo Magalhães, Américo Godoy Ilha, Fiorelo Zanin e Ernâni Reichmann”.

Pelo PTB, o primeiro nome, Rodrigo Magalhães dos Santos, ou somente Rodrigo Magalhães, era advogado e ex-membro do Comitê Erechinense Pró-Vargas. Magalhães dos Santos, como veremos mais adiante, também conquistaria uma suplência de Deputado Federal, cargo que assumiria durante um breve período. O terceiro mencionado, Raimundo Fiorelo Zanin, juntamente com João Caruso, integrava a direção da USB. Zanin era médico e, clinicando em Erechim, “foi um dos fundadores do Hospital de Caridade, assumindo a direção do mesmo em uma das épocas mais difíceis” (DUCATTI NETO, 1981, p. 278).

O segundo nome mencionado, por Ducatti Neto (1981), Américo Godoy Ilha, havia sido um dos indicados pelo diretório do PSD, em 1945, para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa. Entretanto, devido à deposição de Vargas e a alteração do cronograma eleitoral, não ocorreu a disputa estadual. Assim, Godoy Ilha, acabou postergando sua candidatura para 1947.

Pelo PRP, Ernani Corrêa Reichmann, o quarto mencionado, conforme Araujo (2021, p. 163), obteve “o título de Bacharel em Direito em 26 de dezembro de 1945”. De acordo com o autor, Reichmann:

trabalhava com o pai, e ao que nos indica acaba assumindo um papel dentro do recém-criado Partido de Representação Popular. Algumas fontes — carteira funcional, registros em Atas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, vários discursos parlamentares — comprovam que ele realmente ingressou em 1949 como Deputado Estadual pelo PRP (ARAUJO, 2021, p. 171).

Ao pesquisarmos o perfil biográfico de Fernando Ferrari, obra de autoria de Brandalise e Bombardelli (2012), verificamos a atuação dos quatro deputados mencionados por Ducatti Neto (1981): Ilha, Magalhães, Zanin e, inclusive do suplente Reichmann. Com base no Banco de Dados Eleitorais do NUPERGS, conseguimos verificar a votação total e local^{IX} dos candidatos.

Ao analisarmos os dados eleitorais^X, a votação obtida pelo PCB, na Junta 23, nos chamou a atenção o candidato a deputado estadual mais votado pelo partido, Fernando Gomes da Silveira. De acordo com Pereira (2018, p. 79), citando o ofício nº 320/954, de 13 de julho de 1954, enviado a Henrique Henkin, Diretor do Departamento de Ordem Política e Social, pelo Delegado de Polícia de Erechim Vidal Vieira da Cunha, Silveira era “Médico oculista do Hospital Santa Terezinha. Último Secretário Político do P.C, quando na legalidade”. No entanto, ainda conforme o ofício, Silveira continuava “desenvolvendo esforços para a catequização de mais elementos. Concorreu a Deputado pelo PCB, em 1946”^{XI}.

^{IX} Consideramos a votação local, presente no Banco de Dados Eleitorais do NUPERGS, com a nomenclatura “Junta 23”. Junta 23-1947, conforme NUPERGS, engloba a votação de Erechim e Marcelino Ramos.

^X Disponíveis em NUPERGS.

^{XI} Conforme Pereira (2018, p. 79), “No ofício nº 320/954, de 13 de julho de 1954, que segue abaixo, o então Delegado de Polícia faz uma menção a artigos coletados do Jornal A Voz da Serra, nos quais constava a descrição de alguns comunistas, que residiam em Erechim”. Na relação dos nomes constava Fernando Gomes da Silveira.

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Junta 23	Total de Votos
Américo Godoy Ilha	Advogado	PSD	5633	6506
Raimundo Fiorelo Zanin	Médico	PTB	3511	3624
Rodrigo Magalhães dos Santos	Advogado	PTB	2412	3320
Ernani Corrêa Reichmann	Advogado	PRP	1122	1220
Fernando Gomes da Silveira	Médico	PCB	297	344

QUADRO 4. Candidatos erechinenses à Assembleia Legislativa (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS e NUPERGS.

Partido	% Estado	% Junta 23	Votos locais
Partido Trabalhista Brasileiro	30,88	46,33	7676
Partido Social Democrático	30,73	36,54	6054
Partido Libertador	9,86	2,96	490
União Democrática Nacional	8,50	2,54	420
Partido de Representação Popular	8,42	9,04	1497
Partido Comunista Brasileiro	5,76	2,04	338
Partido Social Progressista	0,49	0,55	91
Esquerda Democrática	0,46	0,01	2
Nulos	0,35	-	-
Branços	4,55	-	-
Total			16568

QUADRO 5. Resultado por legenda para a Assembleia Legislativa (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Candidatos	Partido	% Estado	% Junta 23
Walter Jobim	PSD-PRP-PCB	41,23	44,56
Alberto Pasqualini	PTB	37,54	49,42
Décio Martins Costa	PL-UDN	18,91	6,02
Nulos		0,37	-
Branços		1,85	-

QUADRO 6. Eleição para governador (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cânepa (2005) e NUPERGS.

Dos 5 candidatos erechinenses, na legislatura de 1947, três foram eleitos: Américo Godoy Ilha, Raimundo Fiorelo Zanin e Rodrigo Magalhães. Reichmann, como suplente, também assumiu espaço no Legislativo.

Os petebistas Raimundo Fiorelo Zanin e Rodrigo Magalhães dos Santos, de alas distintas, uma vez que Zanin era oriundo da USB e Magalhães dos Santos do comitê pró-Vargas, juntos obtiveram apenas 438 votos a mais que o candidato Américo Godoy Ilha, do PSD. Apesar dos votos englobarem Erechim e Marcelino Ramos, no que tange à região, a diferença entre os petebistas e pessedista foi menor, apenas 290 votos em favor do PTB.

Os 297 votos obtidos na região, por Fernando Gomes da Silveira, são compatíveis com o resultado obtido, em Erechim, pelo candidato a presidente pelo PCB, em 1945, Yedo Fiúza.

Nesse pleito, diferente do ocorrido no pleito de 1945, em que o PSD teve um desempenho significativamente superior ao PTB, os trabalhistas, tanto nos votos depositados para o cargo de deputado como para o cargo de governador, inverteram o resultado. Apesar da diferença não ter sido tão significativa, em 1947 o PTB erechinense superou a votação dos pessedistas.

Se no Rio Grande do Sul o PRP era apenas a quinta força política, atrás do PTB, PSD, PL e UDN, em Erechim, obtendo três vezes mais votos que o Partido Libertador e a União Democrática Nacional, se destacou com significativa votação na terceira colocação.

1.2.4 Eleição municipal de 1947: a única vitória pessedista

Em novembro de 1947, em Erechim, ocorreu a escolha do Executivo e Legislativo municipal. Em pesquisa aos documentos da 20ª e 148ª Zonal Eleitoral, encontramos a cópia da ata de instalação da Câmara de Vereadores de Erechim. Através do documento, datado do dia 24 de novembro de 1947, conseguimos verificar quem foram os 17 vereadores que tomaram posse.

Assim como ocorreu na disputa para o governo do Estado, logo na primeira eleição municipal, temos os partidos de Vargas em lados opostos. Contudo, a UDN, partido contrário a Vargas, iniciava com o PSD local uma aliança que se repetiria durante todos os pleitos até 1963. Os resultados³³ da disputa para os cargos de prefeito e vice-prefeito seguem abaixo:

Candidatos	Partido	Votação	%
Ângelo Emílio Grando	PSD-UDN	7.621	52,58
Henrique Pagnoncelli	PTB	6.872	47,42
Total		14.493	

QUADRO 7. Eleição para prefeito em Erechim (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *Correio Riograndense* (1947).

Candidatos	Partido	Votação	%
Aldo Ângelo Arioli	PSD-UDN	7.934	56,84
Mariano Moro	PTB	6.025	43,16
Total		13.959	

QUADRO 8. Eleição para vice-prefeito em Erechim (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *Correio Riograndense* (1947).

Cabe ressaltar que a diferença de votos entre o resultado para prefeito e vice-prefeito ocorre devido o código eleitoral da época. Segundo este, a escolha ocorria de forma separada, ou seja, poderia ser eleito o candidato a prefeito de um partido e o vice-prefeito do partido oposto.

Ângelo Emílio Grando, assim como seu vice, Aldo Ângelo Arioli, figuravam os hostes do PSD erechinense: o primeiro industrial madeireiro e o segundo comerciante. Entre os candidatos derrotados, Henrique Pagnoncelli era advogado e Mariano Moro um cooperativista que havia sido sócio em uma casa comercial e também escrivão distrital.

No obituário de Mariano Moro, publicado no *Correio Rio-Grandense*³⁴, consta:

Achou que o único meio de fazer a independência dos colonos era uni-los em Cooperativas. Fundou e foi presidente da Cooperativa Agrícola Nova Vitória desta vila [Severiano de Almeida] e da Coop. Santa Isabel de Gaurama. Fundou outras Cooperativas em quase todos os recantos do município de Erechim e em Santa Catarina. Foi um dos idealizadores e depois fundador da União Sul Brasileira de Cooperativas com sede na capital do Estado.

Segundo Ducatti Neto (1981, p. 285), Ângelo Emílio Grando teve destaque como administrador e é “considerado um dos Prefeitos mais atuantes de Erechim. Entre suas iniciativas conta-se a criação da Biblioteca Pública Municipal e a fundação do Patronato Agrícola Erechinense”.

No Quadro 9³⁵, podemos observar que, apesar da diferença ter diminuído, agora 3,37% entre PSD-UDN e PTB, a votação para o Legislativo seguiu o resultado da majoritária. A coligação PSD e UDN foi a mais votada, seguida do PTB, PL, PRP e PSP.^{xii}

Partido	Votação	%	Assentos
Partido Social Democrático / União Democrática Nacional	6.182	44,41	10
Partido Trabalhista Brasileiro	5.712	41,04	6
Partido Libertador	1.220	8,76	1
Partido de Representação Popular	609	4,38	0
Partido Social Progressista	196	1,41	0
Total	13.919		

QUADRO 9. Resultado por legenda para a Câmara de Vereadores (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Época* (1947).

No Estado, as alianças partidárias vencedoras seguiram diferentes formatos: PTB coligado com a UDN, PTB coligado com o PL, PSD coligado com PRP, entre outras. O PSD sozinho elegeu 45 prefeitos, 45 vice-prefeitos e 429 vereadores. A UDN elegeu 2 prefeitos, 2 vice-prefeitos e 30 vereadores. Já o PTB elegeu 13 prefeitos, 8

^{xii} Devido à ausência das edições do *A Voz da Serra*, conforme já mencionado, não conseguimos identificar quais candidatos, para os cargos de prefeito e vice-prefeito, foram alvos de campanha por parte do PRP, PSP e PL. Porém, devido às características partidárias do PL, número de votos obtidos e das alianças nos pleitos posteriores, inferimos que houve apoio à coligação PSD-UDN. Da mesma forma, verificamos que o PSP e o PRP sem apresentarem candidatos próprios depositaram seus votos em ambos os candidatos ao Executivo municipal.

vice-prefeitos e 172 vereadores. O formato de aliança PSD-UDN, incluindo Erechim, elegeu 1 prefeito, 2 vice-prefeitos e 15 vereadores.³⁶

Os 15 vereadores eleitos, em todo Estado, com o formato de aliança PSD-UDN somaram 7.617 votos³⁷. No Legislativo erечinense, os 10 vereadores eleitos pela coligação, obtiveram 6.182 votos.

Conforme publicação do *Correio Riograndense*^{xiii}, o Legislativo erечinense ficou composto por 10 pessedistas, 6 petebistas e 1 libertador. Os eleitos^{xiv} foram: José Sponchiado, Germano Sarolli, Leonísio Balduíno Grando, João Amandio Sperb, Cassiano Scherwinski Pereira, Walter Pecoits, Reinaldo Fleck, Francisco Pinto de Souza, João Ladislau Modtkoski, Conrado Pecoits Junior, Carlos Irineu Pieta, Salomão Ioshpe, Angelo Luiz Caleffi, Carlos Zambonato, Vitorio Guella, Ernesto Brandalise e Aldo Afonso de Castro.

Em Cassol (1979, p. 228-229), identificamos 5 dos 6 eleitos trabalhistas, sendo: Carlos Irineu Pieta, Salomão Ioshpe, Angelo Luiz Caleffi, Carlos Zambonato e Vitorio Guella. O único representante libertador foi Aldo Afonso de Castro. Já na composição pessedista, dos 10 assentos obtidos, identificamos 9 eleitos. Porém, ainda conforme Cassol (1979), um dos identificados pertence à UDN. Desta forma, inferimos que houve, de fato, coligação partidária entre PSD-UDN também em nível proporcional. Destes são: José Sponchiado (PSD), Germano Sarolli (PSD), Leonísio Balduíno Grando (PSD), João Amandio Sperb (PSD), Cassiano Scherwinski Pereira (PSD), Walter Pecoits (PSD), Reinaldo Fleck (PSD), Francisco Pinto de Souza (UDN) e Conrado Pecoits Junior (PSD).

^{xiii} CORREIO RIOGRANDENSE, 17/12/1947. Garibaldi. Obs.: Na tabela publicada no periódico, no item Erechim, não consta eleitos pela UDN, PRP, PSP e coligações. Porém há de considerar o texto localizado abaixo da relação município-número de eleitos por partidos: “Ressaltamos que os dados acima não são oficiais, tornando-se difícil distinguir e desemaranhar os candidatos que concorreram sob a legenda de diversos partidos e em numerosas coligações”.

^{xiv} Cópia da Ata de Instalação da Câmara de Vereadores. 24/11/1947. A ordem dos nomes foram preservadas conforme o documento. Porém não constam as siglas partidárias dos eleitos.

Não foi possível aferir a sigla partidária de 2 eleitos. Por ter faltado identificar um assento pessedista e outro petebista, inferimos^{xv} que João Ladislau Modtkoski tenha sido eleito pela coligação PSD-UDN e Ernesto Brandalise eleito pelo PTB.

Quanto ao número de vagas na Câmara de Vereadores de Erechim, Cassol (1979, p. 228-229) apresenta 19 nomes. Aos 17 já mencionados, o autor acrescenta Angelo Palma, do PTB, e José Salazar, do PSD. Contudo, Ducatti Neto (1981, p. 112) menciona Palma e Salazar, juntamente com outros nomes, como vereadores suplentes que exerceram funções apenas em determinados períodos durante a legislatura.

Também, através da cópia da ata de instalação da Câmara de Vereadores, foi possível verificar a votação para a primeira mesa diretora, que teve as seguintes disputas: para presidente, em que João Amandio Sperb recebeu 16 votos e Aldo Afonso de Castro 1 voto; para vice-presidente, em que Francisco Pinto de Souza recebeu 10 votos, Leonísio Balduino Grando 1 voto, José Sponchiado 1 voto e Vitorio Guella 5 votos; para primeiro secretário, em que Leonísio Balduino Grando recebeu 9 votos, Reinaldo Fleck 2 votos e Aldo Afonso de Castro 6 votos; para segundo secretário, em que Carlos Zambonato recebeu 10 votos, Leonísio Balduino Grando 1 voto, Vitorio Guella 1 voto, Conrado Pecoits Junior 4 votos e Carlos Irineu Pieta 1 voto.

Com o resultado, a primeira mesa diretora, foi composta pelo pessedista João Amandio Sperb, presidente, Francisco Pinto de Souza,

^{xv} Utilizamos as características observadas nos textos dos anais do Legislativo municipal da década de 1950. Nestes, quando presentes no início da sessão, os vereadores eram agrupados pelas siglas partidárias. Porém, cabe ressaltar que o secretário do Legislativo, responsável pela elaboração das atas analisadas, não foi o mesmo que redigiu a Ata de Instalação da Câmara de Vereadores. Nesta, o escrivão Theodoro Tedesco foi o responsável pela elaboração do documento que pode ou não ter seguido o mesmo padrão de escrita.

da UDN, vice-presidente, Leonísio Balduíno Grando, do PSD, primeiro secretário e, na segunda secretaria, Carlos Zambonato, do PTB.

Apesar dos votos para a escolha da mesa diretora ocorrerem de forma secreta, com os resultados obtidos, podemos concluir que o presidente eleito, João Amandio Sperb, recebeu votos da bancada petebista. Da mesma forma, o desempenho petebista, apesar de numericamente inferior ao PSD, uma vez que obteve quase 1/3 dos lugares, foi bastante significativo e refletiu na construção do capital político partidário.

A organização perrepeista, em Erechim, pode ser verificada no *Jornal do Dia*³⁸. A publicação informava que o Presidente do Diretório Estadual havia nomeado 29 inspetores do PRP, no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda, segundo o texto, o Diretório Municipal de Erechim nomeou os seguintes coordenadores populistas: Homero Pedrolo, Alfredo Bauermann, Felipe Kops, Antonio da Silva Medeiros, João Fascicolo, Antonio Balena e Benvenuto Santin.

Vereadores	Profissão	Partido
Conrado Pecoits Junior	Médico	PSD-UDN
Cassiano Scherwinski Pereira		PSD-UDN
Germano Sarolli	Comerciante	PSD-UDN
João Amandio Sperb	Comerciante e industrialista	PSD-UDN
José Sponchiado	Comerciante	PSD-UDN
Leonísio Balduíno Grando	Comerciante	PSD-UDN
Reinaldo Fleck	Escrivão	PSD-UDN
Walter Pecoits	Médico	PSD-UDN
João Ladislau Modtkoski	Agricultor	PSD-UDN (?)
Francisco Pinto de Souza	Industrialista	UDN-PSD
Angelo Luiz Caleffi	Médico	PTB
Carlos Irineu Pieta	Contador	PTB

Vereadores	Profissão	Partido
Carlos Zambonato	Dentista	PTB
Salomão Ioshpe	Madeireiro	PTB
Vitorio Guella	Comerciante e industrialista	PTB
Ernesto Brandalise	Madeireiro	PTB (?)
Aldo Afonso de Castro	Escritório de representação	PL

QUADRO 10. Vereadores eleitos em Erechim (1947). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cópia da Ata de Instalação da Câmara de Vereadores (1947), Ducatti Neto (1981) e Cassol (1979). Obs.: os dois eleitos com o ponto de interrogação se referem a nossa inferência a respeito de suas siglas partidárias. A ordem da apresentação dos nomes não representa o desempenho eleitoral dos mesmos.

Conforme Berstein (2003, p. 77), apesar de:

Interessante para o conhecimento histórico, a composição sociológica de um partido não nos deve portanto levar a julgar de maneira pueril que é nela que se encontram os únicos elementos de explicação das atitudes políticas do partido, mesmo que esse dado esteja longe de ser desprezível.

Analisando o perfil profissional apresentando na provisória diretoria^{xvi} erechinense do PTB de 1945, que contava com operários na presidência, na 2ª e 3ª vice-presidência e também como 3ª secretaria, o resultado eleitoral mostra um perfil, dos eleitos, bastante distinto. Ocupando os assentos trabalhistas, não há um operário sequer.

^{xvi} Presidente de honra - dr. Getulio Dorneles Vargas; presidente Pedro Gutierrez, **operário**; 1º vice - Paulo E. N. Garcia, advogado e jornalista; 2º vice - Julio Flores de Menezes, **operário**; 3º vice - Alfredo Corrêa, **operário**; secretário geral - Theobaldo Ludke, guarda livros; 2º secretário - Nelson Bastos, estudante; 3º secretário - Euclides Aguiar, **operário**; 1º tesoureiro - Nio-de Sebben, guarda-livros; 2º dito - Ary Berto, bancário; 3º dito - João A??. gráfcico. Conselho Fiscal e Comissão de Propaganda - Afonso Fritsch, Igenio Menta, Manoel Calixto, Geraldino Salomoni, Antonio Zucchi, Rosalino José Duarte, Atilio R. Tranzoto, Juvenal Silva, Edmundo Palhano Sobr. Segismundo Salomoni, Nazeazeno Lima, José da Veiga, Mericio Costa, Aparicio Lemos, Assis Santos, Miguel de Oliveira, Vidal Fernandez e Terezio Silva (grifo nosso).

Pelo recorte temporal estudado, também podemos observar que as profissões ou campos de atuação dos candidatos, sobretudo dos eleitos, estão longe de ocuparem parte inferior da pirâmide social. De acordo com Bernstein (2003), esses dados não devem ser desprezíveis, da mesma forma que não se deve levar a julgar de maneira superficial.

Ao finalizar este capítulo, os nomes que figuraram nesse início da democratização se tornarão personagens importantes na cena política erechinense e também gaúcha da década seguinte. Destacamos, neste trabalho, o candidato a deputado federal em 1945 pelo PTB, Paulo Emílio Nunes Garcia, os deputados estaduais eleitos em 1947 pelo PSD, Américo Godoy Ilha, e pelo PTB, Rodrigo Magalhães dos Santos, além do organizador da USB em Erechim, João Caruso.

No que tange aos pleitos, considerando os votos depositados para o cargo de deputado federal, em 1945, em comparação com os votos depositados para o cargo de deputado estadual, em 1947, o PSD passou de 68,42% dos votos para 36,54%; o PTB aumentou de 13,87% para 46,33%; o PL passou de 3,45% para 2,96%; a UDN, de 3,29%, diminuiu para 2,54%; o PCB aumentou de 1,13% para 2,04%; e o PRP saltou de 2,91% para 9,04%.

Nos dois primeiros pleitos, federal de 1945 e estadual de 1947, observamos o crescimento significativo das votações do PTB e do PRP, que aumentaram respectivamente 32,42% e 6,31% dos votos. Também, verificamos a estabilidade no PL, UDN e PCB. Por último, o PSD teve decréscimo em suas votações. Porém, mesmo considerando a perda de 31,88% de seu eleitorado, no pleito municipal de 1947, o PSD teve êxito tanto no Executivo como no Legislativo erechinense. A diferença para o cargo de prefeito foi de 5,16% em favor do candidato pessedista. Já para o cargo de vice-prefeito a diferença foi maior, 13,68% em favor do PSD.

O PRP, para a Câmara de Vereadores, conquistou 609 votos, ficando em quarto lugar. Podemos inferir que o acréscimo significativo entre os pleitos de 1945, quando obteve 457 votos, e o pleito estadual de 1947, em que obteve 1.497 votos, pode ter ocorrido devido ao fato de o resultado da disputa estadual de 1947 estar contabilizado, na Junta 23, o município de Marcelino Ramos.

Notas finais

- ¹ Ver: NASCIMENTO, 2007, p. 260.
- ² Ver: CASSOL, 1979, p. 34.
- ³ Ver: CASSOL, 1979, p. 35.
- ⁴ Fonte: ROCHE, Jean. A imigração Alemã e o RS. Vol. 1, p. 314.
- ⁵ Ver: CASSOL, 1979, p. 62.
- ⁶ Ver: CASSOL, 1979, p. 84.
- ⁷ JORNAL DO DIA, 25/02/1949. Porto Alegre.
- ⁸ JORNAL DO DIA, 25/02/1949. Porto Alegre.
- ⁹ A VOZ DA SERRA, 29/09/1945. Erechim.
- ¹⁰ A VOZ DA SERRA, 29/09/1945. Erechim.
- ¹¹ A VOZ DA SERRA, 02/10/1945. Erechim.
- ¹² A VOZ DA SERRA, 02/10/1945. Erechim.
- ¹³ Processo de naturalização de João Caruso. BR RJANRIO A9.0.PNE.48063 - Diretoria da Justiça e do Interior - Rio de Janeiro, D.F.
- ¹⁴ A VOZ DA SERRA, 03/10/1945. Erechim.
- ¹⁵ A VOZ DA SERRA, 03/10/1945. Erechim.
- ¹⁶ A VOZ DA SERRA, 18/10/1945. Erechim.
- ¹⁷ A VOZ DA SERRA, 20/10/1945. Erechim.
- ¹⁸ A VOZ DA SERRA, 23/10/1945. Erechim.
- ¹⁹ A VOZ DA SERRA, 26/10/1945. Erechim.
- ²⁰ A VOZ DA SERRA, 07/11/1945. Erechim.
- ²¹ A VOZ DA SERRA, 07/11/1945. Erechim.
- ²² A VOZ DA SERRA, 07/11/1945. Erechim.
- ²³ A VOZ DA SERRA, 21/11/1945. Erechim.
- ²⁴ A VOZ DA SERRA, 21/11/1945. Erechim.
- ²⁵ A VOZ DA SERRA, 21/11/1945. Erechim.
- ²⁶ Ver: BODEA, 1992, p. 26.
- ²⁷ Ver: BODEA, 1992, p. 23.
- ²⁸ A VOZ DA SERRA, 21/11/1945. Erechim.
- ²⁹ A VOZ DA SERRA, 10/12/1945. Erechim.
- ³⁰ Ver: BRASIL, 1950, p. 49.
- ³¹ A VOZ DA SERRA, 10/12/1945. Erechim.
- ³² Ver: BRASIL, 1950, p. 11.
- ³³ CORREIO RIOGRANDENSE, 10/12/1947. Garibaldi.
- ³⁴ CORREIO RIO-GRANDENSE, 23/01/1952. Garibaldi.
- ³⁵ A ÉPOCA, 23/11/1947. Caxias do Sul.
- ³⁶ BRASIL, 1950, p. 153.
- ³⁷ BRASIL, 1950, p. 153.
- ³⁸ JORNAL DO DIA, 30/09/1947. Porto Alegre.

CAPÍTULO II

ASCENSÃO DO PTB AO EXECUTIVO E LEGISLATIVO ERECHINHENSE

Neste capítulo, iniciamos analisando as eleições ocorridas em 1950 para presidente, governador, senador e deputados. No que tange à votação local, com exceção dos cargos de deputado estadual e federal, utilizamos como fonte o *Correio Rio-Grandense*^I de Garibaldi.

Os dados colhidos no periódico foram comparados com os dados eleitorais disponíveis em NUPERGS^{II}, em que é apresentado o resultado conjunto de Erechim e Marcelino Ramos. Porém, como no periódico os resultados de Erechim e Marcelino Ramos são apresentados separadamente, constando apenas as votações para os cargos de presidente, vice-presidente, governador e senador, no que se refere à votação para os cargos de deputado estadual e federal, consideraremos^{III}, em nosso trabalho, os votos recebidos em Erechim e Marcelino Ramos.

^I Apesar do resultado ter sido publicado na edição do dia 18 de outubro de 1950, a apuração foi referente ao dia 14 de outubro do mesmo ano.

^{II} Consideramos a votação local, presente no Banco de Dados Eleitorais do NUPERGS, com a nomenclatura “Junta 24”. Junta 24-1950, conforme NUPERGS, engloba a votação de Erechim e Marcelino Ramos.

^{III} Disponíveis em NUPERGS.

Na sequência, analisamos a disputa entre PSD e PTB ao governo municipal no pleito de 1951, bem como a interferência na escolha do candidato trabalhista por intermédio de João Caruso. Em seguida, passamos para as disputas ocorridas e a organização do pleito estadual de 1954, considerando as migrações partidárias dos petebistas locais, devido a dissensões internas observadas em âmbito estadual. Para finalizar, buscamos analisar os resultados do pleito federal e do pleito municipal, realizados em 1955. A disputa municipal elegeria a segunda administração petebista e o Legislativo ficaria composto com maioria absoluta dos assentos para os trabalhistas.

2.1. Eleição federal e estadual de 1950: o PTB local apresenta dois candidatos federais

As eleições de outubro de 1950, no Rio Grande do Sul, de acordo com Cánepa (2005), foram as únicas, no período de 1945 a 1964, que ocorreram em concomitância, para governador e presidente da República. Ainda segundo a autora, acrescentando este dado ao fato que Getúlio Vargas concorreria ao cargo mais alto da política brasileira, o pleito “emprestará um caráter extremamente particular a esta eleição no que diz respeito à articulação regional/nacional dos partidos” (CÁNEPA, 2005, p. 124).

Conforme Oliveira (2008, p. 209), em âmbito nacional, o PSD, definiu a candidatura de Cristiano Machado^{IV}. Caberia a este, após a oficialização de sua candidatura, oferecer ao PTB de Vargas a vice-presidência. Porém, a proposta não ocorreu devido ao risco do presidente Dutra não o apoiar.

^{IV} Segundo Skidmore (1975, p. 105), “um advogado e político sem ressonância nacional, retirado do baluarte pessedista de Minas Gerais”.

No Rio Grande do Sul, para a autora:

o lançamento de Cristiano Machado como candidato a presidência da República pelo PSD não foi unânime na seção pessedista gaúcha. Desde o mês de abril o grupo getulista e dutrista haviam cindido oficialmente, a ponto de cada um lançar o seu candidato ao governo do estado para as eleições em outubro desse mesmo ano. O PSD dutrista ou ortodoxo efetivou a candidatura de Cylon Rosa na convenção estadual no mês de maio, visto que, mantinha a maioria na direção partidária do estado, contando, portanto, com a aprovação de 67 diretórios, num total de 92 existentes no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2008, p. 209).

A candidatura de Getúlio Vargas, “pelo PTB, combinada com a cisão no PSD e a formação do PSD Autonomista (PSDA), levará definitivamente para o seio do PTB, o restante da ala ‘getulista’ do PSD gaúcho” (CÁNEPA, 2005, p. 124-125). Segundo Oliveira (2008, p. 211), a formação do PSDA “completou o processo de desgetulização do PSD gaúcho pois, foi o último grupo getulista a se estruturar dentro do partido”.

Da mesma forma, para Cortés (2007, p. 206), a migração partidária ocorrida do PSD para o PTB, além de ter diminuído as fileiras pessedistas, também ocasionou “o surgimento de uma forte corrente anti-Vargas dentro do PSD”. Essa dissidência “empurrava-o para mais perto do campo de oposição PL-UDN”.

Os udenistas repetiram a candidatura do pleito presidencial de 1945, com a indicação de Eduardo Gomes. Conforme Skidmore (1975, p. 108), em busca de votos para o seu candidato, a UDN utilizou freneticamente a imprensa escrita e falada.

De acordo com Cortés (2007, p. 207):

Na tentativa de ganhar a eleição presidencial, a UDN nacional obteve o apoio do PRP a favor do seu candidato, Eduardo Gomes, concordando em apoiar Plínio Salgado, o antigo chefe integralista, como candidato ao Senado. Já que o PRP era mais forte no Rio Grande do Sul, o paulista Salgado decidiu concorrer nesse estado como candidato da coligação UDN-PRP.

Assim, conforme Skidmore (1975, p. 105), Vargas “ressurgia no cenário nacional como campeão do trabalhismo e como candidato endossado por seu rival mais próximo em populismo, Ademar de Barros”. Da mesma forma, sua habilidade política permitiu uma campanha sem surpresas, pois “a oposição contra ele estava dividida. Incapaz de encontrar um candidato de união, tanto UDN quanto o PSD colocaram em campo os seus próprios candidatos” (SKIDMORE, 1975, p. 106).

O pleito, para Cortés (2007, p. 204):

mostrou com clareza as crescentes divisões socioeconômicas na política brasileira. Por um lado, havia as forças conservadoras, centralizadas no PSD, na UDN, no Partido Republicano (PR) — baseado nas Minas Gerais do ex-presidente Arthur Bernardes — e o PL rio-grandense de Raul Pilla. [...] Por outro lado, havia as crescentes forças do populismo, representadas pelo PTB de Vargas e pelo PSP de Adhemar de Barros.

No processo eleitoral, em âmbito nacional, do total de 7.898.083 votantes, Getúlio obteve 48,73% dos votos¹. Apesar de eleito, não alcançou a maioria absoluta, ou seja, mais de 50% do eleitorado. Assim, sua vitória foi alvo de questionamento por parte dos udenistas. Segundo Oliveira (2008, p. 213), “um grupo da UDN, recorreu às

Forças Armadas para apoiá-la no impedimento da posse do novo presidente, reivindicando a tese da maioria absoluta”. A reivindicação udenista não foi aceita e, em 31 de janeiro de 1951, Getúlio recebeu a faixa presidencial.

No Rio Grande do Sul, com um total de 719.334 votantes, a aliança PTB, PSDA e PSP deu a Getúlio 48,21% dos votos²; Cristiano Machado, do PSD com apoio do PCB, recebeu 28,86% dos votos; Eduardo Gomes, da UDN aliado com PL e PRP, obteve 20,51% e João Mangabeira, do PSB, apenas 0,06% dos votos. Em comparação com a votação nacional, os resultados do PSD e da UDN sofreram uma inversão. No Estado gaúcho, o pessedista, Cristiano Machado recebeu mais votos que Eduardo Gomes, da UDN.

Para o cargo de vice-presidente, em âmbito estadual, a inversão PSD e UDN também ocorreu. Altino Marques, do PSD, obteve mais votos que o candidato da UDN, Odilon Braga. Assim, podemos observar que o PSD gaúcho, mesmo enfrentando cisões internas, possuía maior força política que a UDN.

No município de Erechim, dos 17.936 votos, Getúlio recebeu 8.330, 1.249 a mais que o segundo colocado, o pessedista, Cristiano Machado. Assim como ocorreu no Estado, Cristiano Machado obteve mais votos que o udenista Eduardo Gomes e a diferença entre ambos foi significativa, de 4.556 votos. Para o cargo de vice-presidente, conforme publicação do *Correio Rio-Grandense*, o total foi de 11.616 votos no município. O candidato pessedista Altino Marques obteve a primeira colocação com 6.971 votos, seguido de Odilon Braga, da UDN, com 2.800 e Café Filho, do PSP, candidato de Getúlio, em terceiro lugar com 1.845 votos.^V

^V CORREIO RIO-GRANDENSE, 18/10/1950. Garibaldi. Apuração geral realizada até o dia 14 de outubro. O número de votantes corresponde à soma dos votos obtidos pelos candidatos. Devido à ausência de dados, não estão computados os votos nulos e brancos.

Candidatos	Partido	% Brasil	% Estado	% Erechim
Getúlio Vargas	PTB-PSDA-PSP	48,73	48,21	46,44
Cristiano Machado	PSD	21,49	28,86	39,48
Eduardo Gomes	UDN-PL-PRP	29,66	20,51	14,08
João Mangabeira	PSB	0,12	0,06	-
Nulos		-	0,68	-
Branços		-	1,68	-

QUADRO 11. Eleição para presidente (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1952), Cânepa (2005) e *Correio Rio-Grandense* (1950).

Candidatos	Partido	% Brasil	% Estado	% Erechim
Café Filho	PSP-PTB-PSDA	35,76	30,71	15,88
Altino Marques	PSD	23,4	28,98	60,01
Odilon Braga	UDN-PL-PRP	33,26	22,03	24,1
Vitorino Freire	PST	7,43	0,26	-
Alpídio C. Neto	PSB	0,15	0,04	-
Nulos		-	0,62	-
Branços		-	17,34	-

QUADRO 12. Eleição para vice-presidente (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1952), Cânepa (2005) e *Correio Rio-Grandense* (1950).

A campanha eleitoral trabalhista, para o governo gaúcho, teve um fatal imprevisto. No dia 30 de julho de 1950, o candidato ao cargo de governador, Salgado Filho, faleceu em um trágico acidente de avião. Segundo Bodea (1992, p. 69):

Enquanto os trabalhistas ainda assimilavam o trágico desaparecimento de Salgado Filho, iniciava-se a campanha presidencial de Getúlio Vargas. No dia 9 de

agosto, em Porto Alegre, realizou-se o comício de lançamento da candidatura de Vargas. No palanque, ao lado de Pasqualini, Goulart e Brizola, o ex-presidente se fez acompanhar também do governador Adhemar de Barros, seu grande aliado na jornada ao Catete.

Ainda conforme Bodea (1992, p. 71), o partido anunciaria o seu novo escolhido, Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas. Dornelles havia sido interventor no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo e também “um dos próceres da dissidência ‘autonomista’ do PSD”. Iniciando a política de alternância ocorrida no Rio Grande do Sul, o PTB elegeria o seu primeiro governador.

Em âmbito municipal, conforme publicação do *Correio Rio-Grandense*^{VI}, o preferido para assumir a vaga de governador foi Cylon Rosa com 9.374 votos, seguido de Ernesto Dornelles com 8.078 votos. Ou seja, ocorreu o inverso do resultado estadual. Já para senador, apesar de seguir o mesmo padrão estadual, a disputa foi bem acirrada, apenas 0,42% dos votos separaram o primeiro colocado, Alberto Pasqualini, com 8.116 votos, do segundo, Plínio Salgado, com 8.043. A estratégia realizada pelo integralista, de concorrer fora de seu estado de origem, buscando o eleitorado perrequista gaúcho, apesar de não ter obtido êxito em Erechim, mostrou-se bastante eficaz ao conquistar os votos do eleitorado pessedista.

^{VI} CORREIO RIO-GRANDENSE, 18/10/1950. Garibaldi. Apuração geral realizada até o dia 14 de outubro. O número de votantes corresponde à soma dos votos obtidos pelos candidatos a governador, devido à ausência de dados, não estão computados os votos nulos e brancos. Para comparação, o pleito municipal de 1951, em Erechim, obteve 19.528 votantes para o cargo de prefeito.

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim
Ernesto Dornelles	PTB-PSDA-PSP	45,85	45,52
Cylon Rosa	PSD-UDN-PRP	39,47	52,82
Edgar Schneider	PL	11,23	1,66
Mendonça Lima	PSB	0,11	-
Nulos		0,76	-
Branços		2,56	-

QUADRO 13. Eleição para governador (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cânepa (2005) e *Correio Rio-Grandense* (1950).

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim
Alberto Pasqualini	PTB-PSDA-PSP	47,78	46,98
Plínio Salgado	PRP-PSD-UDN	34,02	46,56
Décio Martins Costa	PL	12,31	6,46
Nulos		0,75	-
Branços		5,14	-

QUADRO 14. Eleição para senador (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cânepa (2005) e *Correio Rio-Grandense* (1950).

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Junta 24	Votos locais
João Caruso Scuderi	Advogado	PTB	5.961	6.339
Aldo Ângelo Arioli	Comerciante	PSD	4.623	5.165
Ernani Corrêa Reichmann	Advogado	PRP	2.266	2.898
Wilson Watson Weber	Advogado	PSP	845	989
Cyro Miranda e Silva	Médico	UDN	446	478
Otto Eduardo Muller	Comerciante	UDN	0	213

QUADRO 15. Candidatos erechinenses à Assembleia Legislativa (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1952), Cassol (1979), NUPERGS e TRE-RS.

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Junta 24	Votos locais
Henrique Pagnoncelli	Advogado	PTB	7.424	13.433
Américo Godoy Ilha	Advogado	PSD	8.081	10.496
Rodrigo Magalhães dos Santos	Advogado	PTB	1.287	6.627

QUADRO 16. Candidatos erechinenses à Câmara dos Deputados (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1952), Cassol (1979), NUPERGS e TRE-RS

Partido	% Estado	% Junta 24	Votos locais
Partido Trabalhista Brasileiro	41,20	42,36	9354
Partido Social Democrático	31,29	41,78	9225
Partido Libertador	7,53	0,64	142
Partido de Representação Popular	6,77	8,43	1861
União Democrática Nacional	6,46	2,01	444
Partido Social Progressista	1,57	0,87	192
Partido Republicano	0,99	0,42	93
Nulos	1,12	1,35	299
Branços	3,03	2,14	472
Total			22082

QUADRO 17. Resultado por legenda para a Câmara Federal (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Partido	% Estado	% Junta 24	Votos locais
Partido Trabalhista Brasileiro	34,76	37,08	7896
Partido Social Democrático	29,11	41,64	8869
Partido Libertador	9,77	1,06	226
Partido de Representação Popular	7,48	11,06	2356
União Democrática Nacional	7,42	2,83	602
Partido Social Progressista	3,63	5,14	1094
Partido Socialista Brasileiro	1,78	0,07	15
Partido Republicano	1,71	1,12	239
Nulos	1,46	-	-
Branços	2,88	-	-
Total			21297

QUADRO 18. Resultado por legenda para a Assembleia Legislativa (1950). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Para a Câmara Federal, totalizando 22 cadeiras, o PTB gaúcho, com 41,20% dos votos, conquistou 10 lugares; o PSD, com 31,29% dos votos, conquistou 8 lugares; o PL, com 7,53%, elegeu 2 representantes; o PRP, com 6,77%, e a UDN, com 6,46% dos votos, conquistaram um assento cada. Na Assembleia Legislativa, novamente, o PTB conquistou o maior número de vagas: das 55 disponíveis, com 34,76% dos votos, conseguiu 21 assentos; a segunda maior bancada foi a do PSD, com 29,11% dos votos, resultando em 17 assentos; o PL, com 9,77% dos votos, obteve 6 vagas; o PRP, com 7,48%, e a UDN, com 7,42% dos votos, conquistaram 4 assentos cada; o PSP, com 3,63% da contagem, conquistou 2 assentos, e o PSB, com 1,78%, conseguiu apenas um lugar.³

Referente aos resultados no Estado, para Cánepa (2005, p. 154-155):

são amplamente favoráveis à coligação PTB-PSDA-PSP, que ganha em todos os níveis por grande margem de votos. Sobre os resultados eleitorais, as seguintes considerações podem ser feitas:

1. A votação nos candidatos majoritários, Vargas e Pasqualini (48%), supera a votação da aliança quer para a Câmara Federal (43%), quer para a Assembleia Legislativa (39%). Isso está a indicar que Vargas e Pasqualini contaram com voto das outras agremiações.
2. Apesar da aliança PTB-PSDA-PSP, Café Filho, candidato à vice de Vargas, obteve o grande percentual de votos em branco para a Vice-Presidência (17%), conclui-se que muitos dos que votaram em Vargas não acompanharam o voto em Café Filho.
3. Comparando-se a votação para a legenda do PSD/Câmara Federal 31,29% com a votação dada a Christiano Machado 28,86%, pode-se afirmar que o eleitorado gaúcho do PSD não “cristianizou” seu candidato à Presidência da República. O que vem confirmar o fato de que o PSD-RS já se achava plenamente “desgetulizado”. Aliás, como afirma Bodea, apesar do confuso quadro de alianças em nível nacional e estadual, “o eleitorado dos três grandes partidos nacionais- PTB, PSD e UDN — dava demonstração de grande disciplina em solo gaúcho” (Bodea, p. 88).

Para a Assembleia Legislativa, o então vice-prefeito de Erechim, com 5.165 votos⁴, Aldo Ângelo Arioli, do PSD, conquistou uma vaga de titular: foi o sétimo mais votado dentro do partido. Da mesma forma, João Caruso foi eleito pelo PTB, com 6.339 votos⁵, o

quinto mais votado na sigla. De acordo com Cánepa (2005, p. 155), Caruso seria um dos “nomes relevantes para a política estadual em todo período”^{VII}.

O perrepista Ernani Corrêa Reichmann, em sua segunda disputa eleitoral, com 2.898 votos, alcançou a primeira suplência. Em relação aos seus 2.266 votos⁶ obtidos na Junta 24, que engloba os votos de Erechim e Marcelino Ramos, tendo em vista que Cylon Rosa e Plínio Salgado conquistaram mais de 1.000 votos frente a Dornelles e Pasqualini em Marcelino Ramos⁷, podemos inferir que parte do crescimento eleitoral de Reichmann seja resultado do apoio do eleitorado marcelinense.

No pleito à Assembleia Legislativa, Aldo Ângelo Arioli obteve 2.769 votos a menos (5.165) em comparação ao número obtido em sua candidatura a vice-prefeito, em que alcançou 7.934 votos, ocasião, inclusive, em que superou a votação do próprio candidato a prefeito. Podemos concluir, portanto, que seu capital político teve uma perda significativa.

Já o naturalizado brasileiro João Caruso conseguiu se eleger logo em sua primeira disputa. Cabe aqui uma observação: Caruso nunca disputaria uma vaga para a Câmara Federal, uma vez que o código eleitoral não permitia cidadãos não natos de concorrer^{VIII}.

^{VII} O nome de João Caruso aparece juntamente com os demais candidatos eleitos para a referida legislatura. Conforme Cánepa (2005, p. 155), “A nominata dos candidatos eleitos, em 1950, para a Câmara e Assembleia inclui nomes relevantes para a política estadual em todo período”.

^{VIII} Segundo Zambonato (1997, p. 24), Caruso, por ser italiano e não brasileiro nato, não podia concorrer para deputado federal ou senador. Logo, “não abria mão de sua candidatura sucessiva a deputado estadual”. Corroborando com a situação posta por Zambonato (1997), há, na cópia da ata da reunião da Câmara de Vereadores de Erechim do dia 29 de agosto de 1956, um requerimento de autoria do petebista Gladstone Osório Mársico “pedindo se dirija a casa, por telegrama, à comissão encarregada da reforma da constituição federal, fazendo veemente apelo, para que os brasileiro naturalizados sejam considerados elegíveis ao Congresso Nacional”. Em apelo de Mársico, há a menção de “o caso do Sr. João Caruso, que convidado para assumir o Ministério da Agricultura, não poderia ocupar aquele Ministério, visto não ser brasileiro nato”.

Pelo PSP, concorreu o advogado Wilson Watson Weber. Inferimos que os 989 votos conquistados pelo candidato pessepista, em votação estadual, dariam expectativa para o partido disputar as vagas ao Executivo municipal do ano seguinte.⁸

A UDN indicou o médico Cyro Miranda e Silva e o comerciante Otto Eduardo Muller. Dos 478 votos recebidos pelo primeiro, 446 foram conquistados em Erechim e Marcelino Ramos. Já Muller, apesar de concorrer posteriormente ao Legislativo erechinense, obteve 213 votos no pleito^{IX}, embora nenhum tenha sido registrado na Junta 24⁹.

Para a Câmara dos Deputados, Henrique Pagnoncelli, candidato a prefeito derrotado em 1947, foi eleito pelo PTB. Pelo PSD, Américo Godoy Ilha passou de deputado estadual para o cargo de deputado federal.

Henrique Pagnoncelli foi o quinto deputado federal mais votado dentro do PTB¹⁰: obteve significativos 13.433 votos. Como comparação, José Diogo Brochado da Rocha, com 44.812 votos, foi o candidato petebista mais votado no pleito para o cargo de deputado federal. Ainda pelo PTB, Rodrigo Magalhães dos Santos, deputado estadual eleito com 3.364 votos em 1947, obteve 6.627 votos¹¹, conquistando assim a sexta suplência para a Câmara Federal. Analisando a votação obtida pelos dois petebistas na Junta 24¹², fica evidente que a disputa fragmentou negativamente o resultado de Magalhães dos Santos. Pagnoncelli conquistou 7.424 votos contra 1.287 votos de Magalhães dos Santos. Isso representa que o primeiro recebeu 55,26% de seus votos em Erechim e Marcelino Ramos, já o segundo, apenas 19,42% em seu domicílio eleitoral.

Apesar de Rodrigo Magalhães dos Santos ter ficado com a sexta suplência petebista para a Câmara de Deputados, recebeu mais votos

^{IX} Otto Eduardo Muller, da UDN, recebeu 190 votos na Junta 25 (Estrela e Encantado).

que os candidatos a deputados estaduais Aldo Angelo Arioli, do PSD, e do seu correligionário João Caruso, embora com pequena diferença.

Com 10.496 votos, Américo Godoy Ilha foi o oitavo deputado pessedista mais votado¹³. Em comparação, Clovis Pestana foi o candidato pessedista mais votado, com 29.682 votos. Se confrontarmos os votos recebidos por Godoy Ilha neste pleito com a quantidade obtida no pleito estadual de 1947, o acréscimo foi de 4.043 votos.

2.2. Eleição municipal de 1951: a carta de João Caruso

A manchete do *A Voz da Serra*¹⁴, “como fora previsto, fracassou o acordo político dos partidos em Erechim”, apresentava a situação das preparações político-partidárias, para o pleito que seria realizado naquele 1º de novembro de 1951, em Erechim. Já o título de apoio deixava à mostra o posicionamento político do jornal de Estevam Carraro: o “Partido Trabalhista, mantendo-se intransigente na indicação de seu candidato estancou as hipóteses para uma conciliação — O PSD indicou o Dr. Angelo Caleffi e sugeriu a escolha de outro candidato, trazido dos chamados ‘pequenos partidos’”.

Conforme a publicação¹⁵, “visto ter o PSD recebido carta do dr. João Caruso, declarando que o acordo somente seria plausível se fosse apoiado o nome do sr. José Mandelli Filho”, o consenso que se construía foi obstruído pelo Partido Trabalhista Brasileiro. A parcialidade da matéria é exposta com o trecho:

O PSD, tentando harmonizar a situação, indicou o nome do ilustre facultativo, dr. Angelo Caleffi, do PTB; porém o conhecido médico declinou da indicação, passando então os peessedistas a ventilar a proposição de um terceiro candidato, partido dos minoritários. Todavia, consultado o PTB, manteve-se

este intransigente em seus propósitos, redundando em total fracasso o tão propalado acordo. Nota curiosa e que provocou os mais diversos comentários, foi quando, indicado o nome do sr. José Mandelli Filho, vários simpatizantes do conhecido tabelião, queimaram, em regozijo, inúmeros foguetes.¹⁶

A parcialidade é verificada porque na mesma página¹⁷, logo abaixo da citada matéria, era publicada, na íntegra, a “COPIA DA ATA NUMERO TRES”, ata da reunião em debate. Mas, antes de prosseguirmos, apresentaremos o candidato petebista em questão. Devido à impossibilidade de análise das edições ausentes do *A Voz da Serra*, não encontramos menções, nos materiais que tivemos acesso, sobre José Mandelli Filho antes de 1951. Com exceção, em edição de 1949 do *Jornal do Dia*, Mandelli se tornava agente-correspondente do periódico porto-alegrense, conforme publicado:

Com a visita que fez a este Município [Erechim] o sr. Antonio G. Contino, inspetor do “JORNAL DO DIA”, foi nomeado agente-correspondente desse vitorioso matutino o sr. José Mandelli Filho, elemento de projeção nos meios sociais e comerciais de Erechim e por isso mesmo indicado para assumir as funções em referência.¹⁸

José Mandelli Filho¹⁹ nasceu no dia 21 de novembro de 1915, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Em 1933, formou-se contador. Iniciou sua carreira política no pleito municipal de 1951 e, como visto, fora escolhido dentro de seu partido por uma imposição do deputado estadual João Caruso. Sobre as atividades de Mandelli, Ducatti Neto (1981, p. 123) apresenta que no “ano de 1953 era o 1º Tabelião o Sr. José Maria Amorim; 2º Tabelião, José Mandelli Filho e Oficial do Registro de Imóveis, Lourdes Alberici”. Nesta citação,

além de expor a atividade exercida por Mandelli, Ducatti Netto também apresenta o candidato que concorreu ao cargo de prefeito contra Mandelli, pelo PSP, o também tabelião, José Maria Amorim. Quanto à vida social, a publicação do *Jornal do Dia*²⁰ afirmava que Mandelli era “elemento de projeção nos meios sociais e comerciais de Erechim”. Sua atuação na comunidade erechinense também foi registrada em publicação recente do *Jornal Bom Dia*²¹, em alusão aos 76 anos de Rotary Club local, fundada em 1946, o nome de Mandelli aparece como um de seus vinte fundadores^x.

Na “COPIA DA ATA NUMERO TRES”, o argumento utilizado pelo *A Voz da Serra* ao publicar que o PSD teria tentado harmonizar, indicando o petebista Angelo Caleffi, não se sustenta. Tanto que a publicação seria alvo de questionamento em nota oficial publicada pelo Partido Trabalhista Brasileiro, no mesmo periódico²².

Atenhamo-nos aos fatos: a ata da reunião visando o acordo, ocorrida no dia 07 de agosto de 1951, publicada na íntegra na edição do dia 09 de agosto, foi assinada pelos membros pessedistas Nelcindo de Andrade Hoffmann, Estevam Taurino de Resende e Flory Lamaison Rosa, e também pelos petebistas, Vitorio Guella, Angelo Luiz Caleffi, Paulo Emílio Nunes Garcia, Camilo Ribeiro, Juarez Miguel Ilha Font e José Mandelli Filho. Nela, consta que o petebista, Paulo Emílio Nunes Garcia, devido à ausência do deputado João Caruso, o substituiu como chefe da delegação trabalhista e que:

^x “A cidade de Erechim foi agraciada com a fundação do 1º Clube de Rotary da região norte do RS - Rotary Club de Erechim, no dia 19 de março de 1946. Seguindo a história, 20 erechinenses, de forma altruísta, criaram o RC de Erechim. Seus fundadores foram: Alderico Massignan, Aldo Castro, Américo Godoy Ilha, Angelo Caleffi, Bernardo Kaplan, Carlos Zambonato, Cyro Miranda, Examinandas Grecca, Eurico Godoy Ilha, Fausto Lobo Brasil, João Caruso, José Angelo Sampaio, José Mandelli Filho, José Oscar Maria Salazar, José Sponchiado, Marino Azambuja de Oliveira, Mario Corradi, Nery Reichmann, Olmes Leguissano, Orestes Lucio Bergamaschi. O primeiro presidente foi Américo Godoy Ilha, cuja gestão foi de 1946 - 1947”.

na qualidade de vice-presidente do Diretório Municipal do PTB, levou ao conhecimento dos presentes a retirada do nome do médico doutor Angelo Luiz Caleffi, da nominata apresentada pelo PTB dos candidatos que indicou a sucessão prefeitoral. Pedindo a palavra o doutor Angelo Luiz Caleffi declara ter feito a retirada de seu nome perante o doutor João Caruso, presidente do Diretório Trabalhista. O delegado Estevam Taurino de Resende pedindo a palavra disse que era pensamento do PSD indicar o nome do doutor Angelo Caleffi como candidato à Prefeitura Municipal; que este cidadão, dentre os demais nomes da nominata petebista, reunia maior simpatia e que tinha já a comissão presente, aqui representando o PSD, resolvido a escolha do mencionado nome, e que faz um apelo ao doutor Angelo Luiz Caleffi para que reconsiderasse a retirada do seu nome.

Os pessedistas, conforme consta, teriam escolhido, dentre os nomes apresentados pelo PTB, o nome de Caleffi. Esse anúncio ocorreu após Paulo Emílio Nunes Garcia ter informado a retirada do mesmo. Uma vez que haviam outras possibilidades, como é visto no decorrer do texto, isso, por si só, não teria ocasionado a obstrução do acordo. Assim, podemos interpretar que o texto “o PSD, tentando harmonizar a situação, indicou o nome do ilustre facultativo, dr. Angelo Caleffi, do PTB”, publicado na edição supracitada do jornal *A Voz da Serra*, foi tendencioso.

A publicação, indicando o PTB como a razão do insucesso do acordo, gerou desconforto aos trabalhistas. O diretório municipal do PTB, utilizando o mesmo veículo de comunicação, mandou publicar uma nota oficial assinada pelo vice-presidente em exercício, Paulo Emílio Nunes Garcia, conforme segue:

Merece reparos a nota da redação de “A Voz da Serra”, divulgada em sua edição de 9 do corrente, onde diz que “O PSD, tentando harmonizar a situação, indicou o nome do ilustre facultativo, dr. Angelo Caleffi, do PTB”. A verdade é que esse ilustre médico, uma das mais brilhantes expressões do Trabalhoismo erechinese, assim que teve conhecimento da inclusão de seu nome na nominata de candidatos do PTB à chefia do Executivo Municipal, por motivos ponderáveis de ordem particular, retirou sua candidatura perante o Diretório Municipal do Partido. Além do mais, logo no início da focalizada reunião entre as delegações do PTB e PSD, na noite de 7 do corrente, foi comunicada oficialmente a retirada de seu nome, depois do que, segundo consta da respectiva Ata, foi que a delegação do PSD comunicou que era seu pensamento indicar o nome do doutor Angelo Luiz Caleffi como candidato à Prefeitura Municipal.

Conforme ressalta ainda dos termos da precitada Ata, evidencia-se que, quanto à carta endereçada pelo deputado João Caruso ao sr. José Sponchiado, presidente do Diretório Municipal do PSD, e por cujos termos a delegação desse Partido assumira plena responsabilidade, alegando que a mesma impunha como única fórmula de efetivação do acordo interpartidários a indicação de um determinado candidato Trabalhista, deve-se reparar também, de acordo com o conteúdo da referida carta, ora de pleno conhecimento deste Diretório, que a mesma não representava uma imposição intransigente, antes pelo contrário, foi ditada sob a intenção de propiciar o mais pleno êxito das negociações, sugerindo e apelando à compreensão dos dirigentes do PSD e nunca impondo ou batendo a porta a qualquer conclusão prática que possibilitasse o acordo.

Não entendeu assim a delegação do PSD, que se recusou a examinar qualquer outro nome Trabalhista que não o do dr. Angelo Luiz Caleffi e, conforme consta da

Ata, publicada na mesma edição de “A Voz da Serra”, de 9 do corrente, deu por malogradas as negociações para a realização do acordo, deste modo fechando em definitivo a questão.²³

Voltando para a ata da reunião do possível acordo, o pessedista, Estevam Taurino de Resende “disse que, em vista da retirada do nome do doutor Angelo Luiz Caleffi, dever-se-ia considerar os nomes da nominata apresentada pelos outros partidos”²⁴. Segundo Resende:

era do conhecimento da delegação do PSD a existência de uma carta do doutor João Caruso dirigida ao presidente do PSD, senhor José Sponchiado, na qual o missivista declarava, entre outras cousas, que só seria possível um acordo com um candidato petebeista e que esse deveria ser o senhor José Mandelli Filho, por essa razão, consultava a delegação trabalhista sobre a possibilidade de se escolher um candidato à Prefeitura fora das fileiras peéssedeistas e trabalhistas.²⁵

Os petebistas, conforme pode ser verificado na nota oficial do partido do dia 14 de agosto, em que dizem: “de acordo com o conteúdo da referida carta, ora de pleno conhecimento deste Diretório”, deixa transparecer a falta de conhecimento, no dia da reunião, da existência e o teor da mensagem enviada por Caruso ao presidente do diretório pessedista. Assim, mesmo que em nota os petebistas tenham alegado que a carta não tinha um caráter de imposição, no momento em que foi mencionada no encontro interpartidário, os trabalhistas assumiram o conteúdo da carta pela interpretação oferecida pelos delegados pessedistas.

Como vemos abaixo, conforme ata, há a ratificação da interpretação pessedista por parte de Paulo Emílio Nunes Garcia:

Indagado pelo delegado petebeista Paulo Garcia à delegação peessedista se essa carta podia ser trazida ao conhecimento dos presentes à esta reunião e, em caso contrário, se os delegados do PSD assumiam a responsabilidade dos termos da mesma, a delegação do PSD respondeu afirmativamente. Em face da resposta afirmativa, o delegado doutor Paulo Garcia disse que somente restava à delegação trabalhista ratificar os termos da acima citada carta do doutor João Caruso ao senhor José Sponchiado.²⁶

Claro, os petebistas questionaram se os delegados pessedistas assumiam a responsabilidade dos termos. Como positivaram, os trabalhistas ratificaram. Ainda questionados pelos pessedistas da possibilidade de outro nome, os trabalhistas informaram:

que a escolha recaíra no nome de José Mandelli Filho, aliás de acordo com os termos da mencionada carta do doutor João Caruso ao senhor José Sponchiado, trazida ao conhecimento da reunião pela delegação peessedista, frisando a impossibilidade da efetivação do acordo fora da fórmula de um candidato trabalhista à Prefeitura Municipal.²⁷

Em resposta à nota petebista publicada no dia 14 de agosto, a mando do diretório pessedista, foi publicada a carta recebida, em sua íntegra, do deputado estadual João Caruso. Reproduzimos abaixo, tal como foi publicada na referida edição do jornal *A Voz da Serra*:

Porto Alegre, 5 de Agosto de 1951.

Prezado Amigo José Sponchiado.

Meu Cordial abraço.

Consoante ao compromisso que assumi, de dar uma resposta ao Diretório Municipal do P.S.D. de Erechim, de que és digno presidente, até o dia 7, sobre

as possibilidades de um entendimento, por mim encontradas, apresso-me em escrever-te, para que, no dia combinado, a tenhas em mãos.

Francamente, prezado SPONCHIADO, a situação, que parecia auspiciosa, para um entendimento em largo estilo, de que sempre fui o mais ardoroso defensor, sofreu, nos últimos dias, uma evolução para pior. Bem profetizara nosso comum amigo ALDO ARIOLI, na reunião que realizamos em tua casa, que um compasso de espera podia ser fatal às conversações.

Quando o P.S.P. levantou-se e retirou-se da Távola Redonda não chegamos a compreender todo o significado que o acontecimento tinha.

Na realidade, hoje me parece que, esse pequeno partido, bombardeou, certamente, a pacificação da família Erechinense.

O móvel principal de minha agremiação e meu próprio, não é tanto o de vencer como o de conservar a todos reunidos, como nas anteriores campanhas, em torno de seus ideais.

O acordo é extremamente impopular, entre as camadas mais humildes de nosso eleitorado e entre os dirigentes dos distritos.

Ora, assim sendo, se ousássemos aceitar um nome que não fosse de nossas fileiras, propiciaríamos o surto de uma poderosa dissidência e truncaríamos a força de nossa agremiação em benefício do P.S.P., seguramente, que se tornaria nosso herdeiro involuntário. Bem que seus dirigentes isso perceberam.

Não podemos, de conseguinte, e é contrafeito que o digo, mantermos qualquer entendimento que não seja de um candidato nosso. Agir diferentemente seria suicídio político.

Nosso nome mais popular é o MANDELLI FILHO. Além da vice-prefeitura acederíamos em qualquer compensação honesta. Fariamos um governo de pacificação verdadeira e de trabalho intenso. O P.S.D. participaria, ativamente, na administração, não ape-

nas pelos sub-prefeitos, que lhe caberiam, como dividindo as responsabilidades da direção e indicando medidas, providenciais, funcionários, tudo enfim que corresponde a um governo comum.

Cria, Amigo SPONCHIADO e pode asseverar aos correligionários que não nos move nenhum sentimento que não seja nobre e que seria um pesar termos de ferir uma batalha política que entendemos poder dispensar e que será perniciosa à nossa amada terra.

Aí fica a nossa sugestão. Se for aceita, isso honrará a direção Peéssedeista e não será motivo de desdouro. Mostramos, objetivamente, porque outra formula não nos pareceu viável.

Em todo caso, não fica excluída a possibilidade de recebermos, da parte do P.S.D., para exame, contra propostas sobre as quais nos pronunciaremos, nos prazos em que nos for, isso, solicitado.

Aceita meu cordial abraço.

Atenciosamente,

JOÃO CARUSO (grifo nosso).²⁸

A alegação feita no dia 14, em nota pelo PTB, de que a carta de Caruso não era uma imposição entra em desacordo. De fato, no final da mensagem, o remetente escreve: “aí fica nossa sugestão”, acrescentando que o PTB estava aberto para contrapropostas. No entanto, da mesma forma que “abre” espaço para o diálogo, no texto final da carta, ele também “fecha”, quando apresenta sua solução ao dizer que “não podemos, de conseguinte, e é contrafeito que o digo, mantermos qualquer entendimento que não seja de um candidato nosso”, indicando o nome de José Mandelli Filho como o escolhido. Assim, Caruso se posiciona de forma que não haja muitas possibilidades para os pessedistas. Ainda, considerando que os delegados petebistas não sabiam da mensagem, logo no início da carta, Caruso fala “sobre as possibilidades de um entendimento, por mim encontradas”. Dessa

forma, apesar de Caruso estar representando um coletivo, o trecho indica um posicionamento individual do deputado petebista.

Para Caruso, o medo era que o pequeno PSP, dissidente do acordo, angariasse os votos do eleitorado petebista, resistente ao acordo. Vale observar que no pleito de 1947, a legenda pessepista obteve, frente aos 6.182 votos do PSD e dos 5.712 votos do PTB, insignificantes 196 votos. Porém, no pleito de 1950, ou seja, um ano antes do pleito municipal em questão, o candidato pessepista local, Wilson Watson Weber, concorrendo uma vaga na Assembleia Legislativa, conquistou significativos 989 votos.

Apesar de não constarem, na ata da reunião do possível acordo, os nomes apresentados pelo PTB para concorrerem aos cargos de prefeito e vice-prefeito, salvo o nome de Angelo Luiz Caleffi, também fica exposto que, inicialmente, não havia a indicação de José Mandelli Filho como sugestão a ser avaliada.

Além disso, não foi apenas externamente que a decisão de João Caruso gerou conflito. Internamente, Rodrigo Magalhães dos Santos, integrante do diretório estadual e presidente de honra do diretório petebista local, ex-deputado estadual e que, no pleito de 1950, fora eleito suplente de deputado federal, segundo a publicação do *A Voz da Serra*, na seção “Fatos e Boatos”, do dia 28 de agosto de 1951, “não foi nem ouvido, ao menos por deferência, pelo sr. Caruso sobre a preparação do pleito municipal, sabido que seu candidato [de Magalhães dos Santos] para prefeito era o dr. Caleffi ou o sr. Vitório Guella”²⁹. Conforme a matéria, podemos considerar que, como já inferido sobre a decisão monocrática de Caruso, dentro do diretório trabalhista, também haviam defensores na candidatura de Caleffi.

Na edição do dia 10 de outubro de 1951 do *A Voz da Serra*, menos de um mês do pleito eleitoral municipal e seis dias antes do término do prazo para registro de candidatos, em coluna assinada pelo

próprio Rodrigo Magalhães dos Santos, fica evidente o conflito intrapartidário e o desgaste de sua relação com João Caruso.

No texto, o suplente de deputado federal informa que:

por causa da diferença, ou duma diferença política com o candidato a vice-prefeito do P.T.B., que não acompanho o meu partido como o acompanhei desde sua fundação, com o entusiasmo de quemista, enquanto anti-getulistas mandavam contra...³⁰

O candidato a vice-prefeito a que Magalhães dos Santos se refere, é João Caruso. O PTB, na ausência de manifestação por parte do PRP, indicou o nome de Caruso para a vaga de vice-prefeito. Nome que, pelas publicações no *A Voz da Serra*, não era cogitado.

Quanto ao conteúdo do texto (“entusiasmo de quemista, enquanto anti-getulistas mandavam contra”), cabe lembrar que Magalhães dos Santos, assim como Paulo Emilio Nunes Garcia, fez parte do Comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas; já Caruso estava associado à USB de Alberto Pasqualini. Essas diferenças seriam o combustível para a organização dos pleitos seguintes.

Na sequência do texto publicado em sua coluna, Magalhães dos Santos mencionou os comentários de sua insatisfação com seus correligionários e forneceu pistas de que poderia, no futuro, se desvincular do PTB:

Meu retraimento tem sido comentado. E minhas apreciações têm sido mal recebidas, aliás sem razão. Basta compararem o meu passado de coerência com o de outros, que hoje são candidatos do P.T.B. por aí a fora... Já que, depois de ser deputado, não mereci a honra de ser convidado para compor a chapa petebista como certos adversários de ontem, apesar de todo o meu entusiasmo à causa pública de Erechim com os melhores

agradecimentos ao seu povo, devo dizer que tive, como conforto, a visita dos ilustres dirigentes de agremiações partidárias que, compreendendo minha situação de político, advogado e cidadão, abriram-me suas portas e um lugar entre seus candidatos.

[...]

E, se algum dia deixar o P.T.B., o farei sem quebra de minha dignidade. Quem me conhece há de me fazer justiça embora pense de maneira diferente.³¹

A disputa por liderança, voz ou de egos entre Caruso e Magalhães dos Santos foi marcada nesse pleito. Para não tratar superficialmente da disputa de egos, sem, entretanto, contextualizar com suficiente aprofundamento, os costumes da época, correndo o risco de cometer um anacronismo, trazemos um trecho assinado pelo próprio Rodrigo Magalhães dos Santos, na coluna “Bom dia, leitores” do *A Voz da Serra*, em que ele expõe uma experiência de trânsito na capital gaúcha. A cena retratada nos possibilita observar o entendimento de poder de um cargo eletivo, conforme segue diálogo:

A propósito devo lembrar que certa vez, quando era deputado, fui chamado a atenção por um guarda em Porto Alegre. E pensam que eu gritei? Nada disso.

Apenas parei o carro, voltei, cheguei perto do moço, cumprimentei, ofereci um cigarro, e pedi licença para falar em particular, chegando-lhe ao ouvido esta amável pergunta: “Sabe com quem está falando?”

Ele respondeu: “Pela delicadeza, deve ser o vereador Caporal.”

Não, seu guarda, eu sou... um meigo deputado de Erechim...³²

Antes da definição pelo nome de Caruso para o cargo de vice-prefeito, os petebistas aguardavam um posicionamento do PRP. O *A Voz da Serra*, publicou que o PTB:

não escolheu o vice-prefeito, limitando-se a uma lista tríplice, que seria apresentada ao P.R.P., que por sua vez lava as mãos como Pilatos, pois, segundo ouvimos, vai ter candidato próprio ou deixa a questão aberta ao seu eleitorado. A lista referida consta dos srs. Mariano Moro, Vitório Guella e Francisco Osório, que teria declinado de tamanha honra. Corre entretanto que os liderados pelo sr. Mariano Moro desejam ardorosamente sua candidatura, considerando por um lado ter sido ele o grande candidato de 1946 e por outros argumentos ter ele maior expressão no interior do município.³³

A lista tríplice apresentada ao PRP contava com os nomes dos trabalhistas Mariano Moro, Vitório Guella e Francisco Osório. Se de fato houve o interesse e a apresentação desta aliança, o nome de Caruso não estava na estratégia da disputa. Dada a impossibilidade de exercer, simultaneamente, dois mandatos, Caruso, exercendo o mandato de deputado estadual, caso eleito, deveria escolher um cargo ou o outro.

A coligação entre PSD e UDN, ocorrida no pleito de 1947, agora recebia o apoio do PL, na denominada Frente Democrática (FD). No dia 26 de agosto de 1951³⁴, “o Partido Social Democrático lança a candidatura de Amandio Sperb para prefeito municipal — A União Democrática Nacional e o Partido Libertador apoiarão a candidatura de Sperb”. A escolha do candidato a prefeito ocorreu por escrutínio secreto, sendo o nome de João Amandio Sperb escolhido por unanimidade. Na mesma edição³⁵, porém na contracapa, o título “GRANDE ENTUSIASMO EM TORNO A CANDIDATURA DE JOSÉ M. DE AMORIM”, apresentava o candidato a prefeito pelo PSP.

Já a recomendação da escolha para o eleitorado perrepista, em “Aos Eleitores do Partido de Representação Popular”, publicado na edição de 31 de outubro de 1951, no *A Voz da Serra*, indicava:

A fim de evitar possíveis dúvidas sobre a posição do Partido de Representação Popular, nestas eleições, vimos esclarecer que a recomendação feita recentemente, em favor dos candidatos trabalhistas, não manda que os companheiros deixem de cumprir compromissos assumidos com outros candidatos em virtude de questão aberta, anteriormente aprovada. Pelo contrário, é um dever de cada diretório do interior, e não só dos diretórios, mas de cada companheiro, cumprir a palavra que empenhou com qualquer um dos candidatos tanto a Prefeito como a Vice Prefeito. Mandado publicar por Osmar Pedrollo.³⁶

Com um total de 19.802 votantes, incluindo brancos e nulos, o “Resultado Final Das Eleições Em Nosso Município” estampava a edição do dia 06 de novembro de 1951, do *A Voz da Serra*.

A escolha do eleitorado erechinense, com mais de 50% do total dos votos, foi pelo PTB. O pleito marcou o início de um ciclo político, no Executivo e Legislativo, que duraria 12 anos. A popularidade de José Mandelli Filho, defendida por Caruso, de fato foi comprovada. Foi eleito com 10.093 votos (51,68%), contra 8.974 votos do candidato da FD e de irrelevantes 461 votos recebidos pelo candidato do PSP.

Para o cargo de vice-prefeito, da mesma forma que para o cargo de prefeito, foram apresentados 3 candidatos. A FD e o PTB tiveram resultados mais próximos. Disputaram ao cargo, pela FD, o udenista e advogado³⁷, Eurico Godoy Ilha; pelo PTB, o deputado estadual, João Caruso; pelo PSP, Theodoro Tedesco — que “exerceu por quase 50 anos o cargo de Escrivão do Registro Civil”³⁸. Os 9.852 votos obtidos por Caruso — mais de 50% dos votos, concorrendo à vaga de vice-prefeito — dariam gás para as próximas disputas, foram exatos 3.513 votos a mais do que em sua primeira disputa eleitoral, em 1950. Apesar de optar pelo mandato estadual, Caruso iniciava a solidificação de seu capital político no Estado a partir de seu domicílio eleitoral.

Candidatos	Partido	Votação	%
José Mandelli Filho	PTB	10.093	51,68
João Amandio Sperb	PSD (FD)	8.974	45,95
José Maria Amorim	PSP	461	2,36
Total		19.528	

QUADRO 19. Votação para prefeito em Erechim (1951). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1951).

Candidatos	Partido	Votação	%
João Caruso Scuderi	PTB	9.852	50,91
Eurico Godoy Ilha	UDN (FD)	9.124	47,15
Theodoro Tedesco	PSP	377	1,95
Total		19.353	

QUADRO 20. Votação para vice-prefeito em Erechim (1951). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1951).

Com base no código eleitoral vigente na época, instituído pela Lei Nº 1.164 de 24 de julho de 1950, os partidos políticos poderiam registrar tantos candidatos quanto fossem as vagas a serem preenchidas no Legislativo e mais um terço. Ou seja: como o Legislativo Erechinense possuía dezenove assentos (dois a mais quando comparado com o pleito de 1947), a cada partido estava permitido registrar vinte e cinco candidatos.

Para preencher as vagas no Legislativo, o PTB indicou 25 candidatos³⁹ que, juntos, conquistaram 8.667 votos — o que assegurou 9 assentos ao partido. Entre os nomes estavam, respectivamente em seu ranking de desempenho eleitoral: Angelo Palma, Mariano Moro, João Souto Cabrera, Waldemiro Claudino Galli (em 1945, fazia parte da USB), Antonio Sirena, Waldemar Cabral Vieira, Ernesto José de Marco, Zilio Tizatto, Avelino Alberto Busatto, Arlindo Guerino Chiaradia, Adão Felix Scislewski, João Dal Pasqual, Antonio Arte-

mio Slussarek, Joaquim Sandri dos Santos, Zenorio Albertuni, Vitorio Guella, Carlos Rigoni (em 1945, fazia parte da USB), David João Pessin, Juarez Miguel Illa Font, Ernesto Picolotto, Raymundo Fiorrello Zanin (em 1945, fazia parte da USB), Romeu Paiva (em 1945, fazia parte do PL), Alberto Werminghoff, Angelo Luiz Caleffi (em 1945, fazia parte da USB) e Ramiro Magalhães dos Santos.

João Souto Cabrera, terceiro petebista mais votado, conforme Ducatti Neto (1981, p. 280), era médico e “por sua ação comunitária, foi considerado pelos menos favorecidos da sorte, como Pai dos Pobres”. O título recebido por Cabrera também foi atribuído ao presidente Getúlio Vargas. Através da propaganda estatal e de sua política populista, o título dado a Vargas fazia referência às concessões aos trabalhadores, sobretudo à Consolidação das Leis Trabalhistas.

A Frente Democrática (UDN, PSD e PL) indicou 25 candidatos⁴⁰ que, juntos, alcançaram 7.908 votos. Logo, conquistou 8 assentos, sendo que, dos indicados, o PSD disponibilizou dezoito nomes, a UDN, cinco e o PL, dois. Entre os nomes indicados estavam, respectivamente em seu ranking de desempenho: Carlos Bartinick (UDN), Salim Farret (UDN), Antonio Burin (PSD), Conrado Pecoits Junior (PSD), Werner Dexheimer Pereira da Silva (UDN), Janoto Imlau (PSD), Orlando Mattia (PSD), Helmuth José Rorig (PSD), Walter Pecoits (PSD), Germano Seeler (PSD), Angelo Emilio Grando (PSD), Francisco Pinto de Souza (UDN), Pedro Alexandre Zaffari (PSD), Antonio Franklin da Silva (PSD), Aldo Affonso de Castro (PL), Antonio Pereira de Souza (PSD), Ary Garibaldi Grando (PSD), Alcebiades da Cunha Cabral (PL), Alvisé Elio Faé (PSD), Cassiano Schervinski Pereira (PSD), Isachiel Litwin (PSD), Argeu José da Rocha (UDN), Modesto Rigoni (PSD), Estevam Taurino de Rezende (PSD) e Nelcindo de Andrade Hoffmann (PSD).

Os 25 candidatos⁴¹ apresentados pelo PRP alcançaram 2.351

votos. Assim, conquistaram 2 assentos na Câmara de Vereadores. Entre os nomes estavam, respectivamente em seu ranking de desempenho eleitoral: Alfredo Hendges, Augusto Kops, João Busatta, José Orestes Breda, Osmar Pedrollo, Eduardo Rigotti, Benvenuto Santin, Arduino Sanvido, Antonio Munaro, Gerhardt Arthur Kruger, Antonio Reynaldo Guth, Tarquinio Angelo Casiraghi, Anselmo Barro, Ayrone Rossetti, Joaquim Reichmann Filho, Arciso Antonio Bonaldo, Mario Ceni, Natalino Marmentini, Carlos João Busanello, Elizeu Biasuz, Emilio Krebs, Hercio Menegotto Ferraro, Hilda Nicolai Weimann, Getulio Paulo Pedrollo e Omir Alberice.

O PSP, sem conquistar quociente eleitoral suficiente, indicou 9 candidatos que, juntos, conquistaram 551 votos. Entre os nomes estavam, respectivamente em seu ranking de desempenho: Fausto Demoliner, Domingos Arnoldo Pazzini, Stefano Apolinario Cadzinowski, Eugenio Montemezzo, Filadelfo José Ferreira, Apolinario Machado, Francisco Sabbo Filho, Geovany Theophanes Urtassum e Frederico Thomazoni.

Partido	Nº Candidatos	Votação	%	Assentos
Partido Trabalhista Brasileiro	25	8.667	44,5	9
Partido Social Democrático (FD)	18	5.283	27,12	5
Partido de Representação Popular	25	2.351	12,07	2
União Democrática Nacional (FD)	5	2.208	11,34	3
Partido Social Progressista	9	551	2,83	0
Partido Libertador (FD)	2	417	2,14	0
Total	84	19.477		

QUADRO 21. Resultado por legenda para a Câmara de Vereadores (1951). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1951).

Vereadores	Profissão	Partido	Votação	%
Carlos Martinicki	Contador	UDN (FD)	638	3,28
Salim Farret	Médico	UDN (FD)	631	3,24
Angelo Palma	Comerciante	PTB	582	2,99
Mariano Moro	Cooperativista	PTB	576	2,96
João Souto Cabrera	Médico	PTB	575	2,95
Waldemiro Claudino Galli	Contador	PTB	567	2,91
Antonio Sirena	Agricultor e industrialista	PTB	556	2,85
Antonio Burin	Serventuário de Justiça	PSD (FD)	523	2,69
Waldemar Cabral Vieira	Escrivão	PTB	513	2,63
Conrado Pecoits Junior	Médico	PSD (FD)	512	2,63
Werner Dexheimer Pereira da Silva	Médico	UDN (FD)	497	2,55
Janoto Imlau	Funcionário Público	PSD (FD)	489	2,51
Orlando Mattia	Comerciante	PSD (FD)	479	2,46
Ernesto José de Marco	Comerciante	PTB	476	2,44
Helmuth José Rorig	Comerciante	PSD (FD)	434	2,23
Zílio Tizatto	Dentista	PTB	412	2,12
Avelino Alberto Busatto	Agricultor	PTB	408	2,09
Alfredo Hendges		PRP	346	1,78
Augusto Kops	Comerciante	PRP	337	1,73

QUADRO 22. Vereadores eleitos em Erechim (1951). Fonte: Elaborado pelo autor com base em *A Voz da Serra* (1951) e Cassol (1979).

Considerando o total de votos obtidos pelas legendas no Legislativo, 8.667 para o PTB, 7.908 para a FD e 2.351 para o PRP, os três partidos coligados na FD obtiveram juntos 759 votos a menos que o PTB. Vale a observação de que o total de candidatos foi o mesmo para ambos. Já para o Executivo, a FD ficou atrás do PTB para os cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente, com 1.119 e 728 votos a menos. Podemos inferir que, embora divididos, a maior parte dos votos perrepostas foi depositada no candidato a prefeito do PTB e no candidato a vice-prefeito da FD. A inferência parte do pressuposto de que Mandelli Filho, candidato a prefeito, obteve 1.426 votos a mais do que sua legenda no Legislativo. Com isso, restariam 925 votos para o candidato à prefeitura pela FD, que recebeu 1.066 votos a mais do que sua legenda no Legislativo.

Pelo PRP, concorreu o irmão mais novo do suplente de deputado estadual, Ernani Corrêa Reichmann, Joaquim Reichmann Filho, que obteve apenas 38 votos. Também chamamos a atenção para o resultado obtido pelo candidato a vereador, Ângelo Emílio Grando, do PSD. Grando vinha exercendo o cargo de prefeito municipal e seu desempenho como candidato a vereador foi de 340 votos, conquistando apenas a 3ª suplência. Pela sigla trabalhista, Raymundo Fiorello Zanin, que havia exercido o cargo de deputado estadual na legislatura de 1947, recebeu 245 votos, conquistando assim a 12ª suplência.

Referente à migração partidária, observamos que Pedro Alexandre Zaffari e Antonio Francklin da Silva, que lograram respectivamente 298 e 276 votos, e concorreram pela FD com a sigla do PSD, juntamente com Fausto Demoliner e Geovany Urtassum, que disputando pelo PSP, respectivamente conquistaram 148 e 20 votos, figurariam, no pleito municipal de 1955, os hostes trabalhistas.

Apesar de termos apresentado os vereadores eleitos conforme suas siglas partidárias, o PTB teve duas baixas. Inferimos, dessa for-

ma, que seus suplentes assumiram como titulares. A primeira das baixas se tratou do candidato Zilio Tizatto. A respeito disso, o jornal *A Voz da Serra* informava: “Mais uma tragédia abala Erechim!”. Tizatto havia cometido um “Monstruoso assassinato no distrito de Barão de Cotegipe”.⁴² Conforme o periódico, Tizatto assassinou a esposa e se apresentou à delegacia de polícia. A segunda baixa foi do vereador Mariano Moro, que faleceu após longa enfermidade. Conforme *Correio Rio-grandense*⁴³, Moro estava em Buenos Aires onde realizou um procedimento cirúrgico, mas, devido a complicações, com 48 anos, veio a falecer. Dessa forma, considerando apenas a nominata dos eleitos, observando que Conrado Pecoits Junior vinha exercendo mandato legislativo, conquistado no pleito de 1947, a Câmara de Vereadores teve uma renovação de 94,74% dos assentos.

2.3. Eleição estadual de 1954: Rodrigo Magalhães dos Santos e Eduardo Pinto desligam-se do PTB

Neste pleito, as eleições para governador e presidente, diferente da disputa de 1950, não ocorreram de forma concomitante. Segundo Cánepa (2005, p. 171), “embora a não coincidência com a eleição para a Presidência da República, estiveram altamente condicionadas pelo impacto da crise nacional que culminou com o suicídio de Vargas em 24 de agosto, e pelos acontecimentos que a ele se seguiram”.

Ainda a conforme a autora:

Indiscutivelmente, quer se adote uma interpretação que compreenda a existência de duas fases bem distintas no segundo Governo Vargas, quer se adote uma perspectiva que veja apenas a continuidade ou o desdobramento de um mesmo projeto, a realidade é que a partir da reforma ministerial de junho/julho de 1953, o Governo

Vargas caminha para uma espécie de radicalização “nacionalista e popular”. As críticas da direita, na verdade, já se faziam sentir desde o momento da posse de Vargas contestada que foi pelo fato de não ter obtido a maioria absoluta dos votos (maioria, aliás, não exigida pela Constituição), embora tenha ganho em 18 dos 23 Estados da Federação (CÁNEPA, 2005, p. 171).

No Rio Grande do Sul, conforme Bodea (1992, p. 107), “consolidava-se a Frente Democrática constituída pela aliança do PSD com a UDN e o PL e já testada — com sucesso — nas eleições municipais de 1951”. A escolha, para governador, recaía sobre o prefeito de Porto Alegre, Ildo Meneghetti. As duas vagas ao senado caberiam à UDN e ao PL.

De acordo com Cortés (2007, p. 223), o candidato pessedista havia tido sucesso no pleito municipal porto-alegrense, em 1947, quando conquistou a vereança. O sucesso, segundo o autor, foi obtido “em larga medida por causa de sua popularidade como presidente do Esporte Clube Internacional”. Em 1948, Meneghetti foi nomeado prefeito de Porto Alegre pelo governador Walter Jobim e, no pleito de 1951, derrotando o candidato Leonel Brizola, conquistou a chefia do Executivo da capital gaúcha.

Segundo Bodea (1992, p. 106), “a partir de meados de 1954, já na fase final do governo Dornelles, o debate a respeito do quadro sucessório gaúcho toma conta do noticiário jornalístico”. Ainda conforme o autor, “a probabilidade — senão a certeza — de uma nova vitória trabalhista fomentaria, no entanto, a rivalidade entre os potenciais candidatos à sucessão de Dornelles” (BODEA, 1992, p. 107).

Para Cortés (2007, p. 224-225):

Enquanto a Frente Democrática esbanjava união e vitalidade, o PTB sofria com a dissensão interna e com o ônus

da falta de popularidade do governo estadual. Havia trabalhistas demais querendo ser governador: José Diogo Brochado da Rocha, líder do PTB no Congresso; José Loureiro da Silva, o engenheiro da máquina estadual do partido; Alberto Pasqualini, senador e ideólogo do partido; e João Goulart, presidente nacional do PTB e ex-ministro do Trabalho.

A escolha petebista recaiu sobre Pasqualini. De acordo com Cárnepea (2005, p. 176):

o presidente regional do partido, Caruso Scuderi, teria adotado a candidatura Pasqualini como a mais viável e, a partir daí, teria convencido Vargas e Jango, que passaram também a apoiá-la. Para Vargas, era importante manter o seu ex-ministro do Trabalho atuando em âmbito nacional. Quanto a Loureiro, também passou a apoiar Pasqualini. Restava, portanto, J. D. Brochado da Rocha. Este aguarda a convenção do partido. Não aceita o seu nome como candidato a senador juntamente com João Goulart, conforme proposto e aprovado pela convenção, e termina rompendo com o PTB em julho de 1954. Ruy Ramos é posteriormente indicado para concorrer junto com Jango para uma das duas vagas ao Senado.^{XI}

Em Erechim, em entrevista ao *A Voz da Serra*⁴⁴, o deputado João Caruso foi questionado, antes da convenção partidária ser realizada, sobre o possível candidato ao governo pelo seu partido. O periódico informou ao deputado que “em Erechim jogava-se que o sr. Loureiro da Silva seria candidato do PTB, e que, as apostas estavam sendo feitas em avultadas quantias”. Em resposta, Caruso diz: “pode jogar meu amigo, mas jogue no Pasqualini para você vencer a aposta”. Mais

^{XI} A autora apresenta o texto em referência a Bodea que se baseia em entrevistas com várias lideranças do PTB.

adiante, na entrevista⁴⁵, quando Caruso responde que a sua certeza anunciada “é novíssima e até na Capital do Estado ainda permanece desconhecida”, podemos considerar que Caruso tinha convicção e não estava apenas especulando um palpite.

Segundo Bodea (1992, p. 108), em organização a favor de Alberto Pasqualini, Caruso “um dos fundadores da USB e elemento de destaque da corrente *ideológico-pasqualinista*, seguia para o Rio de Janeiro para, segundo suas próprias palavras, ‘lutar contra o Catete, perto do Catete’, sensibilizando Vargas e a direção do partido” da candidatura do trabalhista.

Durante a convenção do PTB, ainda conforme Bodea (1992, p. 109), João Goulart foi recebido e reverenciado como o sucessor de Getúlio. Durante o evento, ocorrido no dia 18 de junho de 1954:

Na hora de encaminhar a votação para escolha do candidato a governador, o deputado Leonel Brizola — considerado líder e articulador regional da “faccção janguista”, tida, pela imprensa da época como mais vinculada a Vargas do que a Pasqualini, tomava mais uma vez a iniciativa de defender uma nova candidatura do teórico trabalhista (BODEA, 1992, p. 111).

Quanto ao PRP, o partido escolheu pela candidatura de Wolfram Metzler, segundo Cánepa (2005, p. 176-177):

Luiz Campagnoni fez a proclamação da candidatura, afirmando que o PRP havia preferido a candidatura própria às coligações, até porque “as coligações anteriores em nada resolveram os problemas gaúchos”. Para alguns observadores, a candidatura do “ideólogo” Pasqualini afastava, definitivamente, a possibilidade de uma aproximação entre o PTB e o PRP nas eleições de 1954.

O dissidente petebista José Diogo Brochado da Rocha, de acordo com Cánepa (2005, p. 198), em seu primeiro pronunciamento⁴⁶, falando dos motivos que levaram sua candidatura pelo PSP:

Inicialmente relata, à sua maneira, os acontecimentos que precederam a escolha de Pasqualini como candidato do PTB. Segundo entende Brochado da Rocha, o assunto estava ainda em discussão quando, na convenção do partido, a candidatura Pasqualini (apresentada por Brizola) é dada como fato consumado. Além disso, adota-se a manobra (“golpe”) da “aclamação”, em vez do voto secreto que era apoiado por grande número de convencionais, dando com isso a impressão de uma unanimidade que não existia.

O periódico *A Voz da Serra*⁴⁷, com título em destaque no topo da capa, anunciava: “Alarme No P.T.B Local!”. A matéria revelava que parte dos petebistas erechinenses, após terem conhecimento dos resultados da convenção partidária, ocorrida em Porto Alegre, “iniciaram explosões de indignação pela falta de inclusão dos nomes dos drs. Eduardo Pinto e Batista Pereira as chapas de deputados estadual e federal respectivamente”. Conforme a matéria, Eduardo Pinto era promotor de justiça e possuía grande número de admiradores e amigos.

Explorando a situação trabalhista em Erechim, *A Voz da Serra*⁴⁸ entrevistou Rodrigo Magalhães dos Santos. O título da matéria informava: “Em perigo a candidatura Caruso” e “Possível Dissidência de Alta Envergadura”. Para Magalhães dos Santos, “o panorama do P.T.B. [era] muito sombrio e pouco risonho atualmente até a candidatura João Caruso periga em Erechim, isto pelo descontentamento reinante nas fileiras petebistas, principalmente entre os getulistas que foram esquecidos e hostilizados”. Concluindo a entrevista, sobre a situação local, Magalhães dos Santos diz que “algo há nos arraiais do P.T.B.,

isto nos diversos setores no tocante a candidaturas e, daí, um passo para uma possível dissidência de alta envergadura”.

A direção do PTB erechinense, na mesma edição que explora uma possível dissidência trabalhista, publicou a seguinte nota: “tomando conhecimento de afirmações de que lavra a discórdia no seio da agremiação, vem tornar público que as notícias carecem de fundamento. O Partido se encontra unido em torno de seus ideais e pronto a defender seus candidatos”.

Rodrigo Magalhães dos Santos, colaborador do *A Voz da Serra*, não poupava esforços para expor seu descontentamento com o PTB, sobretudo com Caruso. Em publicação⁴⁹ afirmou: “por ser getulista, fui varrido do P.T.B. de Erechim pelo pasqualinismo, ao mesmo tempo que fui abandonado pelo getulismo pouco reconhecido e grato aos seus líderes de vanguarda”. Ainda no mesmo texto, Magalhães dos Santos, fez menção ao posicionamento adotado por João Caruso na Assembleia gaúcha em favor de Pasqualini^{XII}.

Assim, na edição⁵⁰ do dia 22 de julho, o descontentamento de Magalhães dos Santos foi solidificado. Em entrevista, anunciou que recebeu convite para ser candidato a deputado pela sigla de Plínio Salgado. No texto, Magalhães dos Santos, expunha que saía “moralmente engrandecido das fileiras do P.T.B. onde deixo amigos que, em qualquer hipótese, não deixarão de acompanhar minha trajetória na vida pública”. Com a última parte de seu comunicado, podemos interpretar

^{XII} Conforme publicação no *A Voz da Serra*, na edição do dia 08/07/1954, segundo Rodrigo Magalhães dos Santos, “O sr. Getúlio Vargas acenou com o aumento do salário mínimo o congelamento dos preços, porque bem sabia que um sem o outro seria inútil. Mas, ouvindo as declarações públicas de Pasqualini contra o congelamento, contra os trabalhadores e suas aspirações defendidas heroicamente pela demagogia de João Goulart, resolveu prestigiar Goulart mais longe a sua carinhosa demagogia em prol do congelamento.

Decretou o aumento do salário mínimo. E com isso provocou maior apoio das massas trabalhadoras a Goulart, como se viu em 6 corrente com a greve que seria desnecessária, se tivesse sido decretado o congelamento, embora contra a vontade de Pasqualini”.

que, na visão de Magalhães dos Santos, um candidato quando troca de sigla partidária mantém o seu capital político intacto. Perguntado sobre a possibilidade de continuar no PTB e se votaria em Pasqualini, Magalhães dos Santos respondeu: “não é possível... o sr. Pasqualini já ganhou... e eu sou do Jango ou do Brochado até que novos rumos me conduzam... enquanto estes me olvidam e o pasqualinismo me hostiliza, como é público”. Magalhães dos Santos, segundo publicação do dia 11 de agosto⁵¹ recebeu de João Goulart “um vibrante apelo no sentido de prestar o seu valoroso concurso a causa Trabalhista”.

A justificativa da migração partidária, para o PRP, e a candidatura para o cargo de deputado federal de Rodrigo Magalhães dos Santos, foi publicado com o título “Porque deixei as fileiras do P.T.B. ingressando no P.R.P.”, no *A Voz da Serra*⁵². Magalhães dos Santos informa que se desligou do PTB, comenta alguns pontos sobre o PRP e fala da sua participação na organização trabalhista: “de um partido que fosse uma força de equilíbrio entre capital e o trabalho, mas que afinal se tornou um partido da esquerda, como o proclamou de público o seu ilustre chefe nacional, em sucessivas entrevistas à imprensa”. Ao final, faz um discurso em favor dos candidatos perrepistas.

O PTB local, na edição do *A Voz da Serra*, do dia 22 de julho, verificava outra baixa. Segundo a matéria, um dos nomes esperados na lista de candidatos a deputado estadual pela sigla, Eduardo Pinto “desgostou-se sobremaneira da medida posta em prática pelos seus correligionários, remetendo, em data de ontem, o telegrama abaixo onde evidencia seu desligamento do PTB, em caráter irrevogável”. Já na edição⁵³ do dia 27 de julho, era anunciado que o petebista Raimundo Fiorello Zanin, ex-deputado estadual, também havia abandonado o partido.

Para o pleito de 3 de outubro, o diretório municipal trabalhista, através da imprensa local⁵⁴, convocava seu eleitorado para votar em

Pasqualini, João Goulart, Henrique Pagnoncelli e João Caruso, respectivamente, aos cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Aproveitando uma sexta parte do anúncio, o diretório petebista, publicou algumas das realizações do governo de José Mandelli Filho⁵⁵ à frente da prefeitura e do governo Dornelles em Erechim.

Para a Assembleia Legislativa, o PSD contou com a candidatura de Aldo Angelo Arioli⁵⁶, a UDN indicou Eurico Godoy Ilha⁵⁷, o PSP indicou Wilson Watson Weber^{XIII} e o PRP indicou Benvenuto Santin^{XIV}. Para o cargo de deputado federal o PSD indicou Américo Godoy Ilha e o PL indicou Ady Antonio Bodaneze⁵⁸.

A morte de Getúlio Vargas, ocorrida no dia 24 de agosto de 1954 — apesar de não termos encontrado evidências de eventos como os ocorridos na capital gaúcha — teve repercussão na imprensa erechinense.

Em Porto Alegre, segundo Cortés (2007, p. 230):

Assim que as notícias do suicídio de Vargas chegaram à capital gaúcha, as pessoas correram para o centro da cidade, onde um comício pró-Vargas se iniciou. Ele se transformou, rapidamente, em uma rebelião de oito horas, instigada por desejos de vingança e saque. Os revoltosos atacaram as sedes do PSD e do PL gaúchos e da UDN; atacaram jornais e estações de rádio da oposição, o consulado norte-americano, o *First National City Bank*, de Nova York, companhias com nomes americanos e até lojas que vendessem mercadorias dos Estados Unidos.

^{XIII} Apesar de não termos encontrado menção de sua candidatura no *A Voz da Serra*, consta na lista dos resultados de candidatos do TSE.

^{XIV} Idem.

O prefeito José Mandelli Filho mandou celebrar, conforme *A Voz da Serra*⁵⁹, um ofício religioso em homenagem a Getúlio. Conforme a matéria, várias entidades e representações de todas as classes e partidos políticos se associaram ao momento.

A relação de votos recebidos por João Caruso, no pleito de 1954, não constam em Brasil (1958), TRE-RS e também em NUPERGS. A ausência de seus votos é explicada conforme documento do TRE-RS⁶⁰:

VI) No decorrer da apuração foram apresentadas e solucionadas pelas Juntas Apuradoras as seguintes impugnações:

a) Da contagem de votos para a legenda do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, de células com o nome do Sr. Dr. JOÃO CARUSO SCUDERI, cujo o registro para a Assembleia Legislativa do Estado foi negado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

A seguir, nos Quadros 23 e 24, seguem as votações conquistadas pelos erechinenses que concorreram às vagas para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados.

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Erechim	Total de Votos
João Caruso Scuderi	Advogado	PTB	-	-
Aldo Ângelo Arioli	Comerciante	PSD	3.748	3.924
Benvenuto Santin		PRP	1.421	1.455
Eurico Godoy Ilha	Advogado	UDN	1.291	1.376
Wilson Watson Weber	Advogado	PSP	899	1.105

QUADRO 23. Candidatos erechinenses à Assembleia Legislativa (1954). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1958), TRE-RS e NUPERGS.

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Erechim	Total de Votos
Américo Godoy Ilha	Advogado	PSD	7.635	14.871
Henrique Pagnoncelli	Advogado	PTB	5.505	7.162
Rodrigo Magalhães dos Santos	Advogado	PRP	898	3.006
Ady Antonio Bodanzeze		PL	396	666

QUADRO 24. Candidatos erechinhenses à Câmara dos Deputados (1954). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1958), TRE-RS e NUPERGS.

De acordo com Asturian e Cassol (2022, p. 253), João Caruso “assumiu o cargo somente em outubro de 1955, pois ficou durante meses buscando à Justiça Eleitoral legitimar seu mandato que fora contestado judicialmente, sob alegação de ser estrangeiro”. Referente a esta situação, o *A Voz da Serra*⁶¹ publicou, ainda durante o período eleitoral, sem citar o nome da fonte que lhe fornecera a informação, da “intenção dos trabalhistas locais em votar de qualquer forma no candidato João Caruso que lhe foi negado o registro pelo Tribunal Regional Eleitoral” e que valeria “a pena nesta altura dos acontecimentos uma renúncia em prol da agremiação que defende os princípios do inviolável e saudoso snr. Getúlio Vargas”.

O periódico local⁶², no dia 9 de outubro de 1955, informava, devido ao ganho de causa de sua ação, que Caruso seria diplomado na semana seguinte. De acordo com o texto, “determinou o Superior Tribunal a retificação da ata da sessão de 29-10-54, na parte referente aos deputados estaduais eleitos pelo PTB, passando a primeiro suplente o sr. Waldemar Rodrigues Silva”.

Com os resultados obtidos pelo PTB local até então, somado ao fato de Caruso ter conquistado judicialmente seu mandato, da mesma

forma que o total de votos dos candidatos ao cargo de deputado federal, pela sigla trabalhista no município, foi de 7.404 votos⁶³ e que a soma de votos dos candidatos do PTB ao cargo de deputado estadual foi de apenas 990 votos⁶⁴, podemos afirmar, pela discrepância entre as votações, que a intenção dos trabalhistas em votar em Caruso foi mantida. Da mesma forma, se subtrairmos os votos depositados para deputado federal daqueles conquistados para deputado estadual, teríamos precisamente 6.414 votos. Uma vez que o PTB conquistou vinte e três assentos e que o último deputado estadual eleito pelo partido 4.778 votos, com base na análise comparativa de votação, Caruso teria votos suficientes para ser eleito considerando apenas os votos locais.

Contudo, diferente do pleito de 1950, o resultado para a representatividade local não foi positivo. Erechim perdeu 50% do espaço conquistado no pleito anterior: além do petebista João Caruso como deputado estadual, elegeu apenas um deputado federal, o pessedista Américo Godoy Ilha.

No que tange aos resultados, Aldo Ângelo Arioli, que conquistou a terceira suplência⁶⁵, teve um encolhimento no seu capital político. Eleito em 1950 para deputado estadual, recebeu 1.241 votos a menos no pleito de 1954. Pela UDN, Eurico Godoy Ilha, candidato a vice-prefeito na chapa da FD (PSD-UDN-PL) no pleito de 1951, ocasião em que recebeu 9.124 votos, conquistou apenas 1.376 votos.

O pessepista Wilson Watson Weber ficou na quinta suplência⁶⁶. Conquistou significativa votação, considerando o desempenho eleitoral de seu partido no pleito municipal de 1951. Os seus 899 votos, obtidos no município em 1954, representam aproximadamente o dobro da votação obtida pelo candidato a prefeito José Maria Amorim em 1951.

O candidato do PRP, Benvenuto Santin, conquistou mais votos que o candidato da UDN, Eurico Godoy Ilha. Os 1.421 votos obtidos em Erechim⁶⁷ por Santin, que concorria à Assembleia Le-

gislativa, correspondem a um número superior aos votos conquistados pelo candidato a deputado federal, pela sigla perrepista, Rodrigo Magalhães dos Santos.

Américo Godoy Ilha, único erechinense eleito para a Câmara dos Deputados, obteve significativo aumento de seu capital político. Frente aos 10.496 votos obtidos em 1950 para a mesma vaga, teve aumento de 4.375 votos, ou seja, um acréscimo de 41%.

O PTB local, apesar de não ter eleito Henrique Pagnoncelli, que conquistou a segunda suplência⁶⁸, veria o seu representante assumir a vaga diversas vezes durante a legislatura^{xv}. Em comparação aos votos obtidos em 1950 para a mesma vaga, Pagnoncelli teve significativo encolhimento em seu capital político: recebeu apenas 53,32% dos 13.433 votos conquistados no pleito anterior.

Pelo PRP, Rodrigo Magalhães dos Santos não teve adesão total de seu novo partido. Esse ponto pode ser verificado devido ao fato, já mencionado, de Benvenuto Santin, candidato à Assembleia Legislativa, ter obtido 523 votos a mais que Magalhães dos Santos. Ainda, pelo fato de Luís Alexandre Compagnoni, de Caxias do Sul, concorrendo para o mesmo cargo e partido de Magalhães dos Santos, ter obtido 869 votos⁶⁹ em Erechim. Se observarmos os pleitos anteriores, Magalhães dos Santos conquistou menos da metade dos votos obtidos no pleito de 1950, quando concorreu pela sigla trabalhista. Mesmo assim, foi suficiente para obter a segunda suplência⁷⁰, vindo assumir eventualmente o seu posto no Congresso⁷¹.

Nos Quadros 25, 26, 27 e 28, apresentamos a porcentagem dos votos obtidos pelos candidatos e pelas siglas partidárias, comparando a porcentagem obtida no Rio Grande do Sul⁷² e em Erechim⁷³.

^{xv} O jornal *A Voz da Serra*, na edição do dia 9 de janeiro de 1958, já nas preparações para o pleito estadual de 1958, publicou que Henrique Pagnoncelli, suplente de deputado federal pelo PTB, com o falecimento do deputado Silvio Sanson, do PTB, assumiria um assento na Câmara Federal.

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim
Ildo Meneghetti	PSD-UDN-PL	46,17	48,14
Alberto Pasqualini	PTB	42,51	42,1
Wolfran Metzler	PRP	8,48	8,94
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	0,88	0,77
José Pereira Sampaio	PSB	0,00	0,06
Nulos		0,61	-
Branços		1,38	-

QUADRO 25. Eleição para governador (1954). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cãnepa (2005) e NUPERGS.

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim
Armando Câmara	PL-UDN-PSD	48,02	51,15
Daniel Krieger	UDN-PL-PSD	45,70	49,87
João Goulart	PTB	41,32	40,76
Ruy Ramos	PTB	35,70	29,79
Nestor Contreiras Rodrigues	PRP	7,24	8,09
Tasso Bolívar Dias Corrêa	PSP	0,84	0,46
Nulos		0,75	-
Branços		9,84	-

QUADRO 26. Eleição para senador (1954). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cãnepa (2005) e NUPERGS. Obs.: Para preencher 2/3 das vagas, cada eleitor votou em dois candidatos.

Partido	% Estado	% Erechim	Votos loais
Partido Trabalhista Brasileiro	40,45	38,96	7404
Partido Social Democrático	27,69	41,03	7797
Partido Libertador	11,19	2,75	523
Partido de Representação Popular	8,39	11,74	2231
União Democrática Nacional	4,68	2,74	521
Partido Socialista Brasileiro	1,88	1,33	252
Partido Social Progressista	1,29	1,22	232
Partido Democrata Cristão	0,54	0,23	43
Nulos	0,81	-	-
Branços	3,08	-	-
Total			19003

QUADRO 27. Resultado por legenda para a Câmara Federal (1954). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Partido	% Estado	% Erechim	Votos loais
Partido Trabalhista Brasileiro	37,35	7,31	990
Partido Social Democrático	24,70	34,5	4674
Partido Libertador	12,79	15,57	2110
Partido de Representação Popular	7,30	20,55	2784
União Democrática Nacional	6,29	11,48	1555
Partido Social Progressista	3,58	7,85	1064
Partido Socialista Brasileiro	2,82	1,34	181
Partido Democrata Cristão	1,36	1,38	187
Partido Republicano	0,24	0,03	4
Nulos	1,13	-	-
Branços	2,33	-	-
Total			13549

QUADRO 28. Resultado por legenda para a Assembleia Legislativa (1954). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

O PSD, em Erechim, seguindo a ordem do resultado estadual, saiu vitorioso na escolha para os cargos de governador e senadores. Para a Câmara Federal, o PTB local encolheu, sem conseguir eleger seu candidato. O partido obteve 38,96% dos votos, ficando atrás do PSD, com 41,03%. Uma vez que a UDN e o PL, separados, conquistaram apenas 2,74% e 2,75% respectivamente, o PRP, em Erechim, se apresentou como a terceira maior força política, obtendo 11,74% dos votos. Para a Assembleia Legislativa, devido à ausência dos votos de João Caruso, o PTB conquistou apenas 7,31% dos votos. Com isso, o PSD, com 34,5% dos votos, foi o primeiro colocado, seguido do PRP, com uma votação de 20,55%.

2.4. Eleição municipal e federal de 1955:

Mandelli Filho eleito vereador com 11,06%

O pleito eleitoral, ocorrido no dia 3 de outubro de 1955, em Erechim, repetiu a quantidade de chapas do pleito anterior para o Executivo. Assim como em 1951, foram indicados três candidatos para o Executivo: pelo PTB; pela Frente Democrática de Erechim (FDE) formada pelos partidos PSD, UDN e PL; e pelo PRP. Já no Legislativo, além destes, o PSP também indicou candidatos.

Nesse pleito, as escolhas para presidente e vice-presidente da República ocorreram no mesmo dia. Assim, os partidos não só publicavam as propagandas eleitorais para os candidatos locais, como também para a eleição majoritária nacional.

No dia 9 de agosto de 1955, o *A Voz da Serra*⁷⁴ publicou que a coligação Frente Democrática de Erechim, unidade composta pelos aliados de 1951, PSD, UDN e PL, devido aos acontecimentos estaduais e federais, estava reestruturada e que os cotados para o cargo mais alto do Executivo eram Aldo Ângelo Arioli e Alderico Massignan, ambos do PSD.

Para o pleito federal, o presidente do PSD gaúcho, Walter Peracchi Barcellos, segundo Cortés (2007, p. 240), havia apresentado ao seu partido:

[...] uma proposta de quatro pessedistas moderados que seriam aceitáveis como candidatos presidenciais para a UDN, o PL e o PDC. Quando o partido rejeitou a fórmula gaúcha e, mais tarde, formou uma aliança com o PTB, os gaúchos, junto com os diretórios do PSD em Pernambuco e Santa Catarina, recusaram apoiar os candidatos do partido.

Em Erechim, embora alguns membros do diretório do partido não tenham aderido à fórmula estadual, o diretório decidiu adotar essa posição. A coligação Frente Democrática continuava a se organizar em oposição aos candidatos trabalhistas. Conforme Cánepa (2005, p. 221):

não era possível para a seção gaúcha do PSD aceitar a aliança nacional, especialmente tendo João Goulart, seu principal adversário em âmbito regional, como candidato à Vice-Presidência. Assim é que o PSD gaúcho não se submete à orientação da direção nacional do partido e apoia formalmente a candidatura de Juarez Távora (UDN) para a Presidência.

A Frente Democrática de Erechim (FDE) apresentou catorze candidatos pelo PSD, oito candidatos pelo PL e sete candidatos pela UDN. Conforme o *A Voz da Serra*⁷⁵, para prefeito, indicou Angelo Emilio Grando; para vice-prefeito, Alderico Massignan; para presidente, Juarez Távora; e, para vice-presidente, Milton Campos.

A primeira convenção pessedista ocorreu no dia 15 de agosto de 1955.⁷⁶ Através dela, constatamos que 32 membros do partido esti-

veram presentes. Da mesma forma, a votação para escolha dos nomes que concorreriam ao cargo de prefeito e vice-prefeito, teve como resultado, para o cargo mais alto, a escolha de Angelo Emilio Grando com 22 votos, seguido de Antonio Pereira de Souza com 9 votos e Alderico Massignan com 1 voto. Para concorrer ao cargo de vice-prefeito, Alderico Massignan recebeu 25 votos, Eolo Arioli recebeu 4 votos, Angelo Emilio Grando, 2 votos e Orlando Mattia, apenas 1 voto.

Os membros pessedistas escolheram inicialmente doze nomes para concorrerem ao Legislativo. Cada um recebeu 32 votos, ou seja, o total de participantes na referida convenção, foram: Alberto Pedrotti, Albino Guzêla, Antonio Pereira de Souza, Alessandro Mattê, Avelino Laurentino Grando, Elisio Mattia, Flory Lamaison Rosa, Gentil Albertoni, João Maluli, Theodoro Tedesco, Modesto Rigoni e Solon Rangel.

No dia 2 de setembro de 1955, em nova convenção, com 30 votos de correligionários, foram escolhidos mais dois nomes para concorrerem ao Legislativo. Foram indicados⁷⁷ Edison Xavier e Ulderico Franklin da Silva (irmão de Antonio Franklin da Silva, candidato pessedista em 1951, que, neste pleito, concorreu ao mesmo cargo, agora pelo PTB).

Na sequência, dos nomes escolhidos pela FDE para o Legislativo, o Partido Libertador indicou os nomes de: Jasson Evaristo de Castro, Léo Augusto Henrique Neuls, Ady Antonio Bodaneze, Fiorelo Joaquim Favreto, Walter Schenato, Francisco Pogorzelski, Leão Plavnik e Linomar Alves. Já a União Democrática Nacional, indicou: Angelino Rosa, Argeu José da Rocha, Dario Feijó do Nascimento, Francisco Pinto de Souza, Hilario Pinotti, Manfredo M. Apel e Otto Eduardo Muller.

O Partido Trabalhista Brasileiro, com objetivo de dar continuidade em seu governo, indicou candidatos para todos os cargos eleti-

vos. Na convenção partidária ocorrida no dia 17 de agosto de 1955, sob a presidência de João Caruso, os 51 membros presentes escolheram Carlos Irineu Pieta para concorrer ao cargo de prefeito. Pieta recebeu o apoio de 48 correligionários, frente a 3 votos recebidos por Waldomiro Claudino Galli. Para o cargo de vice-prefeito, Vitório Luiz Zaffari obteve 50 votos contra 1 em favor de João Caruso.⁷⁸

No entanto, o candidato Vitório Luiz Zaffari renunciaria, em reunião⁷⁹ realizada no dia 25 de agosto de 1955, contando com 41 correligionários presentes. Assim, o Diretório Municipal procedeu a escolha para substituí-lo. Com 39 votos a favor e 2 votos contra, o escolhido para concorrer ao cargo de vice-prefeito foi, o ex-pessedista, Pedro Alexandre Zaffari^{xvi}.

Através do *A Voz da Serra*⁸⁰, o PSD local publicou nota de esclarecimento em referência aos boatos de que teria realizado acordo com o PTB. Em nota, o partido informava que os referidos boatos visavam “criar confusão no eleitorado da FRENTE DEMOCRÁTICA”. Inferimos que, pela escolha de Pedro Alexandre Zaffari, na convenção partidária petebista do dia 25 de agosto, os boatos citados na nota de esclarecimento pessedista possam estar relacionados à sua presença na chapa trabalhista.

Para concorrer ao Legislativo, o PTB, completou, em diferentes datas, a solicitação do registro de 25 nomes, sendo os escolhidos: José Mandelli Filho, Irany Jaime Farina, João Souto Cabrera, Gladstone Osório Mársico, Fausto Demoliner, João Rossarolla, Venâncio Hugo Della Latta, Waldemiro Claudino Galli, Waldemiro Zunkow-

^{xvi} A VOZ DA SERRA, 05/08/1955. Erechim. O nome de Pedro Alexandre Zaffari consta em publicação, com o título “Política Municipal”, na parte que coube ao PSD, como um dos cinco nomes indicados “à sucessão do sr. Mandelli Filho”. Além de Zaffari, figuravam: Aldo Arioli, Alderico Massignan, Diógenes Nunes e Renato Caron. Através da imprensa, não localizamos publicações referente aos motivos que levaram Pedro Alexandre Zaffari concorrer pelo PTB. Assim, inferimos que sua candidatura tenha sido viabilizada devido a aproximação entre PTB e PSD na disputa presidencial.

ski, Aristides Agostinho Zambonato, Waldemar Cabral Vieira, Angelo Gritti, Otavio Gaiki, Orestes Valandro, Hernildo Meneghetti, Artemio Stefano Zordan, Antonio Perusso, João Malyzs, Antonio Franklin da Silva, Geovany Theophanes Urtassum, José Bisognin, Italo Rodrigues Ferreira, Miguel Firmino Chassot, Firmino Angelo Baccin e Reynaldo Eduardo Poy.

Na primeira convenção petebista, Paulo Emilio Nunes Garcia estava entre os escolhidos, porém solicitou o cancelamento da homologação de sua candidatura no dia 14 de setembro de 1955. Por meio da comissão executiva do partido, seu nome foi substituído pelo de Reynaldo Eduardo Poy. Conforme as páginas do *A Voz da Serra*, do dia 7 de agosto de 1955, João Caruso em breve assumiria o seu assento, conquistado no pleito de 1954, na Assembleia Legislativa. Dessa forma, Garcia teria de “assumir a presidência do diretório local do PTB, na qualidade de 1º vice-presidente”⁸¹.

A disputa para prefeito e vice-prefeito estava completa com a participação do Partido de Representação Popular. Rodrigo Magalhães dos Santos, nas fileiras perrepistas, encontrou o reconhecimento que não recebia dentro do PTB. Concorreu para dois cargos simultaneamente⁸², prefeito e vereador, estratégia ainda não observada nas outras siglas para os pleitos municipais.

Para concorrer a vice-prefeito, o PRP escolheu o comerciante Osmar Pedrollo. Este, diferente de Magalhães dos Santos, não era recém-chegado ao partido. Já a nominata de candidatos ao Legislativo, foi composta por vinte e cinco nomes, sendo os escolhidos: Egon Kops, João Busatta, Alvaro Tozzo, Joaquim Reichmann Filho, Orlando Pedrollo, Luiz Agnoletti Conci, Avelino Serafin, Rodrigo Magalhães, Juracy Fanfa Ribas, Martin Ferri, Celestino Pedron, Severino Dal Molin, Gustavo Adolfo Bonfinger, Dileto Albertoni, Immoacir Nicodemos Busatta, Guilherme Noal, Lazaro Dante Rubbo, Elidio

Domingos Toldo, Natalino Marmentini, Pedro Marçal Weinmann, Luiz da Silva Medeiros, Euclides Farias Da Silva, Olivio Batistella, Waldir Freitas Jacques e Deolindo V. Biazussi.⁸³

O Partido Social Progressista, em convenção realizada no dia 27 de agosto de 1955, com ata assinada por 12 membros, decidiu não apresentar candidatos aos cargos de prefeito e vice-prefeito. Para vereadores, foram indicados sete nomes: Edmundo Palhano Sobrinho, José Maria de Amorim, Eugenio Montemezzo, Paulo Rocha, Francisco Sabo Filho, Filadelfo José Ferreira e Wilson Weber.⁸⁴

Os movimentos para campanha política municipal eram apresentados no *A Voz da Serra*⁸⁵. Conforme o periódico, a Frente Democrática realizaria, no dia 25 de setembro, um comício em Aratiba. O PTB organizava “comícios-relâmpagos em todos os bairros da cidade, fundando comitês pró-Juscelino-Jango”. Além disso, o comitê feminino Juscelino-Jango, que se reunia “seguidamente e organizou um programa radiofônico”, estava sendo dirigido pela então primeira-dama, Clelia Mandelli. O PRP, em caravanas separadas, uma com Rodrigo Magalhães dos Santos e outra com Osmar Pedrollo, percorriam o interior de Erechim. Já o PSP, “além da intensa propaganda na cidade” diariamente enviava “caravanas ao interior”, realizando campanha para o seu candidato a presidente, Adhemar de Barros.

O comício do PSD em Aratiba era oportuno, pois havia um projeto, na Assembleia Legislativa, discutindo a criação do novo município, que seria desmembrado de Erechim. Esclarecendo se os eleitores do distrito deveriam escolher os representantes erechinenses, segundo a publicação que foi transcrita do Diário Oficial:

O Tribunal, resolvendo dúvida manifestada pela Assembleia Legislativa do Estado, que debate projeto de criação do município de Aratiba a ser desmembrado da área do município de Erechim, entendeu que os eleitores do

novel município, a ser instalado depois de 3 de outubro, com eleições aprazadas para o dia 15 de novembro próximo, devem exercer o seu direito de voto nas eleições próximas para Prefeito, Vice prefeito e Vereadores, nas secções em que tenham seus nomes inscritos, para provimento dos cargos referidos, no município de Erechim.⁸⁶

O episódio da emancipação de Aratiba gerou debates políticos na esfera estadual. O prefeito de Erechim, José Mandelli Filho, após as eleições municipais, enviou a Ildo Meneghetti, governador do Estado, “um telegrama em termos descorteses [...] por só ter sancionado o Projeto de criação do Município de Aratiba no dia 4”⁸⁷ de outubro, ou seja, um dia após o pleito eleitoral. Em telegrama publicado na íntegra, Mandelli Filho, comunica ao governador a:

[...] realização do pleito neste Município com brilhante vitória candidatos Partido Trabalhista Brasileiro e PSD-leal, não obstante pressão exercida pelo Governo do Estado sancionando somente dia das eleições lei dispondo sobre criação Aratiba, afim pudesse essa medida eleitoral dar fisionomia diferente eleições nesta Comuna.⁸⁸

O resultado em Aratiba, referente ao pleito do dia 3 de outubro, como atesta o vereador Conrado Pecoits Junior em telegrama⁸⁹ enviado ao deputado Lamaison Porto, não foi positivo para o Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB saiu vitorioso somente em Itatiba^{xvii},

^{xvii} Na criação do município de Aratiba, em 4 de outubro de 1955, Itatiba ficou incorporada ao novo município. Conforme o telegrama de Conrado Pecoits Junior, citado no texto, Itatiba foi contra a emancipação de Aratiba. Na edição do *A Voz da Serra*, de 25/12/1957, em entrevista com João Caruso, o periódico confirmava a reintegração de Itatiba ao município de Erechim. Contudo, é no *A Voz da Serra*, de 20 de fevereiro de 1959, que consta a informação da publicação do Diário Oficial do Estado, do dia 13 de fevereiro de 1959, da anexação de Itatiba a Erechim. De acordo com Moraes e Cunha (2018, p. 45), Itatiba do Sul teve sua origem no município de Erechim e sua criação é datada de 19 de dezembro de 1964.

área de Aratiba que estava contra a sua emancipação. Em texto, Peçoits diz:

[...] cumpro doloroso dever outra vez desmentir prefeito Mandelli informando resultado oficial último pleito digno candidato PTB foi derrotado zona emancipada Aratiba vencendo, candidato frente democrática seguintes resultados Frente Democrática um mil trezentos [sic] noventa sete votos PTB um mil noventa quatro; PRP trezentos quarenta quatro [...]⁹⁰

Antes da realização do pleito eleitoral, o candidato a vereador pelo PSD, Avelino Laurentino Grando, na edição do dia 25 de setembro do *A Voz da Serra*, assinala que “alguns elementos que antes pertenciam ao grêmio do PSD dissidente TRAÍRAM-SE A SI PRÓPRIOS, chamando-se de membros do PSD nacionalista sob o pretexto de harmonizar as hostilidades da família erechinense [...]”. Apesar de não citar os nomes, pelo registro das candidaturas, sabemos que o candidato a vice-prefeito, Pedro Alexandre Zaffari, e o candidato a vereador, Antonio Francklin da Silva, ambos pelo PTB, haviam pleiteado, em 1951, o Legislativo municipal pela sigla pessedista.^{XVIII}

Diferente de Aldo Arioli^{XIX}, suplente de deputado estadual pelo PSD, que esteve em campanha da Frente Democrática no município, inclusive participando dos comícios com os presidenciáveis, outro nome pessedista que pode ter sido o alvo da publicação de Avelino

^{XVIII} A VOZ DA SERRA, 14/10/1955. Erechim. No que se refere à votação obtida pelos candidatos do PTB aos cargos de prefeito e vice-prefeito, consta como concorrendo pelas siglas “PTB e Ala do PSD”.

^{XIX} A VOZ DA SERRA, 11/09/1955. Erechim. “Chegou ontem a nossa cidade o deputado Aldo Arioli, representante de Erechim na Assembléia Legislativa do Estado [...] devendo em nosso Município empenhar-se na campanha da Frente Democrática”. Com base na publicação do periódico local, Arioli assumiu a vaga de deputado. Não foi alvo de nossa pesquisa se o lugar conquistado pelo pessedista foi permanente na legislatura ou se foi temporário, em função de ter obtido a terceira suplência, no pleito de 1954.

Laurentino Grando é Américo Godoy Ilha, representante local na Câmara dos Deputados. Ilha mandou publicar uma carta aos amigos e correligionários:

Não poderia, pois, em desfavor do candidato do meu Partido, prestigiar, para o supremo posto governamental, um nome estranho às nossas fileiras e até nosso adversário confesso, e quando estou ainda sinceramente convencido de que JUSCELINO é o melhor candidato capaz de realizar uma grande obra de governo, como já o demonstrou durante os cinco anos em que esteve à frente do governo do grande Estado de Minas Gerais.

No plano municipal, coerente com a linha partidária que me tracei e pelas mesmas razões que a inspiraram, não posso deixar de manifestar o meu apoio à candidatura do meu velho e leal Amigo e prestigioso Correligionário, ANGELO EMILIO GRANDO [...]^{xx}

A campanha para presidente e vice-presidente também foi movimentada no município. Na segunda-feira, 15 de agosto de 1955, conforme o *A Voz da Serra*⁹¹, a Frente Democrática de Erechim realizou um comício que contou com o candidato a presidente, Juarez Távora, o candidato a vice-presidente, Milton Campos, o governador de São Paulo, Jânio Quadros, e Walter Peracchi Barcellos.

O PRP também articulou campanha política no município. No *A Voz da Serra*⁹², era informado que Plínio Salgado, candidato a presidente pelo PRP, havia visitado e percorrido alguns locais de Erechim no dia 3 de setembro. Salgado, de acordo com Cortés (2007, p. 241),

^{xx} A VOZ DA SERRA, 27/09/1955. Erechim. Transcrevemos somente um trecho. Quanto às movimentações de campanha por parte de Américo Godoy Ilha, não verificamos se ocorreram em Erechim, nas demais edições pesquisadas. Com exceção da carta citada, seu nome não foi mencionado para a campanha de nenhum dos candidatos.

havia sido convencido por Kubitschek, candidato pessedista, a concorrer, com o objetivo de disputar os votos do eleitorado de direita com o candidato udenista. Ainda segundo o autor, visto que a diferença de votos entre os candidatos do PSD e UDN foi menor que os votos obtidos pelo candidato do PRP, a estratégia de Kubitschek

O candidato pelo PSP, Adhemar de Barros, também pousou em Erechim. No dia 12 de setembro, conforme *A Voz da Serra*⁹³, Barros realizou “concorrido comício no largo da Prefeitura”. Barros tentou, segundo Cortés (2007), uma aliança, sem sucesso, com João Goulart. Com isso, o candidato a vice-presidente para concorrer pelo PSP foi Danton Coelho. Ex-trabalhista, Coelho tinha ocupado o posto de ministro do Trabalho e, assim como outros nomes, havia deixado o PTB.

De acordo com Ferrari (1961, p. 6), “durante o exame da aliança proposta entre PSD e PTB, já se revelara de maneira patente o sentido unipessoal e caudilhesco da ação de Goulart”. Ainda segundo o autor, João Goulart assinou “um pacto pessoal, com cartas recíprocas e firmas reconhecidas, com o Sr. Juscelino Kubitschek”.

Conforme Cortés (2007, p. 239), João Goulart apoiou Kubitschek “em troca da aprovação da sua própria candidatura a vice-presidente”. Além do mais, o candidato a presidente “prometeu que Jango podia preencher todos os cargos federais no Rio Grande do Sul e controlar o Ministério do Trabalho”.

Na edição do dia 27 de setembro de 1955, o *A Voz da Serra* publicava o título “Os comícios de João Goulart e Juscelino Kubitschek em Erechim”. A matéria, ao mencionar a visita de Goulart, citou os nomes, além do próprio candidato à vice-presidência, de João Caruso, Carlos Irineu Pieta, Pedro Alexandre Zaffari e Rui Ramos como oradores no evento. Da mesma forma, informava que Goulart havia visitado a sede do PTB e do PSD juscelinista.

Na sequência da matéria⁹⁴, sobre a visita que não ocorreu no mesmo dia do candidato a vice-presidente, traz menos detalhes em relação aos nomes dos oradores no evento com JK. Estes são identificados como “os líderes do PTB municipal, inicialmente, um representante do PSD juscelinista^{xxi} e, no final, membros da caravana e o sr. Juscelino Kubitschek”.

Com o resultado finalizado, Erechim reproduziu o ranking para presidente e vice-presidente da esfera federal e estadual. O PTB local, em comparação com pleito de 1954, reagiu.

Através da publicação dos resultados⁹⁵ por área, interior do município e zona urbana, conseguimos observar a demografia eleitoral erechinense. O candidato do PTB e de parte do PSD, Juscelino Kubitschek, demonstrando força com o eleitorado urbano, conquistou 2.776 votos e 4.025 votos no interior do município. Juarez Távora, da UDN, candidato da FD gaúcha, recebeu 1.024 votos na cidade e 4.362 votos no interior. O candidato do PSP, Adhemar de Barros, teve a votação mais equilibrada: conquistou 935 votos na cidade e 986 no interior. Plínio Salgado, pelo PRP, logrou 325 votos na cidade e 1.483 no interior.

Na sequência da análise acima, verificamos a tendência para o resultado a vice-presidente. Sem candidato concorrendo pelo PRP e com a baixa votação obtida pelo candidato Danton Coelho, do PSP, os votos ficaram distribuídos entre João Goulart e Milton Campos. O candidato petebista, João Goulart, recebeu 956 votos a mais que Kubitschek, totalizando, em Erechim, 3.267 votos na zona urbana e 4.490 no interior. Da mesma forma que o candidato a presidente pela UDN, o candidato a vice, Milton Campos, considerando os votos do

^{xxi} Embora saibamos que o deputado federal Américo Godoy Ilha publicou o seu voto para Juscelino Kubitschek e Pedro Alexandre Zaffari, candidato a vice-prefeito apoiado pelo PTB, havia sido sondado para ser candidato pelo PSD, analisando o periódico *A Voz da Serra*, não foi possível aferir quem eram os membros do diretório municipal do PSD juscelinista.

interior, foi o mais votado: recebeu 1.562 votos a mais que Távora, totalizando 1.496 na zona urbana e 5.452 no interior. Já o ex-trabalhista, candidato pelo PSP, Danton Coelho, foi o único candidato a vice que recebeu menos votos que seu candidato a presidente: obteve 1.500 votos a menos que Barros, totalizando 151 votos na cidade e 270 votos no interior.

Considerando a votação federal e estadual obtida pelo candidato do PRP, no município, o capital político do partido, tendo em vista, sobretudo, a demografia eleitoral entre interior e zona urbana, manteve-se significativo. Seu candidato à presidência, Plínio Salgado, conquistou 11,36% do eleitorado erechinense, apenas 0,71% a menos que o candidato do PSP, Adhemar de Barros.

Candidatos	Partido	% Brasil	% Estado	% Erechim
Juscelino Kubitscheck	PSD	35,68	37,73	42,73
Juarez Távora	UDN	30,27	34,64	33,84
Adhemar de Barros	PSP	25,77	20,06	12,07
Plínio Salgado	PRP	8,28	7,57	11,36
Nulos		-	-	-
Branços		-	-	-

QUADRO 29. Eleição para presidente (1955). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TSE, Cortés (2007) e *A Voz da Serra* (1955).

Candidatos	Partido	% Brasil	% Estado	% Erechim
João Goulart	PTB	44,52	50,84	51,28
Milton Campos	UDN	41,96	45,87	45,93
Danton Coelho	PSP	13,52	3,29	2,78
Nulos		-	-	-
Branços		-	-	-

QUADRO 30. Eleição para vice-presidente (1955). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TSE, Cortés (2007) e *A Voz da Serra* (1955).

Em âmbito federal, a UDN, derrotada pelos candidatos do PSD-PTB, novamente em função de o resultado não ter sido obtido com maioria absoluta dos votos, de acordo com Delgado (1989, p. 173), tentou “impedir judicialmente a posse de Juscelino. Sua intenção, entretanto foi frustrada pelo General Lott, a 11 de novembro”. O evento, na imprensa local, no que conseguimos observar, foi alvo de matérias sem alardes.

Lott, para sua manobra legalista, teve apoio do presidente interino da Câmara dos Deputados, o então deputado federal gaúcho pela UDN, Flores da Cunha “para legalizar a saída de Carlos Luz, Flores convocou a Câmara e encaminhou uma votação rápida aprovando a posse do presidente do Senado, Nereu Ramos” (CORTÉS, p. 245).

Para a prefeitura da capital gaúcha, era eleito Leonel Brizola. De acordo com Cortés (2007, p. 242), Brizola esmagou “o candidato da Frente Democrática, Euclides Triches, por 67.077 votos a 37.158 votos, enquanto o PTB obteve oito das 21 cadeiras da Câmara Municipal”.

Na campanha para a prefeitura de Porto Alegre, Brizola, segundo Cortés (2007, p. 242), havia afirmado que, se eleito, “teria a garantia de Kubitschek de apoio financeiro do governo federal” para a capital gaúcha. Ainda conforme o autor, para Brizola, os recursos destinados ao Estado, visto que o PSD do governador Ildo Meneghetti apoiou Juarez Távora, passariam por ele.

No que diz respeito à disputa eleitoral municipal, os resultados obtidos para o cargo de prefeito e vice-prefeito são apresentados nos Quadros 31 e 32. No Quadro 33, para o Legislativo, apresentamos o resultado por legenda e, para finalizar, no Quadro 34, o resultado obtido de forma individual pelos vereadores.

Candidatos	Partido	Votação	%
Carlos Irineu Pieta	PTB	7627	48,99
Ângelo Emílio Grando	PSD	6895	44,28
Rodrigo Magalhães dos Santos	PRP	1047	6,72
Total		15.570	

QUADRO 31. Eleição para prefeito em Erechim (1955). Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos da 20ª Zona Eleitoral (1955) - Certidão e Resultados - e *A Voz da Serra* (1955).

Candidatos	Partido	Votação	%
Pedro Alexandre Zaffari	PTB	7367	47,9
Alderico Massignan	PSD	6697	43,54
Osmar Pedrollo	PRP	1316	8,56
Total		15.380	

QUADRO 32. Eleição para vice-prefeito em Erechim (1955). Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos da 20ª Zona Eleitoral (1955) - Certidão e Resultados - e *A Voz da Serra* (1955).

O PTB saiu vitorioso para os dois cargos do poder Executivo. A diferença entre os votos do candidato eleito a prefeito, Carlos Irineu Pieta, e do candidato eleito a vice-prefeito, Pedro Alexandre Zaffari, foi de apenas 261 votos. No PSD, a diferença entre os candidatos a prefeito e vice foi de 198 votos. Dos três candidatos, o perrepista Rodrigo Magalhães dos Santos foi o único que recebeu menos votos que seu vice: obteve 269 votos a menos que Osmar Pedrollo. Considerando o pleito de 1954, podemos observar que, novamente, o apoio do PRP local não foi totalmente depositado em Magalhães dos Santos. Assim como para os cargos federais, a votação obtida pelo PSD superou a do PTB no interior do município.

Partido	Nº Candidatos	Votação	%	Assentos
Partido Trabalhista Brasileiro	25	7.042	45,39	10
Partido Social Democrático	14	3.221	20,76	4
Partido de Representação Popular	25	1.981	12,77	2
União Democrática Nacional	7	1.485	9,57	2
Partido Libertador	8	1.208	7,79	1
Partido Social Progressista	7	577	3,72	0
Total	86	15.514		

QUADRO 33. Resultado por legenda para a Câmara de Vereadores (1955). Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos da 20ª Zona Eleitoral (1955) - Certidão e Resultados.

Para os 15.514 votantes e as 19 vagas a serem preenchidas, o quociente eleitoral foi igual a 817. Aplicando o cálculo para a distribuição, apenas uma vaga ficou como sobra a ser preenchida. A mesma coube ao PTB, que totalizou 10 lugares no Legislativo, seguido pelo PSD com 4 lugares, PRP e UDN com 2 lugares e PL com apenas 1 lugar. Apesar da participação do candidato a prefeito do pleito de 1951, José Maria de Amorim, e, do candidato a deputado estadual no pleito de 1954, Wilson Watson Weber, ambos concorrendo ao cargo de vereador, o PSP não obteve quociente eleitoral necessário, resultando na ausência de assentos no Legislativo erechinense.

No Quadro 34, em ordem de votação, apresentamos os 19 vereadores eleitos para a legislatura que iniciou no ano de 1956. Fizemos uma ressalva: assim como nas legislaturas anteriores, muitos foram os suplentes que assumiram os postos de suas siglas partidárias.

Vereadores	Profissão	Partido	Votação	%
José Mandelli Filho	Tabelião	PTB	1.716	11,06
Francisco Pinto de Souza	Industrialista	UDN	681	4,39
Antonio Pereira de Souza	Agrimensor	PSD	559	3,6
Flory Lamaison Rosa	Advogado	PSD	537	3,46
Irany Jaime Farina	Farmacêutico	PTB	522	3,36
Gentil Albertoni	Comerciante	PSD	510	3,29
Jasson Evaristo de Castro	Contador	PL	456	2,94
João Souto Cabrera	Médico	PTB	427	2,75
Gladstone Osório Mársico	Advogado	PTB	401	2,58
Avelino Laurentino Grando	Contador	PSD	400	2,58
Angelino Rosa	Comerciante	UDN	363	2,34
Fausto Demoliner	Industrialista	PTB	334	2,15
João Rossarolla	Comerciante	PTB	319	2,06
Venâncio Hugo Della Latta	Contador	PTB	311	2
Egon Kops	Contador	PRP	308	1,99
Waldemiro Claudino Galli	Comerciante	PTB	268	1,73
Waldemiro Zunkowski	Comerciante	PTB	262	1,69
Aristides Agostinho Zambonato	Professor	PTB	261	1,68
João Busatta	Comerciante	PRP	211	1,36

QUADRO 34. Vereadores eleitos em Erechim (1955). Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos da 20ª Zona Eleitoral (1955) - Certidão e Resultados.

Com renovação de 89,47% dos assentos — sem considerar Francisco Pinto de Souza, também escolhido em 1947 —, na sua terceira disputa ao Legislativo municipal, o PTB manteve seu desempenho crescente. Com 45,39% dos votos, 0,89% a mais que no pleito de 1951, conquistava a maioria absoluta dos assentos na Câmara de Vereadores.

Parte significativa do sucesso eleitoral petebista coube ao grande capital político construído por José Mandelli Filho. O até então pre-

feito, concorrendo ao cargo de vereador, obteve 11,06% dos votos, 6,67% a mais que o segundo vereador mais votado, o udenista, Francisco Pinto de Souza. Em números de votos, Mandelli obteve 1.716 votos, 1.035 votos a mais que o udenista, que obteve 681 votos.

Comparando com o desempenho para a majoritária, Mandelli Filho obteve mais votos que os candidatos a prefeito e vice-prefeito do PRP. Também obteve mais votos que todos os candidatos a vereadores da UDN juntos e, por apenas 0,45%, não obteve mais votos que a soma dos candidatos do PL e do PSP. Sozinho, considerando o quociente eleitoral de 817 votos, o ex-prefeito conquistou 2,1 assentos para sua sigla.

A forma de governar durante a administração de Mandelli Filho, frente ao eleitorado e à população em geral, foi expressa na coluna “Tem a palavra o leitor”. O leitor, que assinava com as iniciais U. B., criticou a situação financeira em que a prefeitura havia sido deixada para o novo prefeito eleito. Da mesma forma, questionava o porquê da não publicidade dos fatos. Porém, o que nos chama a atenção é forma como Mandelli Filho é descrito, o que, segundo o leitor, é o motivo da falta de questionamento, por parte das rádios e jornais locais, sobre a situação financeira do município. Para o leitor U. B.:

O sr. Prefeito é homem que desarma a gente com sua comunicabilidade e expansividade. O sr. Prefeito trata bem a todos, dá-se com todo o mundo; fala de igual para igual com qualquer operário e com qualquer pessoa do povo, não lhe importando, nas relações diárias, as cores políticas. Tal atitude tornou-se simpático. Fica-se desarmado para criticá-lo. É um homem bom. Prova disso é a homenagem que lhe prestaram os municípios, apesar de se encontrarem em aflita situação pela falta de numerário com que se debate a Prefeitura. Os funcionários não recebem os ordenados, mas parecem estimar o seu chefe.⁹⁶

Apesar da matéria ser uma crítica à situação financeira da prefeitura, deixada por Mandelli Filho, a personalidade do ex-prefeito é apresentada como a de um homem do povo, que não cria obstáculo para a conversa. Dessa forma, podemos atribuir tal característica como um dos elementos que o levaram a tão significativa votação.

Quando analisado o discurso do petebista e consultor jurídico municipal Paulo Emilio Nunes Garcia, realizado em um banquete com autoridades e funcionários municipais, em dezembro de 1955, que contou com a presença, entre outros, de João Caruso e Carlos Irineu Pieta, é reforçada a forma de governar de Mandelli Filho, exposta pelo leitor identificado por U. B.

Em “Ecos da homenagem ao Prefeito José Mandelli Filho”, a respeito de Mandelli Filho, Garcia diz: “na extroversão de um temperamento ardente e leal, no campo da política é um realizador, um batalhador de fibra e sabe unir o idealismo à coragem”.⁹⁷ Na sequência, reproduzimos parte do referido discurso, para chegar ao ponto em que a crítica do leitor, publicada na edição do *A Voz da Serra* do dia 1º de janeiro de 1956, referente à situação financeira da prefeitura, passa fazer sentido.

Temperamental, realizador, inquieto. Acoimam-no de dissipar verbas. Mas as cifras e os atos aí estão, impressionantes como em alto relevo, para explicar que José Mandelli Filho nada tem a responder a seus caluniadores. Escolas, estradas, departamentos técnicos, realizações no campo da vida rural da comuna, na proteção, amparo e fomento ao agricultor e ao trabalhador, os reajustamentos procedidos nos vencimentos do funcionalismo, o seguro coletivo, o enquadramento do operariado em instituição de previdência e assistência social, o amparo às viúvas dos servidores, que com enternecida saudade evocamos tudo é uma fotografia ní-

tida, natural, firme e honesta do quanto José Mandelli Filho realizou, praticou e executou.

Não, sras. e srs., ele não amealhou, não guardou montes de ouro, arrancados através dos impostos. Se assim o tivesse feito ele teria recuado a 50 anos, quando administrar era formar tesouros de Salomão, ao passo que os serviços públicos dormiam o sono mórbido da rotina, do atraso, da incúria e da ignorância.

Ao contrário, inquieto, indormido, vigilante o Prefeito José Mandelli Filho empregou a arrecadação na aplicação de um capital que produz, se amplia e realiza. Fez circular o dinheiro arrecadado, e, se o Município deve, concluiremos que melhor foi agitar e produzir do que amealhar uns cruzeiros, enquanto os problemas administrativos angustiosos permaneciam sem solução, adormecidos nas pastas dos projetos irrealizáveis.⁹⁸

Em pleitos eleitorais, onde há chapas divergentes, é comum que a administração que finda seja alvo de campanha negativa por parte de seus adversários. Apesar de não haver, durante nosso recorte temporal, a possibilidade de reeleição para o cargo de prefeito, os partidos acabam assumindo o sucesso ou insucesso de seus representantes. Isso é quase natural, algo que não surpreende. Porém o discurso de Garcia, pessoa próxima e ativa na diretoria trabalhista, deixa visível que Mandelli Filho, ou seu governo, foi alvo de ataques por parte de seus adversários. Caso não houvesse questionamentos sobre a situação financeira deixada para o novo prefeito, em seu discurso, Garcia talvez não tivesse exposto, de forma tão clara, que a forma de administrar de Mandelli Filho estava realmente focada em ação. Tal ação podemos interpretar como investimentos ou gastos. Logo, o erário seria impactado positiva ou negativamente, conforme o olhar dos contribuintes.

Assim, o pleito de 1955 retomou o crescimento da performance eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro em âmbito local. Foi o

segundo pleito em que o PTB elegeu prefeito, vice-prefeito e o maior número de vereadores para Câmara Municipal.

Com voz ativa e acalorados discursos, José Mandelli Filho foi o líder da bancada petebista durante os anos de 1956 e 1957. O tema político partidário era comumente invocado. Em muitas ocasiões, a referência da coligação nacional PSD-PTB foi abordada com intenção de provocação aos pessedistas locais.

As diferenças entre Magalhães dos Santos e Caruso se mantinham. Com isso, a imprensa local explorava o tema na coluna “Pano-rama Político”:

Não há quem não saiba que os trabalhistas riograndinos são mesmo quereristas e tem como cacique o sr. Modesto Dorneles, irmão do sr. Dinarte Dorneles, homens que sempre representaram o pensamento fiel de Getulio Vargas, enquanto o sr. João Caruso representava o baluarte do pasqualinismo e queimava em Erechim o quererista Rodrigo Magalhães, que não perdoa por isso.⁹⁹

Os números no pleito eleitoral obtido por Magalhães dos Santos, mostrou, quando comparado com a sua votação local obtida à Assembleia Legislativa no pleito de 1947, ocasião em que conquistou 2.412 votos, significativo encolhimento do seu capital político. Sua votação seguiu o padrão de votos obtidos pelo candidato a vice-prefeito, Osmar Pedrollo. A maior concentração de votos do PRP estava, assim como sua votação, localizada no interior do município. Pedrollo obteve 999 votos no interior e 317 votos na zona urbana, já Magalhães dos Santos, conquistou 798 votos no interior e 249 na zona urbana. Assim, a migração de Magalhães dos Santos para o PRP, em âmbito local, não gerou dividendos eleitorais para nenhum dos envolvidos, candidato e partido.

Apesar de ter tido candidato próprio e eleito apenas dois vereadores, o PRP, em 1956, conquistou na primeira mesa diretiva da casa legislativa, o assento da presidência. A conquista teve participação, uma vez que os trabalhistas conquistaram maioria absoluta do espaço, do PTB. Porém, no final do mesmo ano, João Busatta, o perrepista escolhido para o cargo, solicitou sua renúncia da mesa diretora.

Na capa do *A Voz da Serra*¹⁰⁰, a entrevista cedida por Busatta, ficou em evidência ao lado do obituário do ex-prefeito municipal e candidato derrotado no último pleito eleitoral, Angelo Emilio Grando. Na entrevista, João Busatta, entre outras coisas, atribui ao PRP o papel de fiel da balança, como ocorreu na legislatura anterior. Nesta legislatura, caso o presidente fosse do PTB e o PRP votasse junto com a Frente Democrática, caberia ao presidente o voto de minerva. Assim, segundo Busatta, estando fora da presidência da casa, seu trabalho poderia ser mais efetivo. Outro ponto abordado pelo perrepista, que levou à sua decisão, foi a pauta dos assuntos com excessivo teor político-partidário durante as sessões.

O *A Voz da Serra*¹⁰¹, na edição do dia 20 de novembro de 1957, ano em que o PRP se preparava para o pleito estadual de 1958, assinalou que Rodrigo Magalhães dos Santos, considerando o resultado obtido no pleito municipal, como já observamos, não contou com o apoio total dos perrepistas locais. Contudo, de acordo com a edição¹⁰² do dia 1º de dezembro de 1957, com o apoio da Frente Democrática de Erechim, caso houvesse concordância com o PRP, a candidatura, para o cargo de prefeito, de Rodrigo Magalhães dos Santos estaria sendo cogitada para o pleito de 1959. Segundo a publicação, “desde a eleição de Hofmann para a Presidência da Assembleia Legislativa e o afastamento do vereador João Busatta da presidência da Câmara Municipal, operou-se em Erechim uma aproximação acelerada do P.R.P. com a Frente Democrática”.¹⁰³

Outra inferência da aproximação do PRP com a Frente Democrática está presente na edição do dia 23 de outubro de 1957 do *Jornal do Dia*¹⁰⁴. Foi publicado, conforme a referida edição, em meio à organização das indicações partidárias para o pleito estadual, que havia sido aprovada pelos trabalhistas a “iniciativa da Comissão Executiva de promover a cassação do mandato de Vereador do Sr. Antonio Pereira de Souza, Presidente da Câmara Municipal, que é chefe da 4ª Inspetoria de Terras e membro de destaque do PSD”. Em favor de Pereira de Souza, manifestaram-se os líderes das bancadas do PL, PSD, PRP e UDN.

A justificativa dos trabalhistas com a ação, segundo o *Jornal do Dia*¹⁰⁵, seria que o pessedista, ocupando o cargo de Chefe da 4ª Inspetoria de Terras, um cargo de confiança demissível, de acordo com a Lei Orgânica municipal implicaria na perda de mandato.

Em 20 de outubro, o *A Voz da Serra* publicou: “o PTB insiste na cassação do mandato do vereador Antônio Pereira de Souza”¹⁰⁶. Conforme o texto, era aguardado um posicionamento do PSD frente “aos vereadores trabalhistas José Mandelli Filho, Aristides Zambonato, Dr. João Souto Cabrera, Antônio Francklin da Silva e Malyz, bem como quanto ao próprio Vice Prefeito Pedro Alexandre Zaffari, de vez que todos eles estão sujeitos a perda do mandato”. A cassação não se consumou.

Ao finalizar este capítulo, podemos concluir que as rusgas entre Rodrigo Magalhães dos Santos e João Caruso podem ter ocorrido, ou pelo menos ter contribuído para seu agravamento, devido à indicação de dois candidatos petebistas ao mesmo cargo no ano de 1950. Magalhães dos Santos, com sua candidatura queimada, e Henrique Pagnoncelli disputaram o mesmo eleitorado, sendo o segundo nome avalizado com uma grande diferença de votos. Como veremos adiante, motivos semelhantes levarão Magalhães dos Santos a romper com o PRP.

A campanha pessedista local, do pleito de 1950, não contou com Benjamin Busato, cabo eleitoral que ajudou Adroaldo Mesquita a conquistar quase 5.000 votos no pleito de 1945. O padre Benjamin Busato, de acordo com Cima (2002, p. 100), em missa celebrada no dia 7 de maio de 1950, despediu-se dos erechinenses.

Com o pleito estadual de 1954, Erechim perde a sua representatividade. Elege apenas um candidato a deputado estadual, João Caruso, do PTB, que, inclusive, precisou entrar judicialmente para a manutenção de seu registro e consequentemente de sua votação, e um deputado federal, Américo Godoy Ilha, do PSD. Nesse pleito, o PSD local, recebeu uma sobrevida, tanto o candidato a governador, Alberto Pasqualini, como o candidato ao senado pelo PTB, João Goulart, receberam, em Erechim, a porcentagem semelhante à recebida no Estado: ambos ficaram atrás dos concorrentes da Frente Democrática.

Quanto às movimentações partidárias dentro do Legislativo local, para explicar algumas questões que serão postas no capítulo seguinte, cabe registrar que, apesar de maioria dos assentos conquistados no pleito de 1955, com a escolha da primeira mesa diretiva, o PTB não ocupou a presidência. Assim, pelo menos dois petebistas apoiaram o candidato do PRP, João Busatta^{xxii}, na escolha para a presidência do Legislativo. Da mesma forma, pelo menos dois petebistas,

^{xxii} Com base na Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim, na votação da primeira mesa diretiva da 3ª Legislatura (1955) (Vol. 8), João Busatta teve 11 votos frente aos 7 votos obtidos pelo petebista Waldemiro Claudino Galli e 1 voto depositado em branco. Para vice-presidente, Waldemar Claudino Galli, obteve 10 votos frente a 6 para o udenista Francisco Pinto de Souza, 1 voto para o perrepista Egon Kops, 1 para o perrepista João Busatta e 1 voto para o petebista Waldemiro Zunkowski. Nas demais votações, respectivamente 1º e 2º Secretários, os petebistas João Souto Cabrera e Venâncio Hugo Della Latta foram escolhidos com 10 votos cada (número de assentos ocupados pelo PTB). Com a renúncia de João Busatta, na escolha da nova mesa diretiva, Waldemiro Claudino Galli, para a presidência da casa, conquistou 11 votos. Inferimos que pela entrevista cedida por Busatta, ao *A Voz da Serra*, o voto do perrepista, na escolha da nova direção, foi depositado em Galli.

para a terceira mesa diretiva, também apoiaram Antonio Pereira de Souza^{xxiii}, do PSD, para o mesmo cargo.

Na escolha da mesa diretiva referente ao ano de 1958, segundo o *A Voz da Serra*¹⁰⁷, a Frente Democrática e o PRP articularam os votos no candidato do PTB, João Souto Cabrera. Conforme a matéria, João Busatta, do PRP, declarou que seu partido escolhera, para o cargo de presidente do Legislativo, o petebista João Souto Cabrera. Da mesma forma, juntamente com o apoio da Frente Democrática, a complementação da mesa estaria distribuída entre todos os partidos conforme segue: João Busatta, do PRP, vice-presidente; Avelino Laurentino Grando, do PSD, 1º secretário, e Jasson Evaristo de Castro, do PL, 2º secretário.

Em resposta ao anúncio da oposição, João Souto Cabrera disse: “foi para mim uma satisfação ouvir estes elogios da Bancada da Oposição, elogios que não mereço. De todo o coração agradeço. Mas, minha Bancada já apresentou o nome de José Mandelli Filho”¹⁰⁸. Assim, seu voto, como correligionário fiel ao partido, foi depositado no líder petebista. Com a finalização da votação, todos eleitos com 10 votos contra 9 dos indicados pela oposição, a mesa diretiva para o ano de 1958, foi composta integralmente por petebistas, respectivamente presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários: José Mandelli Filho, Aristides Zambonato, Irani Jaime Farina e Venâncio Hugo Della Latta.

Assim como no pleito de 1951, quando PSD e PTB ensaiaram um possível acordo para o Executivo, a escolha pelo nome de João

^{xxiii} Com base na Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim, na votação da terceira mesa diretiva da 3ª Legislatura (1957) (Vol. 10), inferimos que PSD, PL, UDN e PRP, uma vez que os candidatos conquistaram 9 votos frente a 10 votos obtidos pelos candidatos petebistas, votaram unidos na escolha dos cargos de vice-presidente, 1º e 2º secretários, os oponentes: Fausto Demoliner, do PTB, e Angelino Rosa, da UDN; Waldemar Cabral Vieira, do PTB, e João Busatta, do PRP; Venâncio Hugo Della Latta, do PTB, e Jasson Evaristo de Castro, do PL. Para a presidência, Antonio Pereira de Souza, do PSD, conquistou 11 votos frente aos 8 votos depositados no petebista João Souto Cabrera.

Souto Cabrera para ser o presidente do Legislativo, pela Frente Democrática juntamente com o PRP, pode ter sido estratégia para evitar a eleição de José Mandelli Filho.

O vereador petebista Gladstone Osório Mársico, na sessão de votação, lamentou não ter sido unanimidade a escolha do presidente. Ainda, Mársico disse:

Louvo o espírito público do nobre companheiro e colega JOÃO SOUTO CABRERA, abdicando da indicação de seu nome para o alto posto de PRESIDENTE desta CASA. Hoje, ouvimos a OPOSIÇÃO levar seu nome a suas virtudes fato que não se verificou no ano passado [...] Ousaram procurar um companheiro nosso para derrotá-lo.¹⁰⁹

Ainda na mesma sessão¹¹⁰, o pessedista Avelino Laurentino Grando, utilizando da palavra e rebatendo o vereador Gladstone Osório Mársico, disse que o PSD, coligado com a UDN e o PL, durante o ano de 1957, esteve em harmonia com o PRP, sempre inclinados pela força do voto.

O acordo estadual para a sucessão de Ildo Meneghetti, entre PTB e PRP, pode ser verificado através da publicação de esclarecimento por parte do perrepista João Busatta, ao *A Voz da Serra*¹¹¹. No texto, Busatta disse que o partido esteve reunido e, na ocasião, foi visitado por lideranças petebistas com o intuito de sondar seus possíveis candidatos para a eleição da mesa diretiva. O perrepista disse: “posso empenhar minha palavra de honra, que a bancada do P.R.P., não votará para presidente em nenhum vereador da Frente Democrática”. Na sequência, informando que o PRP votaria em um petebista, “o líder do PTB, solicitou do P.R.P. que escolhesse então o candidato”¹¹².

Quanto ao PSP local, pelo número de assinaturas nas atas de convenção a que tivemos acesso, por ter poucos candidatos e pelos

números de votos obtidos nos pleitos entre 1947 e 1955, podemos considerar que, em Erechim, o partido era de fato, como o próprio João Caruso acusou na carta direcionada ao pessedista José Sponchiado, em 1951, de ser um partido com pequeno capital político.

Notas finais

- ¹ Ver: BRASIL, 1952, p. 15.
- ² Ver: CÁNEPA, 2005, p. 151.
- ³ CÁNEPA, 2005, p. 153-154.
- ⁴ BRASIL, 1952, p. 133.
- ⁵ BRASIL, 1952, p. 132.
- ⁶ Fonte NUPERGS.
- ⁷ CORREIO RIO-GRANDENSE, 18/10/1950. Garibaldi.
- ⁸ Dados eleitorais obtidos em NUPERGS.
- ⁹ Dados eleitorais obtidos em NUPERGS.
- ¹⁰ BRASIL, 1952, p. 128.
- ¹¹ BRASIL, 1952, p. 129.
- ¹² Fonte: Banco de Dados Eleitorais do NUPERGS. Nomenclatura “Junta 24-1950” engloba, de forma conjunta, o resultado eleitoral de Erechim e Marcelino Ramos.
- ¹³ BRASIL, 1952, p. 129.
- ¹⁴ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ¹⁵ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ¹⁶ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ¹⁷ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ¹⁸ JORNAL DO DIA, 25/02/1949. Porto Alegre.
- ¹⁹ Ver: CHIAPARINI (2005).
- ²⁰ JORNAL DO DIA, 25/02/1949. Porto Alegre.
- ²¹ JORNAL BOM DIA, 30/03/2022. Erechim. Com o título “Rotary Club de Erechim comemora 76 anos de fundação”, publicada no site do periódico. Acesso em 15 de mai 2023. Disponível em: <https://jornalbomdia.com.br/noticia/54077/rotary-club-de-erechim-comemora-76-anos-de-fundacao>.
- ²² A VOZ DA SERRA, 14/08/1951. Erechim.
- ²³ A VOZ DA SERRA, 14/08/1951. Erechim. Obs.: transcrevemos parcialmente o texto da referida nota.
- ²⁴ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ²⁵ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ²⁶ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ²⁷ A VOZ DA SERRA, 09/08/1951. Erechim.
- ²⁸ A VOZ DA SERRA, 15/08/1951. Erechim.
- ²⁹ A VOZ DA SERRA, 28/08/1951. Erechim.
- ³⁰ A VOZ DA SERRA, 10/10/1951. Erechim.
- ³¹ A VOZ DA SERRA, 10/10/1951. Erechim.
- ³² A VOZ DA SERRA, 26/08/1951. Erechim.
- ³³ A VOZ DA SERRA, 14/09/1951. Erechim.
- ³⁴ A VOZ DA SERRA, 26/08/1951. Erechim.
- ³⁵ A VOZ DA SERRA, 26/08/1951. Erechim.
- ³⁶ A VOZ DA SERRA, 31/10/1951. Erechim.

- 37 A VOZ DA SERRA, 16/09/1951. Erechim.
- 38 DUCATTI NETO, 1981, p. 281.
- 39 A VOZ DA SERRA, 30/11/1951. Erechim.
- 40 A VOZ DA SERRA, 30/11/1951. Erechim.
- 41 A VOZ DA SERRA, 30/11/1951. Erechim.
- 42 A VOZ DA SERRA, 07/12/1951. Erechim.
- 43 CORREIO RIO-GRANDENSE, 23/01/1952. Garibaldi.
- 44 A VOZ DA SERRA, 15/06/1954. Erechim.
- 45 A VOZ DA SERRA, 15/06/1954. Erechim.
- 46 Publicado no *Correio do Povo* em 22 de agosto de 1954.
- 47 A VOZ DA SERRA, 20/06/1954. Erechim.
- 48 A VOZ DA SERRA, 02/07/1954. Erechim.
- 49 A VOZ DA SERRA, 08/07/1954. Erechim.
- 50 A VOZ DA SERRA, 22/07/1954. Erechim.
- 51 A VOZ DA SERRA, 11/08/1954. Erechim.
- 52 A VOZ DA SERRA, 24/08/1954. Erechim. Discurso proferido na Rádio Erechim.
- 53 A VOZ DA SERRA, 27/07/1954. Erechim.
- 54 A VOZ DA SERRA, 08/08/1954. Erechim.
- 55 “Escolas construídas em dois anos e oito meses do Governo José Mandelli Filho - 53; prédios reformados - 32. Calçamento executado no exercício de 1952 - 12.284m². Maquinário adquirido para ampliar o parque mecanizado Cr\$ 5.107.000,00. Pontes construídas em 1953 - 7”.
- 56 A VOZ DA SERRA, 11/08/1954. Erechim. Propaganda eleitoral.
- 57 A VOZ DA SERRA, 21/09/1954. Erechim. Propaganda eleitoral.
- 58 A VOZ DA SERRA, 28/09/1954. Erechim. Propaganda Eleitoral.
- 59 A VOZ DA SERRA, 31/08/1954. Erechim.
- 60 TRE-RS. Documento contendo o “Resultado verificado no pleito de 3 de outubro de 1954, extraído da ata de proclamação. - (Sessão realizada em 29 de outubro de 1954)”.
- 61 A VOZ DA SERRA, 23/09/1954. Erechim.
- 62 A VOZ DA SERRA, 09/10/1955. Erechim.
- 63 NUPERGS.
- 64 NUPERGS.
- 65 BRASIL, 1958, p. 144.
- 66 BRASIL, 1958, p. 146.
- 67 NUPERGS.
- 68 BRASIL, 1958, p. 140.
- 69 NUPERGS.
- 70 BRASIL, 1958, p. 141.
- 71 A VOZ DA SERRA, 02/09/1958. Erechim. “Regressou da Capital da República, onde estava assumindo sua Cadeira no Palácio Tiradentes, o Deputado Federal pela legenda do Partido de Representação Popular, dr. Rodrigo Magalhães dos Santos”.
- 72 CÁNEPA, 2005, p. 201-202.
- 73 NUPERGS.

- ⁷⁴ A VOZ DA SERRA, 09/08/1955. Erechim.
- ⁷⁵ A VOZ DA SERRA, 13/09/1955. Erechim.
- ⁷⁶ REGISTRO DE CANDIDATOS PSD. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 30/08/1955.
- ⁷⁷ REGISTRO DE CANDIDATOS PSD. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 30/08/1955.
- ⁷⁸ REGISTRO DE CANDIDATOS PTB. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 30/08/1955.
- ⁷⁹ REGISTRO DE CANDIDATOS PTB. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 30/08/1955.
- ⁸⁰ A VOZ DA SERRA, 26/08/1955. Erechim.
- ⁸¹ A VOZ DA SERRA, 07/08/1955. Erechim.
- ⁸² REGISTRO DE CANDIDATOS PRP. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 03/09/1955.
- ⁸³ Certidão da ata das eleições municipais de 3 de outubro de 1955 - Erechim. 30/12/1955.
- ⁸⁴ REGISTRO DE CANDIDATOS PSP. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 31/08/1955.
- ⁸⁵ A VOZ DA SERRA, 25/09/1955. Erechim.
- ⁸⁶ A VOZ DA SERRA, 25/09/1955. Erechim.
- ⁸⁷ A VOZ DA SERRA, 14/10/1955. Erechim.
- ⁸⁸ A VOZ DA SERRA, 18/10/1955. Erechim.
- ⁸⁹ A VOZ DA SERRA, 18/10/1955. Erechim.
- ⁹⁰ A VOZ DA SERRA, 18/10/1955. Erechim.
- ⁹¹ A VOZ DA SERRA, 17/08/1955. Erechim.
- ⁹² A VOZ DA SERRA, 06/09/1955. Erechim.
- ⁹³ A VOZ DA SERRA. 13/09/1955. Erechim.
- ⁹⁴ A VOZ DA SERRA, 27/09/1955. Erechim.
- ⁹⁵ A VOZ DA SERRA, 14/10/1955. Erechim.
- ⁹⁶ A VOZ DA SERRA, 1º/01/1956. Erechim.
- ⁹⁷ A VOZ DA SERRA, 03/01/1956. Erechim.
- ⁹⁸ A VOZ DA SERRA, 03/01/1956. Erechim.
- ⁹⁹ A VOZ DA SERRA, 10/12/1957. Erechim.
- ¹⁰⁰ A VOZ DA SERRA, 11/11/1956. Erechim.
- ¹⁰¹ A VOZ DA SERRA, 20/11/1957. Erechim.
- ¹⁰² A VOZ DA SERRA, 1º/12/1957. Erechim.
- ¹⁰³ A VOZ DA SERRA, 1º/12/1957. Erechim.
- ¹⁰⁴ JORNAL DO DIA, 23/10/1957. Porto Alegre.
- ¹⁰⁵ JORNAL DO DIA, 23/10/1957. Porto Alegre.
- ¹⁰⁶ A VOZ DA SERRA, 20/10/1957. Erechim.
- ¹⁰⁷ A VOZ DA SERRA, 04/05/1958. Erechim.
- ¹⁰⁸ A VOZ DA SERRA, 04/05/1958. Erechim.
- ¹⁰⁹ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 30/04/1958. Erechim.
- ¹¹⁰ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 30/04/1958. Erechim.
- ¹¹¹ A VOZ DA SERRA, 13/05/1958. Erechim.
- ¹¹² A VOZ DA SERRA, 13/05/1958. Erechim.

CAPÍTULO III

A ÚLTIMA VITÓRIA PETEBISTA EM ERECHIM

Neste capítulo, cujo título traz referência à última vitória petebista conquistada em pleitos municipais, analisamos os resultados da eleição de 1958 para o governo do estado bem como o desempenho dos candidatos erechinenses na disputa pelas vagas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. No âmbito municipal, analisamos o pleito de 1959 que resultou na terceira (e última) administração do PTB, além do crescimento da representatividade trabalhista no Legislativo erechinense.

Na segunda metade da década de 1950, em Erechim, o processo emancipatório de seus distritos se tornou frequente. Assim, também podemos observar o desaparecimento, do foco de nosso trabalho, dos políticos que atualizaram seus domicílios eleitorais por conta das emancipações. De acordo com Moraes e Cunha (2018): Gaurama foi criada em 15 de dezembro de 1954 e, em 1959, também deu origem a Viadutos; Aratiba, em 4 de outubro de 1955; Campinas do Sul, em

31 de janeiro de 1959; Erval Grande em 16 de fevereiro de 1959; São Valentim em 17 de fevereiro de 1959; Severiano de Almeida em 26 de dezembro de 1963; Barão de Cotegipe em 1 de junho de 1964; Itatiba do Sul em 19 de dezembro de 1964; Jacutinga, com território originado de Campinas do Sul e Erechim, em 1 de junho de 1964; Mariano Moro, em 9 de julho de 1965.

3.1. Eleição estadual de 1958: fragmentação do Diretório municipal do PRP

Para Cánepa (2005, p. 221), “diferentemente do que ocorre em 1950, em que havia a candidatura de Vargas para a Presidência da República, ou em 1954, em plena crise política, que culmina com o suicídio do próprio Vargas”, as eleições estaduais de 1958 — por conta da maior distância destas para as eleições presidenciais, que ocorreriam somente no ano de 1960, e pelo momento de “relativa estabilidade política em âmbito nacional” — foram mais “estadualizadas”.

No período JK e Jango, 1956 a 1961, de acordo com Skidmore (1975, p. 204):

o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%).

Conforme Cortés (2007, p. 246), se a política implementada por Kubitschek e Goulart, os “cinquenta anos de progresso em cinco”,

foi positivo para o triângulo centro-sul, “para o Rio Grande do Sul, significou um declínio econômico acelerado”. Ainda de acordo com o autor:

Tradicionalmente, o Rio Grande do Sul havia sido um dos estados brasileiros economicamente mais fortes. Sua agricultura diversificada e sua próspera indústria artesanal contrastavam com as economias estagnadas e com a indigência característica das regiões norte e nordeste. Contudo, o Rio Grande do Sul encontrava-se numa posição econômica cada vez mais desvantajosa em relação ao rápido desenvolvimento da região centro-sul (CORTÉS, 2007, p. 246).

Segundo Benvegnú (2006, p. 79-80), o governador gaúcho Ildo Meneghetti, eleito em 1954, embora pertencente à mesma sigla que JK, devido à posição de seu partido em âmbito estadual em favor da candidatura de Juarez Távora, “enfrentou desde o início de seu governo uma crise econômica que teria como consequência o empobrecimento” do Estado que ficou fora dos investimentos federais.

No pleito de 1958, de acordo com D’Araujo (1996, p. 118):

estavam em jogo 11 governos de estado, um terço do Senado e as 362 cadeiras da Câmara Federal e, pela primeira vez, o PTB empenhou-se na vitória de seus candidatos aos governos estaduais. As articulações eleitorais começaram a ganhar fôlego nas eleições para a prefeitura de São Paulo, em março de 1957. Nessas eleições, a direção nacional referendou o apoio a Ademar de Barros em troca do apoio do PSP, no ano seguinte, às candidaturas petebistas aos governos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná, e à candidatura de Lutero Vargas ao Senado pelo Distrito Federal. A aliança PSP-PTB, ainda que informal, dava prosseguimento à chamada Frente Populista.

Ainda conforme a autora, “no Rio Grande do Sul, Brizola opôs-se à candidatura de Loureiro da Silva¹, apoiada por Fernando Ferrari, e buscou até mesmo o apoio dos integralistas para sua eleição ao governo do estado” (D’ARAUJO, 1996, p. 118).

Segundo Cortés (2007, p. 251), Brizola, então prefeito de Porto Alegre, ao contrário do governador Meneghetti, era o beneficiário dos investimentos federais no Rio Grande do Sul. Com isso, aproveitou-se da situação e tornou sua candidatura definitiva. Mesmo assim, José Loureiro da Silva, que “havia sofrido vinte anos de frustração em sua ânsia de ser governador”, apresentou-se para a convenção estadual do partido.

Loureiro da Silva, de acordo com Alves (2020, p. 255), em meados de 1957, devido ao grau de parentesco entre Brizola e Goulart^{II}, não acreditava na candidatura do primeiro sem a renúncia do segundo. Ainda o autor:

dias antes da Convenção Regional Loureiro da Silva já se mostrava pessimista quanto à sua escolha como candidato ao governo estadual pelo PTB, admitindo levar o que classificou como “uma grande surra”. Tal ceticismo explica-se, em grande medida, como é possível verificar em cartas a Fernando Ferrari e outros cor-religionários, pela “negligência” de Rui Ramos no que

¹ De acordo com Alves (2020, p. 246), “bacharel em direito, Loureiro da Silva foi um político oriundo do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que, ainda na década de 1930, exerceu um papel de destaque na política gaúcha. Inicialmente, atuou como prefeito de Gravataí/RS (1931-1933). Posteriormente, já no Partido Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL), exerceu o cargo de deputado estadual (1935-1937), e, nos últimos anos da administração de Flores da Cunha, liderou a Dissidência Liberal Pró-Vargas. Durante o Estado Novo, foi nomeado prefeito de Porto Alegre (1937-1943). Na capital gaúcha, sua administração ficou marcada, entre outras coisas, pela construção de um avançado sistema de artérias e avenidas. Ainda durante o Estado Novo, foi também nomeado diretor de crédito industrial e agrícola do Banco do Brasil (1944-1945), posto que, posteriormente, durante o governo democrático de Vargas, voltou a ocupar (1951-1954)”.

^{II} Leonel Brizola, desde 1950, era casado com a irmã de João Goulart, Neusa Goulart.

tange à estruturação dos diretórios municipais durante sua gestão enquanto 1º vice-presidente do Diretório Regional, e pela posterior atuação de Caruso Scuderi nesse sentido, que em um curto período de tempo organizou cerca de 80 diretórios em todo o Estado. Dessa forma, apesar de contar com uma imensa maioria da opinião partidária e pública, Loureiro acreditava que a máquina montada favoreceria Brizola (ALVES, 2020, p. 256).

De acordo com Asturian e Cassol (2022, p. 255), “em 1958, nas eleições para o cargo majoritário estadual, João Caruso Scuderi atuou junto aos diretórios municipais para o estabelecimento da aliança PTB/PRP/PSP, que resultou na vitória de Leonel Brizola”.

No que tange aos candidatos locais para a disputa das vagas na Assembleia gaúcha e na Câmara Federal, o *A Voz da Serra*¹, informava que o diretório petebista de Aratiba dava apoio a Paulo Emilio Nunes Garcia como candidato à Câmara Federal. Da mesma forma, o diretório municipal do PSD de Marcelino Ramos apoiava, para o Congresso, Américo Godoy Ilha.

Rodrigo Magalhães dos Santos, que havia deixado o PTB por rugas com a diretoria local, sobretudo com João Caruso, encontrou respaldo no PRP, apesar de não receber o total apoio dos perrepistas locais nos pleitos de 1954 e 1955. Em outubro de 1957, era o presidente do diretório municipal e coordenador da região^{III}. Em refe-

^{III} A VOZ DA SERRA, 31/10/1957. Erechim. Nesta edição, questionando os representantes perrepistas, Rodrigo Magalhães dos Santos, Joaquim Reichamn Filho e Waldemar Santin, sobre a possibilidade de acordo entre PRP e PTB, o periódico especula uma possível candidatura de Magalhães dos Santos, para a Câmara Federal, e a possibilidade de convergir os votos perrepistas. Sobre Magalhães dos Santos, a matéria apresenta: “foi na deputação estadual um representante equilibrado e operoso do P.T.B., em cujo desagrado pereceu quando da sua discordância ao projeto da lei 534 (divisão territorial do Estado) que julgou inconstitucional e combateu irredutivelmente, contra a sua bancada, assegurando que o Supremo Tribunal Federal abraçaria o seu ponto de vista, como de fato aconteceu”.

rência à sucessão estadual, para o diretório municipal perrepista, pelo menos até o fim de 1957, a questão deveria ser deixada em aberto: nenhum candidato receberia apoio oficial caso o partido não indicasse um candidato próprio.²

A delegação petebista local, que participaria da Convenção Estadual do partido, ocorrida em 24 de outubro de 1957 e que definiu a candidatura de Leonel Brizola frente a Loureiro da Silva, estava formada por Paulo Emilio Nunes Garcia, João Caruso, Carlos Irineu Pieta e José Mandelli Filho.^{IV}

Em entrevista³, o escolhido como representante erechinense a uma vaga na Câmara Federal pelo PTB, Paulo Emilio Nunes Garcia^V, alfinetava os críticos. Sem explicitar nomes, (embora possamos inferir que as palavras se direcionassem a Rodrigo Magalhães dos Santos) falando do PTB, Garcia afirmou:

Jamais sofremos dissidências e nem as tememos, aqueles que, por um ou outro motivo, tentaram minar o organismo partidário terminaram como vimos hoje sóditos, [...] e sem votos, o que bem revela que não possuíam o mínimo prestígio eleitoral.⁴

Ainda na entrevista⁵, Garcia informava que a delegação petebista ia confiante, para Porto Alegre, e que Brizola seria o candidato a sucessão de Meneghetti. Em Erechim, a escolha por Brizola teve 48 votos, frente a apenas um para Loureiro da Silva. Também falou que, em âmbito municipal, o PTB e o PRP “sempre tiveram as mais cor-

^{IV} Segundo entrevista publicada no *A Voz da Serra*, do dia 22/10/1957. Em matéria na edição seguinte, do dia 24/10/1957, informava que a delegação estava composta por: Carlos Irineu Pieta, José Mandelli Filho, Gladstone Osório Mársico e Paulo Emilio Nunes Garcia.

^V Inferimos que a escolha por Paulo Emilio Nunes Garcia ao invés de Henrique Pagnoncelli, possa ter ocorrido devido o fato que, segundo Loch (2018), em matéria publicada no site do *Jornal Boa Vista*, Pagnoncelli “alinhou-se a Fernando Ferrari na disputa por este travada no interior do PTB com Leonel Brizola”.

diais relações, bastando citar [...] [que] o meu Partido elevou à direção da Câmara um perrepista^{VI}”.

O PL indicou Eduardo Pinto a uma vaga na Assembleia Legislativa. De acordo com o *A Voz da Serra*, “o Diretório Municipal do Partido Libertador, homologou, por unanimidade a candidatura do dr. Eduardo Pinto, promotor do Fórum local”. Da mesma forma, “deliberou ainda a convenção Estadual, dar todo o apoio ao candidato que a Frente Democrática escolher para a sucessão governamental”⁶.

A movimentação partidária do PSD local, no dia 24 de novembro de 1957, deu aval à candidatura de Walter Peracchi Barcellos, na sucessão de Meneghetti. Para os demais cargos eletivos seriam recomendados na “Convenção Municipal, a eleição dos Srs. Adroaldo Mesquita da Costa e Américo Godoy Ilha, respectivamente para o Senado e Câmara, e os Srs. Antonio Pereira de Souza e Aldo Arioli, para a Assembleia Legislativa”⁷.

Com a convenção partidária regional do PSD⁸, o partido indicou três candidatos erechinenses. Para Deputado Federal, coube concorrer à reeleição Américo Godoy Ilha. Já para a Assembleia Legislativa, foram indicados dois nomes locais: Aldo Ângelo Arioli e Antonio Pereira de Souza. Porém, nos municípios recém-emancipados, Gaurama e Aratiba, também houve indicações: respectivamente, o prefeito Antonio Burin e Conrado Pecoits Junior. Ambos já haviam exercido o mandato de vereadores em Erechim.

O *A Voz da Serra* destinou diversas matérias sobre a candidatura do prefeito de Gaurama, Antonio Burin, do PSD. Na edição do dia 4 de fevereiro de 1958⁹, sob o título “Antonio Burin conquista simpatia”, o periódico expunha que o pessedista possuía ótima recepção na região. Segundo o jornal, “em Getúlio Vargas, Passo Fundo, Marce-

^{VI} João Busatta, do PRP, em 1956, na primeira escolha da mesa diretiva após o pleito de 1955, foi eleito, com votos da bancada petebista, presidente da Câmara de Vereadores de Erechim.

lino Ramos, Aratiba e Erechim Antonio Burin é considerado como forte candidato ao próximo pleito de outubro”.

Em Erechim, o acordo entre trabalhistas e perrepistas teria sido “recebido friamente pelo PRP”. No texto¹⁰, o presidente do diretório municipal perrepista, Rodrigo Magalhães dos Santos, “nada tinha a declarar, senão apenas que, como soldado do partido, aguardaria ordens, não havendo motivo para que suas boas relações pessoais e de seus bravos companheiros com a Frente Democrática, fossem mudar de rumo por causa do acordo com o P.T.B.”. As declarações de Magalhães dos Santos davam indício de que, pelo menos para uma parte do diretório perrepista, as relações com a oposição, Frente Democrática, no Legislativo municipal estavam mais próximas que com o PTB.

As negociações entre PTB e PRP, de acordo com Cánepa (2005, p. 223-224), “foram relativamente rápidas e, em 11 de janeiro, a convenção do PRP decide-se pela aliança com o PTB, indicando o economista Guido Mondin para concorrer ao Senado”. Já a respeito da aliança com o PSP, ainda segundo a autora:

Em abril de 1958, entretanto, consolida-se a aproximação com o PSP, através de um acordo na Assembleia Legislativa, constituindo uma nova maioria. O apoio do PSP à aliança PTB-PRP dá origem a uma cisão no PSP, com algumas lideranças criticando a decisão e apoiando Peracchi para o Piratini. Fica, entretanto, consolidada a aliança PTB-PRP-PSP (CÁNEPA, 2005, p. 224).

O vereador do PSD, Avelino Laurentino Grando, sondado para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PSP, teria dito que poderia ser benéfico para o município um representante de cada espectro político. Sobre João Caruso, Grando afirmou: “sente-se dono absoluto, líder absoluto da situação, porque não encontra

outros colegas ou adversários que possam apoiar ou combater os seus atos e fatos administrativos... [...] Não encontra a menor oposição, a menor resistência”¹¹.

No PRP, até 23 de maio de 1958, não havia uma definição quanto às candidaturas. Inicialmente, eram cotados para concorrerem ao cargo de deputado estadual três representantes do diretório municipal: Rodrigo Magalhães dos Santos, João Busatta e Benvenuto Santin.¹² De acordo com publicação do *A Voz da Serra*¹³, o diretório local recebeu orientações diferentes às de antes ajustadas: o possível indicado seria somente um, Osmar Pedrollo. Ainda segundo o texto, “os vereadores Busatta e Reichmann por sua vez não podem ver com bons olhos a solução, dado que o sr. Hoffmann levou de volta a Porto Alegre uma opinião: ou se mantém os três candidatos escolhidos, ou se escolhe um dentre os três, o que não aconteceu”.

Rodrigo Magalhães dos Santos, da mesma forma que o ocorrido com seus colegas petebistas, também entrou em choque com os correligionários perrepistas. O vereador João Busatta “reuniu membros do Diretório Municipal e solicitou a intervenção Estadual”¹⁴. Magalhães dos Santos, que neste momento era o presidente do partido em Erechim, “não admitia que um vereador lhe usurpasse seus poderes, convocando o Diretório para fins específicos como se fosse presidente, numa ostensiva demonstração”¹⁵. Ainda, nas palavras de Magalhães dos Santos, João Busatta parecia “o presidente ou chefe do Partido”. E prosseguia: “eu não sou mais nada. Não ando resmungando por causa de candidatura”.

Uma semana depois do choque, conforme publicado no *A Voz da Serra*¹⁶, o então presidente do partido, Rodrigo Magalhães dos Santos, nomeou Busatta e outros membros do diretório para a comissão de propaganda eleitoral do PTB-PRP.

Contudo, de acordo com Busatta, “o Diretório Municipal estava funcionando ilegalmente”¹⁷. Dessa forma, Mário Maestri, vice-presidente do PRP regional, nomeou Martin Ferri como delegado responsável pela reestruturação do mesmo. A nova diretoria eleita foi composta por: Rodrigo Magalhães dos Santos, Antonio da Silva Medeiros e José Osvaldo Pedrollo como presidentes de honra; Martin Ferri, presidente; Egon Kops, vice-presidente; Getúlio Paulo Pedrollo, secretário; como vogais, ficaram Honório da Silva Medeiros, Demétrio Rose, João Busatta, Claudio Medeiros, Armando Spaal, Alvaro Tozzo, Pedro M. Weinmann, Francisco A. M. Schmidt, Paulo Silva, Adolfo Klein, Joaquim Reichmann Filho, Avelino Colet, Dante Rubbo, Vitorio Zilis e Rodrigo Magalhães dos Santos.¹⁸

O candidato Rodrigo Magalhães dos Santos, insatisfeito com o fato de o partido ter indicado dois nomes, em Erechim, para o mesmo cargo (o seu e de Busatta), desistiu de prosseguir com a sua campanha. Em matéria do *A Voz da Serra*, disse: “ficarei mais satisfeito com os poucos votos que, como homenagem dos amigos, aparecerem nas urnas do que ir até o fim para ser derrotado pelas razões que já conhecemos”¹⁹.

Ainda, Magalhães dos Santos declarou:

Se o Partido, ao invés disso, começa a lançar “iversos [sic] líderes, terminará por ver todos na planície”. E é o que se fez, o Partido e seus candidatos na planície duma derrota, porque nenhum será eleito. Então aí está a razão por que desde logo me propus a trabalhar e gastar pela legenda, confiando na compreensão dos meus companheiros de diretório municipal, que afinal se reuniram para pedir a intervenção neste Diretório, afastando-me da presidência, com o que concordei democraticamente, como concordei a candidatura queimada, gastando e trabalhando com entusiasmo, enquanto pude.²⁰

A desistência da candidatura por parte de Rodrigo Magalhães dos Santos, apesar de efetiva, ocorreu bem próxima ao pleito. O diretório do PRP realizou uma reunião para debater, entre outras coisas, a questão da retirada da sua candidatura. Porém, com a ausência de Magalhães dos Santos, a situação ficou sem resolução. Ele teria dito, na cidade de Santo Ângelo, que “somente daria satisfação de seus atos, ao Diretório Regional, se este, se dirigir à ele nas formas dos Estatutos da agremiação partidária”.²¹

Durante a pré-campanha estadual, tanto o candidato da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcellos, como o candidato trabalhista, Leonel Brizola, estiveram em Erechim. O prefeito Carlos Irineu Pieta, do PTB, recebeu e declarou ambos como hóspedes oficiais. A atitude de Pieta não passou despercebida e foi elogiada por membros da Frente Democrática local e também por membros da caravana de Peracchi de Barcellos.

No dia 21 de setembro de 1958, era noticiada²² a chegada da caravana trabalhista no município de Erechim. Em campanha, Brizola foi acompanhado pelo seu candidato ao senado, Guido Fernando Mondin, do PRP, e pelo vice-presidente da República, João Goulart. Dois dias depois, em 23 de setembro²³, numa rápida passagem, estiveram no município os candidatos da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcellos e Carlos de Brito Velho.

Junto com sua caravana, o candidato da Frente Democrática passou por Erechim no dia 8 de junho de 1958.²⁴ Já o candidato petebista esteve na cidade no dia 5 de julho de 1958, quando inaugurou a nova sede do PTB local. Na presença de pessepistas e perrepistas regionais, ao lado de João Caruso, Brizola enalteceu a luta do parlamentar erechinense.²⁵

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Erechim	Total de Votos
João Caruso Scuderi	Advogado	PTB	7216	13560
Antonio Pereira de Souza	Agrimensor	PSD	2166	3626
Aldo Angelo Arioli	Comerciante	PSD	1832	2601
Eduardo Pinto	Promotor de Justiça	PL	1747	2143
João Busatta	Comerciante	PRP	781	1286
Agenor de Almeida Bueno	Funcionário da exatoria estadual	UDN	239	697
Osório Timotheo Jacques		PDC	240	331
Rodrigo Magalhães dos Santos	Advogado	PRP	1	9

QUADRO 35. Candidatos erechinenses à Assembleia Legislativa (1958). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS, NUPERGS e Brasil (1961).

O PTB, em âmbito nacional, conquistou cinco dos onze governos estaduais em jogo. Na Assembleia Legislativa, novamente com o resultado positivo para o PTB gaúcho, coube ao partido ocupar 24 assentos. O PSD conquistou 13 lugares; o PL, 7 lugares; a UDN conseguiu 3 vagas, mesmo número conquistado pelo PRP; o PSP e o PDC garantiram, ambos, 2 lugares; e o PR, apenas um assento.

A disputa pelos votos locais dos pessedistas levou a uma fragmentação do eleitorado, o que culminou no fato de nenhum representante erechinense ter sido eleito pela sigla. O candidato mais votado foi Antônio Burin, representando Gaurama, com 4.147 votos. Dessa forma, ficou na 29ª colocação e conquistou a 16ª suplência. O erechinense Antônio Pereira de Souza, com 3.626 votos, conquistou a 23ª suplência do PSD. O representante de Aratiba, Conrado Pecoits Júnior, ob-

teve a 35ª suplência. Seguindo o aratibense, o representante de Erechim, Aldo Angelo Arioli conquistou a 37ª suplência dentro da sigla.

O promotor de justiça Eduardo Pinto, pelo Partido Libertador, conquistou a 27ª colocação dentro de sua sigla partidária, ficando na 20ª suplência. Da mesma forma, os candidatos perrepistas João Busatta^{VII} e Rodrigo Magalhães dos Santos não conquistaram espaço no Legislativo estadual. Respectivamente, ficaram na 16ª e 31ª suplência do PRP. Pela UDN, Agenor de Almeida Bueno^{VIII}, funcionário da exatoria estadual de Erechim²⁶, conquistou 697 votos e a 26ª suplência udenista. Já Osório Timotheo Jacques, candidato do PDC, conquistou 331 votos, ficando na 12ª suplência de seu partido.

Pelo PTB, João Caruso, com 13.560 votos, quinto deputado estadual mais votado, foi eleito para o seu terceiro mandato consecutivo, o único representante erechinense eleito naquele ano. Se considerássemos somente os votos recebidos em Erechim, ainda assim, entre os petebistas eleitos, teria obtido mais votos que o 24º colocado, Justino da Costa Quintana, que conquistou 7.182 votos. Em comparação com seus adversários locais, apenas considerando os nomes dos candidatos apresentados no Quadro 35, a votação total obtida por Caruso foi de 2.867 votos a mais que a soma de todos seus concorrentes.

Conforme Asturian e Cassol (2022, p. 256), “analisando os dados eleitorais de 1958 pode-se afirmar que Caruso havia se consoli-

^{VII} Consideramos para João Busatta, vereador erechinense pelo PRP, os votos atribuídos ao nome de “João Busatto” presente em TRE-RS, NUPERGS e Brasil (1961). De acordo com NUPERGS, “João Busatto”, foi o candidato mais votado pela sigla perrepista em Erechim, obtendo 781 votos.

^{VIII} Na edição do *A Voz da Serra* do dia 28/02/1958, consta o nome de Agenor Bueno da Silva como candidato erechinense pela UDN. Também no *A Voz da Serra*, em edição pós-pleito, do dia 18/11/1958, consta somente como Agenor Bueno o candidato erechinense que concorreu pela UDN. Em Brasil (1961, p. 239), consta, na lista do resultado do pleito, o candidato, pela UDN, Agenor de Almeida Bueno que obteve 697 votos. Nos votos nominais, acessado no banco de dados eleitorais do NUPERGS, Agenor de Almeida, concorrendo pela UDN, conquistou 697 votos, dos quais 239 foram recebidos em Erechim e 394 em Gaurama.

dado como a principal liderança política em Erechim — onde foi o deputado com maior votação — e região”. Ainda segundo os autores, João Caruso, “no governo Brizola ocupou várias secretarias: do Interior e Justiça entre 1959 e 1960, de Obras Públicas entre 1960 e 1961 e da Agricultura, Indústria e Comércio em 1962” (ASTURIAN; CASSOL, 2022, p. 257).

Após o pleito, o *A Voz da Serra*²⁷ publicou que Rodrigo Magalhães dos Santos, ao ser intimado “a apresentar defesa para ser julgado o motivo da retirada de sua candidatura a deputação estadual” pelo presidente do diretório municipal, declarou “que não tinha satisfações a dar em virtude do simulacro de processo que estavam fazendo à moda nazista”. Assim, de acordo com o periódico, Magalhães dos Santos teria solicitado o seu desligamento do partido.

Candidatos	Profissão	Partido	Votos Erechim	Total de Votos
Américo Godoy Ilha	Advogado	PSD	5415	15413
Paulo Emilio Nunes Garcia	Advogado	PTB	7721	10441

QUADRO 36. Candidatos erechinenses à Câmara dos Deputados (1958). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS, NUPERGS e Brasil (1961).

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim
Leonel Brizola	PTB-PRP-PSP	55,18	56,59
Walter Peracchi Barcellos	PSD-PL-UDN(PSB)	41,20	39,73
Nulos		1,63	1,43
Branco		1,91	2,26

QUADRO 37. Eleição para governador (1958). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cânepa (2005) e NUPERGS.

Candidatos	Partido	% Estado	% Erechim
Guido Fernando Mondin	PRP-PTB-PSP	50,08	53,71
Carlos de Brito Velho	PL-PSD-UDN(PSB)	40,71	38,13
Gabriel Pedro Moacyr	PR	1,74	1,22
Nulos		2,69	2,42
Branços		3,99	4,52

QUADRO 38. Eleição para senador (1958). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Partido	% Estado	% Erechim	Votos locais
Partido Trabalhista Brasileiro	49,66	45,7	8839
Partido Social Democrático	23,74	30,65	5929
Partido Libertador	9,95	2,88	557
Partido de Representação Popular	5,26	4,81	931
União Democrática Nacional	4,04	6,26	1211
Partido Democrata Cristão	1,71	1,54	298
Partido Social Progressista	0,13	0,03	5
Nulos	0,99	0,74	144
Branços	4,51	7,38	1428
Total			19342

QUADRO 39. Resultado por legenda para a Câmara Federal (1958). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Partido	% Estado	% Erechim	Votos locais
Partido Trabalhista Brasileiro	39,60	43,01	8308
Partido Social Democrático	22,46	28,98	5598
Partido Libertador	11,97	9,41	1817
Partido de Representação Popular	5,92	5,3	1023
União Democrática Nacional	5,57	2,85	551
Partido Social Progressista	4,56	4,47	863
Partido Democrata Cristão	3,22	1,68	325
Partido Republicano	1,86	0,28	55
Nulos	1,5	1,68	325
Branços	3,34	2,34	452
Total			19317

QUADRO 40. Resultado por legenda para a Assembleia Legislativa (1958). Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cánepa (2005) e NUPERGS.

Para a Câmara Federal, os assentos gaúchos ficaram distribuídos conforme segue: 14 lugares para o PTB, 7 para o PSD, 2 para o PL e uma vaga para o PRP.

Assim como no pleito de 1954, Erechim via sua representatividade ser diminuída também no Legislativo Federal. Os 15.413 votos recebidos pelo pessedista Américo Godoy Ilha o deixaram na 2ª suplência. O candidato foi o 9º mais votado no PSD. Já o petebista Paulo Emilio Nunes Garcia, apesar de seu partido ter conseguido 14 assentos, conquistou a 7ª suplência, sendo o 21º mais votado pelo PTB.

Apesar disso, Godoy Ilha, com a aposentadoria do Ministro Caetano Estellita Cavalcanti de Albuquerque Pessoa, foi indicado, pelo presidente Juscelino Kubistchek, para a vaga de Ministro do Tribunal de Recursos²⁸, posto que ocuparia de 29 de janeiro de 1959 até 16 de setembro de 1973.²⁹

3.2. Eleição municipal de 1959:

o choque das candidaturas majoritárias petebistas

No *A Voz da Serra*³⁰, em meio à escolha de Leonel Brizola como candidato à sucessão de Meneghetti para o pleito estadual de 1958, o periódico, dois anos antes do pleito municipal de 1959, já especulava: “se os trabalhistas de Erechim cerraram fileiras em torno de Brizola, não encontram substituto de Carlos Irineu Pieta, às próximas eleições. Entretanto, há pronunciamento em favor de uma candidata”. Apesar de não mencionar possíveis nomes, uma candidatura feminina, segundo a matéria, era cogitada pelo PTB.

As notícias sobre as movimentações políticas para o pleito municipal que ocorreria no dia 8 de novembro de 1959, logo após o pleito de 3 de outubro de 1958, começaram a circular com mais frequência. A primeira especulação sobre o candidato pela chapa PTB-PSP-PRP citava o nome de Francisco Rosa Osório.³¹ Na campanha estadual, em âmbito local, Osório, havia sido o coordenador da Frente Populista. Porém, em maio de 1959, o nome de José Mandelli Filho, como candidato pelo PTB para concorrer à sucessão do prefeito Carlos Irineu Pieta, foi anunciado, em sessão da Câmara de Vereadores, pelo vereador petebista Aristides Zambonato.³²

Para o líder perrepista, João Busatta, a escolha unilateral do PTB, uma vez que PTB e PRP estiveram coligados para eleger Brizola, não foi democrática — embora Mandelli Filho fosse, segundo

próprio Busatta, o candidato escolhido pelos perrepistas. O PRP, bem como o PSP, de acordo com Busatta, não haviam sido consultados antes da divulgação em torno do nome do petebista.³³

Na mesma sessão³⁴, José Mandelli Filho, presidente do Legislativo, ocupando a tribuna, descreveu a forma como ocorreu a reunião partidária em que foi escolhido para concorrer ao pleito municipal. Segundo Mandelli Filho, não estava previsto, na ordem do dia da reunião, a escolha do candidato, mas que:

para congregar as FORÇAS POPULISTAS, não haverá obstáculos. Aceitei a decisão dos SENHORES CONVENCIONAIS, mas, sendo necessária a minha renúncia para manter unidas e coesas em torno do atual GOVERNO do ESTADO as FORÇAS POPULISTAS, eu renunciarei. Meu nome jamais constituirá obstáculos à coordenação das FORÇAS POPULISTAS de ERECHIM.³⁵

João Busatta, em entrevista ao *A Voz da Serra*³⁶, foi questionado sobre a situação. Na matéria, as respostas de Busatta foram ponderadas. Não havia, como houve na cópia da ata da sessão legislativa, a presença de texto enfatizando suas falas. O periódico perguntou se o perrepista — que respondeu em negativa — via possibilidade de Waldemiro Claudino Galli, do PTB, concorrer ao cargo de prefeito por outra sigla.

Na sessão seguinte³⁷, o vereador do Jasson Evaristo de Castro, do PL, citando um projeto de sua autoria, menciona: “então, nobre colega, só em 1961, o meu PROJETO DE LEI, transformado em LEI, será atendido e o será pelo nobre colega JOSÉ MANDELLI FILHO, que estará, então, na CURUL PREFEITURAL”. O pronunciamento de Castro indica que o petebista Mandelli Filho, sendo o candidato, era o favorito. Na sequência do diálogo, o vereador Flori Lamaison

Rosa, do PSD, questiona se Castro apoiaria o candidato do PTB. Em resposta, Castro diz: “não, Excia, mas saiba o nobre colega que POVO é POVO”³⁸. Dessa forma, analisando o perfil do candidato petebista, podemos observar que a oposição o considerava popular e forte candidato.

O PSD erechinense, com dificuldade de encaminhar uma candidatura para o pleito municipal, em 1957, teria sondado Antonio Burin, prefeito de Gaurama, para que se candidatasse à sucessão de Carlos Irineu Pieta. A conversa havia surgido em meio à visita do Secretário de Educação e Cultura, Ariosto Jaeger.³⁹

Ainda no final de 1957, a imprensa⁴⁰ abordou o boato da possibilidade de Rodrigo Magalhães dos Santos, ainda integrando as fileiras perrepostas, concorrer à sucessão municipal pela Frente Democrática. O partido de Magalhães dos Santos, na data da publicação da matéria, ainda não havia se definido em favor do apoio à candidatura de Leonel Brizola.

Em maio de 1959, era “lançada popular e apartidariamente”⁴¹ o nome do vereador petebista, Waldemiro Claudino Galli. De acordo com o *A Voz da Serra*:

Em grandes letras, os anônimos lançadores do primeiro candidato que assim surge à sucessão municipal, estamparam slogans diversos de lançamento da candidatura Galli, predominando aqueles que salientam, aliás com muita propriedade que o povo vai eleger um filho de Erechim para a chefia da sua administração.⁴²

Os partidos PSD, PL, UDN, PRP, PSP e PDC, sob a organização do pessedista Aldo Ângelo Arioli, realizaram uma reunião para tratar do panorama político municipal. Com exceção do PTB, todos os partidos existentes em Erechim foram convidados. No *A Voz da*

*Serra*⁴³, o texto de apoio do título informava: “Galli, o primeiro nome lembrado, com o ‘slogan’ ‘Queremos um filho de Erechim’”. Entretanto, o assunto não foi abordado no texto da matéria. A manutenção da aliança da Frente Democrática era desejada pelo PL e pela UDN, já o PRP e PSP estavam sem definição clara.⁴⁴

As especulações políticas, sobretudo em volta do PRP, tendo em vista o acerto entre os partidos em âmbito estadual, ora pendia para a composição de chapa com José Mandelli Filho, ora, considerando as alianças já realizadas e os debates coletivos no Legislativo local, para uma aliança com a Frente Democrática.

Para o cargo de vice-prefeito, pelo PTB, o possível nome a concorrer, completando a chapa de José Mandelli Filho, era o do vereador Gladstone Osório Mársico.⁴⁵ Em reunião realizada no dia 25 de junho de 1959, o PRP também lançou o seu candidato a vice-prefeito: o escolhido foi o vereador João Busatta. Contudo, para o cargo de prefeito, o partido continuava “com as portas abertas para quaisquer entendimentos que visem o interesse do povo e a grandeza de Erechim”⁴⁶.

Antes da convenção partidária petebista do dia 27 de julho de 1959⁴⁷, o *A Voz da Serra*⁴⁸ entrevistou Francisco Rosa Osório^{IX}, do PTB, questionando-o sobre a futura reunião. Nesse momento, estavam em disputa interna pela candidatura a vice-prefeito Gladstone Osório Mársico e Pedro Alexandre Zaffari. Perguntado se Caruso participaria da convenção, Francisco Rosa Osório, respondeu que, em função de ambos os candidatos serem seus amigos, Caruso teria dito que “não interferirá nessa disputa”⁴⁹. Da mesma forma, Osório foi questionado da possibilidade de acordo com o PRP. “Creio que

^{IX} De acordo com Rodrigues (2021), Francisco Rosa Osório era tio de Gladstone Osório Mársico e, juntamente com Paulo Emílio Nunes Garcia, haviam fundado “um jornal de cunho trabalhista intitulado, *Jornal 24 de agosto*”.

não”, respondeu, “pois todos os companheiros consultados por minha pessoa, foram contrários”⁵⁰.

Contrário ao que Francisco Rosa Osório havia informado, a convenção do dia 27 de julho contou com a presença e a presidência de João Caruso. A homologação do candidato a prefeito, José Mandelli Filho, teve 56 votos a favor e 3 votos em branco. Outra votação ocorrida foi referente à proposta de o PTB indicar o candidato a prefeito e o PSD indicar o candidato a vice-prefeito, formando uma chapa PTB-PSD. Como resultado, 31 petebistas votaram contra, 27 a favor e 1 em branco. Contudo, uma segunda votação foi realizada, com o intuito de avaliar a possibilidade de acordo com os pessedistas. Apesar de não contarmos com os detalhes dos termos que levariam à alteração do placar, 32 petebistas foram favoráveis, 24 contrários e 2 votaram em branco. O acordo era exclusivo com o PSD e não com a Frente Democrática. A possibilidade de acordo com PRP também foi posta em votação. A proposta foi negada com 42 votos contra e 17 votos favoráveis. Já a votação para a candidatura de vice-prefeito foi a favor de Pedro Alexandre Zaffari. Ele obteve 35 votos de seus correligionários, contra 21 votos dados à candidatura de Gladstone Osório Mársico.⁵¹

A escolha pelo candidato Pedro Alexandre Zaffari para o cargo de vice-prefeito, soou como traição para Francisco Rosa Osório. Osório havia consultado e colhido a assinatura de 36 correligionários, dos quais 32 estiveram presentes na convenção, em favor de seu sobrinho, Gladstone Osório Mársico.

Na entrevista, Osório respondeu:

Em resumo o que aconteceu foi o seguinte: os maiores do partido acharam impossível que o “SEU CHICO OSÓRIO” tivesse a petulância de indicar um candidato popular que não fosse aquele saído do bolso de colete, ou seja da “PANELINHA”, como sempre aconteceu no nosso partido.⁵²

A acusação de Osório ao diretório petebista local, ao insinuar que o partido possuía donos, não foi algo isolado ao âmbito local: outros correligionários e oposicionistas já haviam feito a mesma crítica. Também podemos considerar que o sentimento de traição era justificado-assinado em favor de Mársico.⁵³

Entre os nomes dos candidatos petebistas, o partido lançou a primeira candidatura feminina. Anita Faitão Guella foi a “primeira senhora, a concorrer a Vereança em nosso Município”⁵⁴.

Em agosto de 1959, menos de três meses para o pleito municipal, a oposição ainda não havia escolhido o seu candidato a prefeito. A imprensa sondava e especulava nomes de candidatos, mas nada de concreto se confirmava. Pela imprensa^x, podemos aferir que José Mandelli Filho, candidato petebista, era tido como o favorito para o pleito.

A edição do dia 28 de agosto de 1959 do *A Voz da Serra* apresentava como candidato a prefeito, pela oposição, inicialmente formada pelos partidos PSD, PL e UDN, o candidato pessedista Alderico Massignan. O PRP participou da reunião que definiu o nome do concorrente de José Mandelli Filho. No entanto, sem consenso partidário, os perrepetistas enviariam a resposta, em apoio ou não à candidatura de Mandelli Filho, e ao cargo de vice-prefeito, conforme o periódico, eram: João Busatta, do PRP, Dário Feijó do Nascimento, da UDN, e Léo Augusto Neuls, do PL.

No início de setembro, parte do diretório municipal do PTB declinou da decisão que havia criou um comitê em favor da candida-

^x A VOZ DA SERRA, 20/08/1959. Erechim. “Ainda não surgiu o adversário para o sr. Mandelli Filho” “[...] Os movimentos dos partidos políticos locais, são exclusivamente no sentido, de ser lançado o VICE-PREFEITO, para Prefeito, nem cogitam. A realidade é uma só: antes de ser iniciada a votação, já está novamente derrotada a Oposição, com a confirmação, partida deles mesmos, da eleição do sr. José Mandelli Filho, a Prefeito Municipal”.

tura de Waldemiro Claudino Galli o qual, em publicação^{XI}, lançava a “Proclamação aos Trabalhistas de Erechim”, na qual informava que:

Havia em nosso partido um grupo muito grande de descontentes com os candidatos escolhidos aos cargos de prefeito e vice-prefeito e pela maneira como o foram escolhidos, o que tem acontecido em todos os pleitos, sem que dêem oportunidade e que valores novos concorram a ditos postos.⁵⁵

A candidatura de Galli não estava somente na especulação jornalística. Em entrevista ao periódico, Galli confirmou os rumores: “atendendo a diversos e insistentes pedidos de amigos e políticos, tanto do PTB como de outros partidos, concordei em concorrer ao próximo pleito para Prefeito Municipal”⁵⁶. Já o PRP, que havia participado da reunião com o PSD, PL e UDN, e ficado na pendência de resolver sobre a sucessão de Carlos Irineu Pieta, na mesma edição⁵⁷ do periódico, em nota oficial assinada por Martin Ferri, presidente do diretório local, informou que a decisão foi a de “lançar como seu candidato a Prefeito Municipal, quer pelos seus méritos pessoais, quer pelas suas qualidades de administrador, o nome ilustre de José Mandelli Filho, e concorrer com candidato próprio para o cargo de Vice-Prefeito”.

Inferimos que o apoio do PRP ao candidato petebista Mandelli Filho, com base na publicação do *A Voz da Serra*⁵⁸, possa ter ocorrido, ou pelo menos ter sido viabilizado, pela nomeação para “diversos cargos os chefes do PRP de Erechim, entre os quais o sr. Martin Ferri,

^{XI} A VOZ DA SERRA, 03/09/1959. Erechim. A publicação conta com a assinatura de 16 trabalhistas: Ricardo Dorigoni, Nelson Dorigoni, Guilherme Bacaltechuk, Ossires Cancian, Idilio Grippa, Olivio Zardo, Pedro Goulart, José Soares, Heitor Xavier, Aquilino Rodrigues, Julio Hudler, Winetton Trentim, Raul Schuman, Acedino Munaro, Vitalino José Pansera, Rodolfo F. Karg.

presidente do Diretório Municipal”. A nomeação teria sido realizada pelo governador Leonel Brizola.^{xii}

O candidato perrepista escolhido para concorrer ao cargo de vice-prefeito foi João Busatta. Entretanto, houve, novamente por parte da imprensa local, especulação sobre a sua candidatura. No *A Voz da Serra* do dia 15 de setembro de 1959, foi publicada uma matéria que trazia a informação de que Caruso, em Porto Alegre,

convidou o sr. Juracy Machado da Executiva Estadual do partido de Plínio Salgado, que aqui aportando, desfez o que havia sido feito e acertado pelo diretório Municipal, entre outras, retirando a candidatura já homologada do sr. João Busatta, para Vice Prefeito, apoiando, o nome do sr Pedro Zaffari, do PTB, para aquele cargo.⁵⁹

Busatta, em resposta aos rumores da retirada de sua candidatura, enviou mensagem ao periódico de Estevam Carraro, datada de 10 de setembro, informando que sua candidatura se mantinha. Ainda, o perrepista relatou:

Cumpre-me comunicar-lhe que ontem, na hora do Gras de Jornal Falado F-7, ouvi a divulgação de uma nota, naturalmente oficial que com certeza lhe foi fornecida por pessoa credenciada; de que o Partido de Representação Popular seção de Erechim, retirou a candidatura do Vice-Prefeito, para apoiar a candidatura do ilustre atual Vice-Prefeito snr. Pedro Alexandre Zaffari.⁶⁰

^{xii} Não encontramos mais informações e nem documentos que comprovem as nomeações mencionadas na matéria do *A Voz da Serra* do dia 13 de setembro de 1959.

No dia seguinte à publicação da mensagem de Busatta ao *A Voz da Serra*⁶¹, além de publicar que João Busatta havia se desligado do PRP^{XIII}, o periódico explorou a questão partidária entrevistando Rodrigo Magalhães dos Santos. Quando questionado sobre a especulação em torno de seu nome para concorrer ao cargo de vereador, Magalhães dos Santos respondeu:

“Não sou candidato”. E, continuando, afirmou: Desliguei-me do PTB por causa do deputado João Caruso e seus conhecidos métodos, apesar de ter eu pertencido ao queremismo, ao lado de Loureiro da Silva e outros organizadores do P.T.B. quando Getúlio Vargas estava no exílio. E apenas um companheiro me trouxe uma palavra de conforto, pedindo-me que reconsiderasse o meu ato. Era o sr. João Goulart. Não pude, porém, atende-lo, porque já tinha empenhado, logo após, a minha palavra em favor da candidatura do meu eminente e velho amigo Wolfram Metzler, cuja memória respeito pelas brilhantes qualidades de homem publico. Afinal, enquanto o P.R.P. não se ligou com o sr. Caruso, como todos sabem, eu era um líder neste município. Depois... perguntem ao vereador Busatta o que aconteceu...⁶²

O apoio do PRP ao candidato petebista para o cargo de vice-prefeito, Pedro Alexandre Zaffari, de acordo com entrevista de Martin Ferri, foi avalizado pelo diretório municipal, entre outras coisas, devido ao fato da candidatura paralela e não oficializada, para o car-

^{XIII} João Busatta enviou uma mensagem, à redação do *A Voz da Serra*, informando que havia solicitado o seu desligamento do PRP. A solicitação se deu devido ao fato que o seu partido, antes decidido por sua candidatura a vice-prefeito, conforme texto da redação do periódico, “resolveu arbitrariamente, apoiar também o nome do candidato a Vice-Prefeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, relegando a plano secundário, um elemento da estirpe do sr. João Busatta”. No decorrer da campanha eleitoral, outros nomes, ligados ao PRP, seguindo o movimento de Busatta, solicitariam desligamento do partido.

go de prefeito, de Waldemiro Claudino Galli. Segundo Ferri, “numa prova de lealdade, no momento em que aquele ilustre homem público recebia de seus próprios companheiros o mais rude golpe que se podia imaginar”.⁶³

O futuro da candidatura de Galli não estava solidificada e a presença de João Caruso em Erechim foi, novamente, decisiva. Mandelli Filho já havia se posicionado quanto à candidatura de seu correligionário^{XIV}. Sem reconhecer a candidatura de Galli, Caruso informou que a ala dissidente do partido, que apoiava a candidatura não oficial, teria oito dias para se desfazer. Caso contrário, se oficializassem a candidatura, seriam expulsos conforme mandava o regimento partidário.⁶⁴

No dia 20 setembro de 1959, João Caruso esteve em Erechim realizando uma “reunião secreta”.⁶⁵ O encontro teria ocorrido entre Caruso, Mandelli Filho, Galli e Francisco Rosa Osório. Apesar do periódico abordar no texto que a informação foi adquirida extraoficialmente, na edição seguinte⁶⁶, sem acesso a outros documentos, podemos inferir o teor do encontro dos líderes trabalhistas erechinenses: alegando motivos de saúde, Waldemiro Claudino Galli retirou sua candidatura⁶⁷. Conforme telegrama enviado por Caruso a Gladstone Osório Mársico, coube a este o desfecho de apaziguamento e finalização da campanha Galli. Foi a “decisiva interferência” de Mársico “que rematou numa das mais belas lições de compenetração política que o Rio Grande presenciou”⁶⁸.

Sem poder contar com o nome do petebista, a Frente Democrática⁶⁹ das disputas anteriores, nesse pleito denominada de Frente Po-

^{XIV} A VOZ DA SERRA, 09/09/1959. Erechim. Mandelli Filho, em entrevista ao periódico, foi perguntado “se existia alguma veracidade num comentário colhido por nossa reportagem, de que retiraria sua candidatura, caso o sr. Waldemiro Claudino Galli, não fosse expulso das fileiras” do PTB. Em resposta disse: “Interpretando os sentimentos de todos os trabalhistas, digo bem TRABALHISTAS e não pseudo trabalhistas, afirmei que, caso o meu partido não excluísse de suas fileiras quaisquer trabalhistas que não acatassem a Convenção partidária, retiraria minha candidatura e encerraria minha vida política [...]”.

pular⁷⁰, obrigou-se à definição de um candidato de suas fileiras. Para o cargo de prefeito, Domingos Menegatti, do PSD, se tornou oficialmente o concorrente de José Mandelli Filho. Aos partidos que fizeram parte da Frente Popular, PSD, PL e UDN, pertencentes à aliança dos pleitos anteriores, somaram-se os apoios do PSP^{xv} e de João Busatta⁷¹, que concorreu ao cargo de vereador pelo PSD. A candidatura a vice-prefeito ficou a cargo de Alderico Massignan. Massignan estava cotado, inicialmente, para o cargo de prefeito, porém abriu mão de sua candidatura em favor de Menegatti.⁷²

Para o Legislativo⁷³, o PTB apresentou 25 candidatos, sendo os seguintes: José Wawruk, Irany Jaime Farina, Pedro Paulo Mandelli (irmão de José Mandelli Filho), Célio Osório Coimbra, Oscar Abal, João Carlos Pezzi, Carlos Viana Petersen, Aristides Agostinho Zambonato, Gilson Tussi, Italo Rodrigues Ferreira, Dalcy Eleuterio dos Santos, Antonio Della Costa, Almiro Silvio Badalotti, Artêmio Stefano Zordan, Otavio Gaiki, Antonio Francklin da Silva, Reinaldo Kollet, Anita Faitão Guella, Leão Wesoloski, Hugo Atalibio Mendel, Darwin Fagundes de Souza, Otavio Tomassi Filho, Deoclides Pereira dos Santos, Geovani Theophanes Urtassum e Longines Brasil Malinowski.

O PSD indicou 16 nomes⁷⁴: Antonio Pereira de Souza, Flory Lamaison Rosa, Alexandre Matté, Wilson Watson Weber (ex-PSP), Antonio Guilherme Busetto, Alcides Guarnieri, João Busatta (ex-PRP), Venâncio Conte, José Aduir Fagion, Angelo Piazza, Paulo Rocha, Argemiro Darci Perachi, Alberto Pedrotti, Guilherme Antonio Busatta (ex-PRP), Olarico Angelo Girardello e Albino Gusella.

O PL apresentou 16 candidatos⁷⁵: Leo Augusto Henrique Neuls, Walter Schenatto, Pedro Luiz Rosa, Jairo Gama de Castro,

^{xv} A VOZ DA SERRA, 27/09/1959. Erechim. De acordo com o periódico, o PSP local deixou a questão aberta para os seus adeptos. Porém, a indicação da candidatura de Menegatti, contou com “a presença de grande número de Ademaristas”.

João Rodrigues Vieira, Odracir Rico, Arnaldo Valentin Gauer, Darci Feliciano dos Santos, José Antunes Ramos, Teodoro Smozinski, Azir José Piazzeta, Evandes Barbosa, Etelevino Lames, Dorvalino Dilda, Juarez Miguel Ilha Font e Osvaldo Eurico Lieger.

A UDN indicou somente 3 candidaturas: João Balciunas, Dário Feijó do Nascimento e Ayr Bindé Salazar. Apesar do partido não ter obtido quociente eleitoral suficiente para conquistar pelo menos um assento no Legislativo, Balciunas, com 449 votos, ficou entre os dez vereadores mais votados.

O PRP, diferente do ocorrido nos pleitos anteriores, em que indicara o número máximo de candidatos permitidos por lei, indicou apenas 11 nomes nesse pleito⁷⁶: Generindo L. Strapasson, Alvaro Tozzo, Martim Ferri, Etelevino Chinazzo, José Giacomel, Francisco Emilio M. Schmidt, Ney Miolo, Ezir Toldo, Getulio Paulo Pedrollo, Pedro Marçal Weimann e Vitorio Zilio.

O PDC, estreando os pleitos municipais em Erechim, indicou 6 nomes⁷⁷: Antonio Estevam Allgayer, Elmidio Magrin, Osório Timotheo Jacques, Mario Malicheski, Aladino Siszak e Guilherme Rosset.

Candidatos	Partido	Votação	%
José Mandelli Filho	PTB	8470	60,82
Domingos Menegatti	PSD (Frente Popular)	4616	33,14
Nulos		445	3,2
Branços		396	2,84
Total		13927	

QUADRO 41. Votação para prefeito em Erechim (1959). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS e na Ata final de apuração da 20ª Zona Eleitoral - Município de Erechim (1959).

Candidatos	Partido	Votação	%
Pedro Alexandre Zaffari	PTB	6776	48,65
Alderico Massignan	PSD (Frente Popular)	5975	42,9
Nulos		381	2,74
Branços		795	5,71
Total		13927	

QUADRO 42. Votação para vice-prefeito em Erechim (1959). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS e na Ata final de apuração da 20ª Zona Eleitoral - Município de Erechim (1959).

Partido	Nº Candidatos	Votação	%	Assentos
Partido Trabalhista Brasileiro	25	8041	57,74	13
Partido Social Democrático	16	2094	15,04	3
Partido Libertador	16	1504	10,8	2
Partido de Representação Popular	11	884	6,35	1
União Democrática Nacional	3	622	4,47	0
Partido Democrata Cristão	6	416	2,99	0
Nulos		77	0,55	
Branços		289	2,08	
Total	77	13927		

QUADRO 43. Resultado por legenda para a Câmara de Vereadores (1959). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS e na Ata final de apuração da 20ª Zona Eleitoral - Município de Erechim (1959).

Vereadores	Profissão	Partido	Votação	%
José Wawruk	Comerciante	PTB	688	4,94
Irany Jaime Farina	Granjeiro	PTB	641	4,6
Pedro Paulo Mandelli	Professor	PTB	630	4,52
Antonio Pereira de Souza	Agrimensor	PSD	572	4,11
Célio Osório Coimbra	Radialista	PTB	559	4,01
Oscar Abal	Comerciante	PTB	497	3,57
João Carlos Pezzi	Médico	PTB	474	3,4
Carlos Viana Petersen	Engenheiro	PTB	435	3,12
Aristides Agostinho Zambonato	Professor	PTB	415	2,98
Léo Augusto Henrique Neuls	Comerciante	PL	373	2,68
Gilson Tussi	Comerciante	PTB	349	2,51
Ítalo Rodrigues Ferreira	Madeireiro	PTB	322	2,31
Dalci Eleutério dos Santos		PTB	300	2,15
Flory Lamaison Rosa	Advogado	PSD	283	2,03
Antonio Della Costa	Comerciante	PTB	273	1,96
Alexandre Matté	Comerciante	PSD	269	1,93
Almiro Silvio Badalotti	Engenheiro	PTB	253	1,82
Generino L. Strapasson	Comerciante	PRP	209	1,5
Walter Schenatto	Escrivão	PL	191	1,37

QUADRO 44. Vereadores eleitos (1959). Fonte: Elaborado pelo autor com base em TRE-RS, na Ata final de apuração da 20ª Zona Eleitoral - Município de Erechim (1959) e Cassol (1979).

A candidatura de Mandelli Filho, quando anunciada, foi tida como favorita inclusive pela oposição — o que, de fato, se confirmou. Com mais de 60% dos votos, os erechinenses depositaram sua confiança para a terceira administração petebista e a segunda de Mandelli Filho. A popularidade do prefeito eleito pode ser aferida quando comparada com a votação obtida por seu candidato a vice-prefeito, Pedro Alexandre Zaffari, que, embora eleito, conquistou 1.694 votos a menos que Mandelli Filho. Da mesma forma, a legenda trabalhista obteve 57,74% dos votos para o Legislativo, 429 votos a menos que Mandelli Filho.

Com 78,95% de renovação, a menor observada em nosso recorte temporal, no Legislativo, o PTB novamente aumentou o número de assentos, passando de 10 para 13 lugares. O candidato mais votado, José Wawruk, também petebista, conquistou 688 votos, longe dos 1.716 votos obtidos, no pleito anterior, por Mandelli Filho ao cargo de vereador. A UDN perdia sua representatividade na Câmara de Vereadores. O PRP, em conflito interno, também sentiu o resultado encolher, inclusive na quantidade de indicações para as candidaturas de vereadores. De terceira força política passou para quarta, sendo superado pelo PL. O PSD, apesar de contar com as candidaturas de João Busatta (que recebeu 147 votos) e Wilson Watson Weber (conquistou a primeira suplência com 204 votos), em comparação ao pleito anterior, perdeu um assento.

Nos dois últimos pleitos da década de 1950, a presença de João Caruso foi notável tanto dentro do PTB quanto nas relações políticas com outras siglas. Em ambas as eleições analisadas, 1958 e 1959, em diferentes âmbitos, a influência política de Caruso ficou evidente com a organização dos diretórios municipais, o que resultou na escolha da candidatura de Leonel Brizola para o cargo de governador do Rio Grande do Sul, assim como na definição, mais uma vez, dos candidatos erechinenses para as eleições municipais.

Ainda sobre Caruso, o *A Voz da Serra*, no final de 1958, havia publicado que a sua candidatura teria sido cogitada para a disputa municipal da capital gaúcha. O objetivo da candidatura seria “evitar uma luta interna entre os deputados Daniel Ribeiro e Wilson Vargas, que se lançaram já em campanha visando à escolha do diretório metropolitano, em março vindouro”⁷⁸.

Fernando Ferrari, sobre a escolha partidária para a candidatura à Prefeitura de Porto Alegre, no pleito de 1959, expõe a participação de João Caruso, conforme segue:

Nesse ínterim, o Presidente da Comissão Executiva do PTB gaúcho, pessoa da mais absoluta confiança do Governo Brizola, aparece em cena com um papel importante a desempenhar. Fôra ele, o Sr. João Caruso, encarregado de me afastar do setor federal*, atraindo-me para a disputa da Prefeitura de Porto Alegre, como candidato oficial do Partido.

*(em nota de rodapé) É possível admitir-se que não tenha sido esta a intenção real do Sr. João Caruso. É possível admitir-se que pretendesse apenas derrotar o Sr. Wilson Vargas — usando-nos como instrumento — porquanto as profundas divergências que agora eclodem, entre um e outro, são resultados de crise antiga (FERRARI, 1961, p. 31).

Caruso também esteve, conforme matéria do jornal *Panorama*⁷⁹, “em Caxias tratando da Sucessão Municipal”. Segundo o periódico caxiense, o então Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul e presidente da executiva regional trabalhista⁸⁰ esteve em contato com alguns correligionários para tratar da sucessão municipal. Fato este compreensível, pois, como “Presidente da Comissão Executiva do PTB gaúcho”⁸¹, caberia a Caruso o trânsito e a influência nos diretórios municipais de seu partido.

Inicialmente, havíamos planejado para este capítulo abordar as análises, além dos pleitos de 1958 e 1959, também das disputas de 1960, 1962 e 1963. Entretanto, o contexto político e social da década de 1960 é muito importante e complexo. Assim, uma análise menos profunda poderia ocasionar simplificações. Portanto, optamos por não abordar os pleitos posteriores ao de 1959.

Notas finais

- ¹ A VOZ DA SERRA, 17/10/1957. Erechim.
- ² A VOZ DA SERRA, 25/12/1957. Erechim.
- ³ A VOZ DA SERRA, 22/10/1957. Erechim.
- ⁴ A VOZ DA SERRA, 22/10/1957. Erechim.
- ⁵ A VOZ DA SERRA, 22/10/1957. Erechim.
- ⁶ A VOZ DA SERRA, 19/11/1957. Erechim.
- ⁷ A VOZ DA SERRA, 24/11/1957. Erechim.
- ⁸ A VOZ DA SERRA, 25/12/1957. Erechim.
- ⁹ A VOZ DA SERRA, 04/02/1958. Erechim.
- ¹⁰ A VOZ DA SERRA, 14/01/1958. Erechim.
- ¹¹ A VOZ DA SERRA, 22/01/1958. Erechim.
- ¹² A VOZ DA SERRA, 23/05/1958. Erechim.
- ¹³ A VOZ DA SERRA, 23/05/1958. Erechim.
- ¹⁴ A VOZ DA SERRA, 08/06/1958. Erechim.
- ¹⁵ A VOZ DA SERRA, 08/06/1958. Erechim.
- ¹⁶ A VOZ DA SERRA, 15/06/1958. Erechim.
- ¹⁷ A VOZ DA SERRA, 29/06/1958. Erechim.
- ¹⁸ A VOZ DA SERRA, 08/07/1958. Erechim.
- ¹⁹ A VOZ DA SERRA, 30/09/1958. Erechim.
- ²⁰ A VOZ DA SERRA, 30/09/1958. Erechim.
- ²¹ A VOZ DA SERRA, 1º/10/1958. Erechim.
- ²² A VOZ DA SERRA, 21/09/1958. Erechim.
- ²³ A VOZ DA SERRA, 24/09/1958. Erechim.
- ²⁴ A VOZ DA SERRA, 10/06/1958. Erechim.
- ²⁵ A VOZ DA SERRA, 08/07/1958. Erechim.
- ²⁶ A VOZ DA SERRA, 28/02/1958. Erechim.
- ²⁷ A VOZ DA SERRA, 02/11/1958. Erechim.
- ²⁸ A VOZ DA SERRA, 29/01/1959. Erechim.
- ²⁹ Fonte: STJ.
- ³⁰ A VOZ DA SERRA, 06/10/1957. Erechim.
- ³¹ A VOZ DA SERRA, 26/11/1958. Erechim.
- ³² Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 22/05/1959. Erechim. Aristides Zambonato “Congratula-se com a escolha do nome de JOSÉ MANDELLI FILHO, nobre e digno componente do LEGISLATIVO de ERECHIM, para disputar, no pleito de OUTUBRO do ano corrente, como candidato do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, o alto posto de PREFEITO MUNICIPAL”.
- ³³ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 22/05/1959. Erechim.
- ³⁴ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 22/05/1959. Erechim.
- ³⁵ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 22/05/1959. Erechim.
- ³⁶ A VOZ DA SERRA, 02/06/1959. Erechim.
- ³⁷ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 29/05/1959. Erechim.

- ³⁸ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 29/05/1959. Erechim.
- ³⁹ A VOZ DA SERRA, 20/11/1957. Erechim.
- ⁴⁰ A VOZ DA SERRA, 27/11/1957. Erechim.
- ⁴¹ A VOZ DA SERRA, 12/05/1959. Erechim.
- ⁴² A VOZ DA SERRA, 12/05/1959. Erechim.
- ⁴³ A VOZ DA SERRA, 07/06/1959. Erechim.
- ⁴⁴ A VOZ DA SERRA, 19/06/1959. Erechim.
- ⁴⁵ A VOZ DA SERRA, 19/06/1959. Erechim.
- ⁴⁶ A VOZ DA SERRA, 28/06/1959. Erechim.
- ⁴⁷ A VOZ DA SERRA, 28/07/1959. Erechim.
- ⁴⁸ A VOZ DA SERRA, 15/07/1959. Erechim.
- ⁴⁹ A VOZ DA SERRA, 15/07/1959. Erechim.
- ⁵⁰ A VOZ DA SERRA, 15/07/1959. Erechim.
- ⁵¹ A VOZ DA SERRA, 28/07/1959. Erechim.
- ⁵² A VOZ DA SERRA, 02/08/1959. Erechim.
- ⁵³ A VOZ DA SERRA, 02/08/1959. Erechim. A imagem da lista foi publicada no corpo da matéria.
- ⁵⁴ A VOZ DA SERRA, 31/07/1959. Erechim.
- ⁵⁵ A VOZ DA SERRA, 03/09/1959. Erechim.
- ⁵⁶ A VOZ DA SERRA, 03/09/1959. Erechim.
- ⁵⁷ A VOZ DA SERRA, 03/09/1959. Erechim.
- ⁵⁸ A VOZ DA SERRA, 13/09/1959. Erechim.
- ⁵⁹ A VOZ DA SERRA, 15/09/1959. Erechim.
- ⁶⁰ A VOZ DA SERRA, 15/09/1959. Erechim.
- ⁶¹ A VOZ DA SERRA, 16/09/1959. Erechim.
- ⁶² A VOZ DA SERRA, 16/09/1959. Erechim.
- ⁶³ A VOZ DA SERRA, 20/09/1959. Erechim.
- ⁶⁴ A VOZ DA SERRA, 10/09/1959. Erechim.
- ⁶⁵ A VOZ DA SERRA, 21/09/1959. Erechim.
- ⁶⁶ A VOZ DA SERRA, 24/09/1959. Erechim.
- ⁶⁷ A VOZ DA SERRA, 24/09/1959. Erechim. Segue trecho do ofício enviado por Galli ao periódico:
“Erechim, 23 de setembro de 1959. Ilmo. Sr. Estevam Carraro
DD. Diretor da A VOZ DA SERRA.
NESTA
Prezado amigo e senhor:
Com o presente participo-lhe que ontem à noite apresentei a minha renúncia à candidatura ao cargo de Prefeito, em reunião realizada com os distintos membros da Comissão Central do movimento popular que propugnou pelo lançamento de meu nome.
Motivos de ordem pessoal, alguns especialmente ligados ao meu estado de saúde, carecente que está de um longo e especializado tratamento, impediram a continuação das demarches que se desenvolviam no sentido de participar como figura de prôa na próxima campanha sucessória municipal, e assim, as conversações e entendimentos a esse respeito não puderam chegar a bom termo, ficando a minha candidatura, portanto, definitivamente retirada [...]”.

- ⁶⁸ A VOZ DA SERRA, 02/10/1959. Erechim.
- ⁶⁹ A VOZ DA SERRA, 24/09/1959. Erechim.
- ⁷⁰ A VOZ DA SERRA, 29/09/1959. Erechim.
- ⁷¹ A VOZ DA SERRA, 06/10/1959. Erechim.
- ⁷² A VOZ DA SERRA, 29/09/1959. Erechim.
- ⁷³ ATA FINAL DE APURAÇÃO. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 09/11/1959.
- ⁷⁴ ATA FINAL DE APURAÇÃO. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 09/11/1959.
- ⁷⁵ ATA FINAL DE APURAÇÃO. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 09/11/1959.
- ⁷⁶ ATA FINAL DE APURAÇÃO. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 09/11/1959.
- ⁷⁷ ATA FINAL DE APURAÇÃO. 20ª Zona Eleitoral - Erechim. 09/11/1959.
- ⁷⁸ A VOZ DA SERRA, 21/12/1958. Erechim.
- ⁷⁹ PANORAMA, 13/06/1959. Caxias do Sul.
- ⁸⁰ A VOZ DA SERRA, 28/08/1959. Erechim.
- ⁸¹ De acordo com Ferrari (1961, p. 31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo brasileiro, desacostumado com a democracia e com a livre escolha de seus representantes, viveu no pós-guerra um momento ímpar. Uma vez que, atualmente, temos eleições a cada 2 anos apenas, no período em que iniciou a democracia brasileira até sua suspensão em 1964, as movimentações políticas foram constantes. Ocorreram eleições em 1945, duas disputas em 1947, 1950, 1951, 1954, 1955, 1958, 1959, 1960, 1962 e 1963.

Para o sucesso pessedista ocorrido na primeira eleição de nosso recorte, o pleito de 1945, consideramos que boa parte dos getulistas erechinenses, ainda integrados nas fileiras do PSD, deram ao partido 68,42% dos votos aos candidatos para a Câmara dos Deputados e 92,39% dos votos para os candidatos ao Senado, Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles. Da mesma forma, podemos inferir que parte do sucesso eleitoral, sobretudo na votação do candidato a deputado federal Adroaldo Mesquista, é atribuído ao importante cabo eleitoral local, o padre Benjamim Busato.

Ainda na segunda metade da década de 1940, o PSD, na sequência das disputas, obteve êxito ao eleger Américo Godoy Ilha para a Assembleia gaúcha e, na primeira eleição municipal, conquistou a vitória, elegendo prefeito, vice-prefeito e obtendo maioria no Legislativo.

No início da década de 1950, o PSD local já se encontrava *desgetulizado*, uma vez que Getúlio Vargas conquistou 46,44% dos votos para a presidência da República pelo PTB, muito distante dos 92,39% obtidos para a vaga no Senado em 1945. Devido ao PTB estar consolidado como força política, aos contextos políticos e sociais da época, bem como à transferência do padre Benjamim Busato no início da década, houve significativas perdas eleitorais para o PSD nos pleitos municipais dos anos 1950.

As características entre PSD e PTB na escolha de seus candidatos locais para os pleitos estaduais e federais, com exceção das disputas de 1947 e 1950, devido a claras motivações internas, seguiram padrões diferentes. O primeiro não encontrava problema em indicar mais que um candidato; já o segundo, como estratégia para a não fragmentação dos votos e o sucesso eleitoral de seus escolhidos ou, ainda, por interesses da cúpula partidária, acabava indicando somente um representante.

Conforme já mencionado, segundo Bodea (1992, p. 16), “o PRP entraria em rápido declínio a partir da década de cinquenta, sendo gradualmente deslocado pelo Partido Democrata Cristão (PDC)”. Em Erechim, a diminuição do capital político perrepista é observada no momento em que a aliança entre PTB e PRP, para a eleição de Leonel Brizola, é costurada em âmbito estadual. O choque entre Rodrigo Magalhães dos Santos, então presidente do partido, e João Busatta, vereador perrepista em exercício, por candidaturas únicas em Erechim, teria sido um dos motivos. Porém, não podemos deixar de destacar a influência de João Caruso que, interferindo no diretório

municipal perrepista durante as eleições municipais de 1959, forçou o abandono da candidatura de Busatta em favor de Zaffari.

Sem uma análise profunda nos debates e nas votações dos projetos durante as legislaturas da década de 1950, o PRP, mesmo com a aliança estadual em torno da candidatura de Leonel Brizola, em 1958, esteve mais próximo da Frente Democrática que do PTB. Com a migração partidária de Rodrigo Magalhães dos Santos do PTB para PRP e da atividade parlamentar do perrepista João Busatta, caberia uma análise, se fossem localizadas as atas dos diretórios municipais do PRP e PTB¹, dos debates intrapartidários, para elucidar os conflitos que, por ventura, estivessem em pauta entre as duas lideranças.

A queda de braço travada — com os constantes ataques públicos de Rodrigo Magalhães dos Santos a João Caruso e este, ao menos pelas páginas do *A Voz da Serra*, em silêncio, articulando seus candidatos, observando o desempenho eleitoral de ambos durante as disputas em que estiveram envolvidos — permite-nos atribuir a vitória ao organizador da USB em Erechim. Caruso teve oscilações de eleitorado no município, mas sempre permaneceu no topo. Já os ataques de Magalhães dos Santos a Caruso, de certa forma, podem ser justificados: de fato, o petebista imperou no diretório municipal, ocasionando desfiliações, inclusive de políticos inicialmente ligados à USB de Pasqualini, como é o caso de Raymundo Fiorelo Zanin.

Além do mais, quanto à influência de Caruso, corroboramos com Zambonato (1997, p. 24) quando nos informa que “Eduardo Pinto já estivera no PTB, mas como João Caruso, devido ser italiano, não podia concorrer para deputado federal ou senador, não abria mão de sua candidatura sucessiva a deputado estadual”. O motivo que

¹ De acordo com Cassol (1979, p. 238), no que tange às atas do PTB local, “parece, foram queimadas em 1964”. Com o golpe ocorrido em 1964 e a presença do destacamento volante em Erechim, a possibilidade do desaparecimento proposital das atas é justificada.

levou Pinto a se desfiliar do PTB, embora não esteja explicitamente apresentado no *A Voz da Serra*, foi justamente a insatisfação nas escolhas das candidaturas locais para deputado estadual e deputado federal no pleito de 1954.

Com palavra definitiva na escolha do candidato petebista no pleito municipal de 1951, influência na escolha da candidatura de Alberto Pasqualini, em 1954, participação ativa na escolha pela candidatura de Leonel Brizola e também influência na coligação partidária entre PTB e PRP que ocasionou, em 1958, um conflito no diretório perrepista local e, nas eleições municipais de 1959, na resolução pelo apoio à candidatura petebista, bem como sua candidatura permanente, de 1951 até 1962 à Assembleia Legislativa, ao nome de João Caruso caberia uma pesquisa exclusiva em torno de sua atuação política. Como não é objetivo deste trabalho, concluímos, através de nossa análise, que a participação de Caruso no cenário do Grande Erechim é constante, importante e muito significativa.

De acordo com D'Araujo (1996, p. 85):

Desde logo observa-se que o PTB não era, a exemplo do PSD e mesmo da UDN, um partido de corte federativo. Era, ao contrário, uma organização centralizada, quer da perspectiva formal, quer do ponto de vista de sua prática corrente. Isso fica demonstrado pelos dispositivos constantes em seus regulamentos, pela prática, sutil ou não, com que os dirigentes tentavam contornar os textos legais, pela forma como eram compostos os órgãos dirigentes do partido, responsáveis por todas as decisões importantes na agremiação, e, principalmente, pela ausência de regras explícitas sempre que se tratava de referendar interesses ou as ordens do chefe.

Com isso, em um partido que toma feições centralizadoras, podemos avaliar que, para um político habilidoso e temeroso de seu espaço, que anseia por cargos federais — o caso do próprio Brizola —, a liderança e apoio de João Caruso, dono de um capital político indiscutível, seria a combinação perfeita para uma aliança duradoura. Uma vez que o seu cabo eleitoral nunca poderá, salvo se a constituição for alterada, concorrer ao mesmo cargo que você, ou seja, se tornar um rival, a fidelidade e compromisso com o seu projeto terá um engajamento diferenciado.

Os operários que estiveram presentes na primeira diretoria petebista em Erechim, embora não tenhamos analisado o perfil dos candidatos não eleitos, mesmo que indicados como candidatos nas disputas municipais, de acordo com as fontes analisadas, não tiveram destaque. Da mesma forma, não observamos a presença de operários nas articulações partidárias expostas na imprensa.

A questão da atuação dos trabalhadores, nas diretorias do PTB, também é abordada por D'Araujo (1996, p. 63) quando diz que, na constituição do PTB nacional e do PTB carioca, “os dirigentes foram escolhidos em função do exercício de algum mandato sindical ou de alguma representatividade junto aos trabalhadores”. Ainda conforme D'Araujo (1996, p. 66), a significativa participação dos trabalhadores seria um problema na formação de alianças.

A agitação política no início dos anos 1960, em Erechim, já dava uma amostra na eleição para vice-presidente daquele ano. No pleito de 1955, João Goulart havia sido o preferido do eleitorado erechinese para o cargo. Contudo, em 1960, Fernando Ferrari, ex-correligionário de Goulart, já organizando o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) entrou em campanha pelo PDC. Fernando Ferrari, assim como no Rio Grande do Sul, foi o melhor colocado em Erechim, com 6.366 votos¹ (43,41%), frente a 5.567² votos (37,96%) recebidos por

Goulart. Porcentagem, aliás, bem próxima do resultado estadual que, de acordo com Cánepa (2005, p. 295), foi de 44,12% para Ferrari contra 37,42% de Goulart.

Com a organização do MTR, Fernando Ferrari fez com que alguns petebistas locais, eleitos no pleito municipal de 1959, entrassem em choque. Em uma análise superficial sobre os debates legislativos da Câmara de Vereadores de Erechim, temos como prova do embate, as discussões ocorridas na sessão do dia 21 de julho de 1961³. Nela, Oscar Abal acusa Célio Osório Coimbra, seu colega de bancada, de ser “daqueles que não tem partido. Já estive na U.D.N., no P.S.D., e agora, no P.T.B., porque S. Excia. só queria se eleger”. O descontentamento com seus correligionários, por parte de Célio Osório Coimbra, levou-o a solicitar seu desligamento da bancada petebista. Na reunião do dia 10 de novembro de 1961, o vereador petebista apresentou o comunicado à presidência do Legislativo:

O vereador abaixo assinado vem, respeitosamente, a presença de V. Excia., afim de comunicar que, a partir desta data, considera-se desligado da BANCADA do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, nesta CÂMARA MUNICIPAL⁴

Célio Osório Coimbra, no pleito estadual de 1962, concorrendo ao cargo de deputado estadual pelo partido de Ferrari, conquistou 1.387 votos em Erechim. Para efeito de comparação, o resultado de Coimbra foi superior à votação do veterano pessedista Antonio Pereira de Souza, que conquistou 1.369 votos para o mesmo cargo e pleito no município. Na mesma disputa, João Caruso, eleito novamente para uma vaga na Assembleia, obteve 5.810 votos. Já o prefeito petebista José Mandelli Filho, concorrendo a uma vaga no Congresso Federal, conquistou em seu domicílio eleitoral 7.682 votos.⁵

A popularidade de José Mandelli Filho ainda seria verificada em outras quatro ocasiões para o cargo de deputado federal: 1966, 1970, 1974 e 1978, quando, respectivamente recebeu, em Erechim, 6.673 votos, 6.429 votos, 8.780 votos e 7.875 votos.⁶ Com exceção do pleito de 1962 e 1978, todas as suas disputas foram vencidas. Contudo, com o golpe militar e a cassação de deputados federais petebistas, Mandelli Filho, assumiu o cargo de deputado em 27 de abril de 1964.⁷

Se no âmbito estadual, para o Executivo, tivemos PSD e PTB alternando nas vitórias dos pleitos de 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962, em âmbito municipal, o PTB só não venceu a disputa para o cargo de prefeito e vice-prefeito nos pleitos de 1947 e 1963. No caso de 1963, a escolha do PTB pela candidatura de Waldomiro Claudino Galli para o cargo máximo, inferimos a possibilidade de ter sido negociada nas preparações para o pleito de 1959. Na ocasião, Galli desistiu da candidatura paralela em que disputaria contra José Mandelli Filho.

Porém, cabe salientar que o candidato que pôs fim ao ciclo de 12 anos do PTB à frente do Executivo, foi um ex-petebista. Eduardo Pinto foi eleito prefeito pelo Partido Libertador, embora, de acordo com Zambonato (1997, p. 24), “suas tendências políticas e pessoais se afinassem mais com esquerda”, ou seja, mais próximas ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Para o pleito de 1963, o Legislativo erechinense, que antes possuía 19 assentos, passou a abrigar 11 representantes. Com o resultado, os lugares foram preenchidos por cinco vereadores do PTB, três vereadores do PSD, um vereador do PDC, um vereador da UDN e um vereador do PL. Apesar do PTB conquistar mais assentos que cada partido individualmente, a oposição formou maioria, pois PL, PSD, UDN, PDC e PRP estavam unidos sob aliança denominada de Ação Democrática Popular (ADP)⁸. Outro ponto observado, considerando que na disputa de 1959 concorreram pela sigla pessedista, foi a candi-

datura de João Busatta para o cargo de vereador, pelo PRP, e de Wilson Watson Weber, pelo PSP. Ou seja, as situações nos diretórios perre-
pista e pessepista sofreram alterações desde o último pleito municipal.

Abaixo acrescentamos três gráficos para apresentar o desempenho eleitoral dos partidos nas disputas pelos cargos de prefeito, vice-
-prefeito e vereadores.

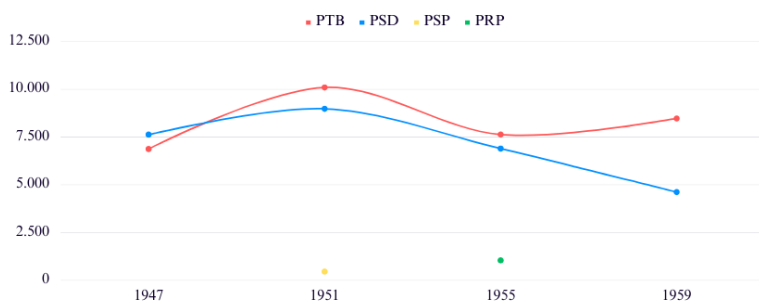


GRÁFICO 1. Disputas para prefeito. Fonte: Elaborado pelo autor com base nos capítulos 1, 2 e 3 deste livro.

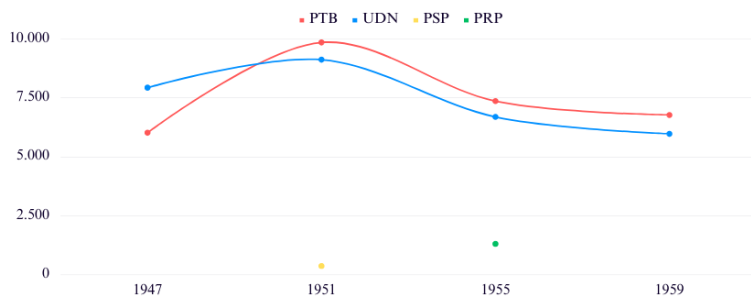


GRÁFICO 2. Disputas para vice-prefeito. Fonte: Elaborado pelo autor com base nos capítulos 1, 2 e 3 deste livro.

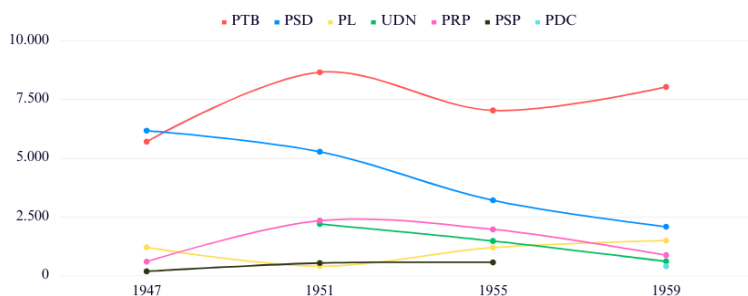


GRÁFICO 3. Disputas para o Legislativo municipal. Fonte: Elaborado pelo autor com base nos capítulos 1, 2 e 3 deste livro.

Com base nos gráficos das disputas majoritárias, a diferença na votação dos candidatos do mesmo partido ocorreu de forma mais sutil em 1951 e de forma mais acentuada em 1959, pleitos em que José Mandelli Filho concorreu pelo PTB. No Legislativo, em ordem de votos obtidos, com exceção de 1947, o PTB manteve-se em primeiro lugar, seguido do PSD. Na parte inferior do gráfico, considerando todos os pleitos, PL e PRP, em duas ocasiões cada, estiveram em terceiro lugar. A UDN, com exceção da disputa de 1947, cuja votação individual não conseguimos aferir, e 1959, ocasião em que indicou somente 3 candidatos, manteve-se em quarto lugar. Podemos considerar que, durante o período analisado, os partidos com maior relevância foram PTB, PSD, PRP, UDN e PL.

No gráfico seguinte, expomos a votação obtida, considerando os pleitos tanto em âmbito estadual como federal, no município de Erechim, pelos principais nomes citados em nossa pesquisa.

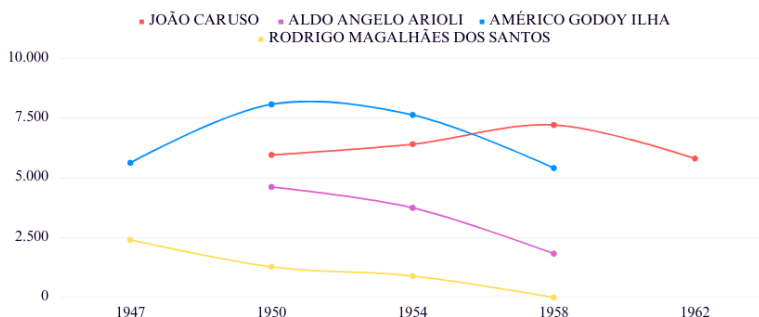


GRÁFICO 4. Disputas deputados erechinenses. Fonte: Elaborado pelo autor com base nos capítulos 1, 2 e 3 deste livro.

O pessedista Américo Godoy Ilha, embora tenha declinado, nunca teve votação abaixo de 5.000 votos. Já o petebista João Caruso, sempre concorrendo a deputado estadual, manteve-se entre 5.000 e 7.500 votos. Os candidatos Aldo Ângelo Arioli e Rodrigo Magalhães dos Santos foram os que mais sentiram encolher seus capitais políticos. Para Arioli, a característica do PSD em indicar mais de um candidato local e a atividade parlamentar municipal de Antonio Pereira de Souza acabaram ocasionando prejuízo de votos. Já a trajetória de Magalhães dos Santos — embora também tenha se envolvido nas disputas municipais, após se desvincular do PTB e sem o total apoio dos perrepostas erechinenses —, em comparação aos demais nomes, foi a que mais sofreu perda de capital político.

A representatividade erechinense, considerando os eleitos para a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, de 1945 até 1959, declinou. Se, em 1947, o eleitorado erechinense havia eleito três representantes para a Assembleia gaúcha, em 1958, apenas João Caruso foi eleito deputado estadual. Da mesma forma, podemos considerar que o auge da representatividade local ocorreu no pleito de 1950, quando foram eleitos dois deputados estaduais e dois deputados federais.

No episódio do Golpe Militar de 1964, de acordo com Baldissera (2005, p. 130), “somente na região de Erechim foram feitas du-

zetas detenções para averiguações, porém a maioria das pessoas foi solta após depoimento”. Em uma região em que o PTB tinha grande força política, e no caso de Erechim, esteve à frente das disputas eleitorais, as considerações apontadas por Baldissera (2005), na obra intitulada *Onde estão os Grupos de Onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai - RS*, em que apresenta as ações do destacamento volante, sob o comando do Coronel Gonçalves Curio de Carvalho, em busca de “subversivos”, fazem todo o sentido.

Da mesma forma verificamos que, durante a campanha da legalidade, liderada pelo governador Leonel Brizola, em 1961, parte dos pessedistas erechinenses estiveram em seu favor e, no período que seguiu ao Golpe Militar, aconteceu o que afirma Baldissera (2005, p. 179): “os que, outrora, eram defensores da legalidade, agora eram apresentados como os que queriam destruí-la”.

A demografia eleitoral nos pleitos analisados, se observarmos de forma mais aprofundada, apresenta uma região com características heterogêneas. Não havia uma distribuição linear dos votos. Ou seja, cada distrito possuía suas características e sua força política. Inferimos que, devido a este fenômeno, com base na imprensa local, os desmembramentos foram estratégias calculadas de seus representantes. Como exemplo podemos citar a questão de Aratiba que — uma vez que o Governo do Estado era exercido pelo PSD, considerando os votos pessedistas na disputa entre Carlos Irineu Pieta e Ângelo Emílio Grando, em favor do segundo — teve seu reconhecimento somente um dia após o pleito eleitoral de 1955. Igualmente, a emancipação conjunta dos distritos Campinas e Jacutinga, na qual, de acordo com o *A Voz da Serra*, possuíam quase o mesmo número de eleitores — 1.815 para Jacutinga e 1.721 para Campinas⁹ —, embora cada um tivesse uma maioria partidária — em Jacutinga, o PSD era mais forte, enquanto em Campinas, o

PTB. Portanto, o desmembramento individual poderia ocasionar perdas desiguais para os partidos e para os políticos erechinenses.

O presente trabalho não tem como interesse esgotar o assunto sobre a política. Muito pelo contrário, nossa intenção é abrir o leque de possibilidades para novas pesquisas. Que possa servir de base para novas perguntas e problematizações, sobretudo no que tange à história regional. Algumas lacunas não foram preenchidas devido à falta de localização de fontes documentais e também pelo curto tempo para o aprofundamento em tantas possibilidades, dentre as quais poderíamos apontar: a aproximação de Henrique Pagnoncelli com Fernando Ferrari de fato ocorreu? Se ocorreu, foi a causa da não indicação de sua candidatura no pleito estadual de 1958? Como ficou a sua relação com o diretório municipal do PTB?

Da mesma forma, referente ao período que engloba os dois pleitos eleitorais de 1947, estadual no início do ano e municipal no fim do ano, pela ausência das edições do *A Voz da Serra*, não conseguimos analisar quais foram as movimentações através da imprensa escrita. O acesso à documentação do período ou às próprias edições do periódico local poderiam apresentar novos questionamentos e novas verificações nos arranjos eleitorais daquelas disputas.

Para finalizar, esperamos ter contribuído para o entendimento e compreensão do comportamento político partidário, a partir de 1945 até, extrapolando o que o título do livro sugere, o início da década de 1960 na região do Grande Erechim. Nossa preocupação com o estudo da história regional foi demonstrar que cada espaço, quando delimitado para uma pesquisa, pode apresentar características únicas não observadas em análises gerais. Contudo, mesmo quando o espaço delimitado é restrito, devido à impossibilidade de ser desvinculado do geral, jamais permitirá o esgotamento de problematizações e questionamentos.

Notas finais

¹ Fonte NUPERGS.

² Fonte NUPERGS.

³ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 21/06/1961. Erechim.

⁴ Cópia das atas da Câmara de Vereadores de Erechim. 10/11/1961. Erechim.

⁵ Ata Final - Eleições realizada em 07/10/1962. Município de Erechim, São Valentim, Erval Grande, Aratiba e Gaurama - para governador, senadores, deputado federal e deputado estadual. 20ª Zona Eleitoral do Rio Grande do Sul. Erechim.

⁶ Fonte NUPERGS.

⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. José Mandelli Filho.

⁸ Registro de Candidatos do ADP. 20ª Zona Eleitoral do Rio Grande do Sul, 26/09/1963. O PSD, apoiou o candidato da ADP a prefeito e recebeu o apoio para o seu candidato a vice-prefeito, porém, para a contabilização dos votos para a Câmara de Vereadores, o PSD não esteve coligado com a ADP.

⁹ A VOZ DA SERRA, 02/09/1958. Erechim.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia.. In: Colóquio História e Imprensa, 1998, Rio de Janeiro. **História e Imprensa**: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. v. 1. p. 59-65.

ALVES, Samuel da Silva. Brizola, as eleições de 1958 e as disputas em torno do Trabalhismo no Rio Grande do Sul (1956-1959). **Cadernos de História**, v. 21, n. 35, p. 242-267, 17 dez. 2020.

ANGELI, Douglas Souza. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: Revisitando interpretações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 559-578, set/dez 2020a.

ANGELI, Douglas Souza. **O candidato do povo**: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise. 2020. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020b.

ARAUJO, Gilvani Alves de. **O Hic Fuit Ernani Reichmann**: dispersão e angústia subjugada nas cartas de 1939 a 1955. Orientadora: Dra. Rose-

li Boschilia. 2021. 325 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ASTURIAN, Marcos Jovino. **Em busca do convencimento**: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954). Orientador: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel. 2011. 143 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

ASTURIAN, Marcos Jovino; CASSOL, Ernesto. A trajetória política de João Caruso Scuderi na experiência democrática brasileira (1945-1964). In: ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; BOMBARDELLI, Maura; TORRES, Anderson Vargas (org.). **Trajetórias políticas**: no trabalhismo do Rio Grande do Sul (anos 1940-1960). Passo Fundo: Acervus, 2022. cap. VIII, p. 245-263. E-book (290 p.); PDF.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze?**: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai - RS. Passo Fundo: UPF, 2005. 192 p.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1979. 204 p.

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educcere et Educare**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. p. 147-162, 2009. DOI: 10.17648/educare.v4i7.1739. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1739>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BARROS, José D'Assunção. História Local e História Regional: a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, jul-dez. 2022.

BATISTELLA, Alessandro. **O bipartidarismo em Passo Fundo/RS**: 1965-1982. Passo Fundo: Acervus, 2020. 277 p. 1.5MB; PDF.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. **Décadas de Poder**: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945 - 1967. Orientador: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel. 2006. 263 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. cap. 3, p. 57-98.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura. **Fernando Ferrari: perfil biográfico, discursos no Parlamento Gaúcho e imagens (1947-1951)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2012. 548 p. (Série Perfis Parlamentares; n. 12). ISBN 978-85-66054-05-7. Disponível em: <https://ww2.al.rs.gov.br/biblioteca/>.

BRASIL.Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: [Departamento de Imprensa Nacional], [1950].

BRASIL.Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: 2º volume: eleições federais e estaduais realizadas em 1950. Rio de Janeiro: [Departamento de Imprensa Nacional], [1952]. v. 2.

BRASIL.Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: 3º volume: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 E 1955. Rio de Janeiro: [Departamento de Imprensa Nacional], [1958]. v. 3.

BRASIL.Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: 4º volume: eleições federais e estaduais realizadas em 1958. Rio de Janeiro: [Departamento de Imprensa Nacional], [1961]. v. 4.

CALIL, Gilberto. Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 351–382, jan. 2011.

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 431 p.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Cese/Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. José Mandelli Filho. In: _____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-mandelli-filho>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CHIAPARINI, Cleiton Mateus. **José Mandelli Filho**: O legado trabalhista em Erechim (1952 a 1963). Orientador: Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti. 2005. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em História) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Erechim, Erechim, 2005.

CIMA, Sônia Mári. **Padre Busato**: um protagonista na história política de Erechim (1926-1950). Orientador: Prof^a. Dra. Eliane Lucia Colussi. 2002. 162 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha**: 1930-1964. Tradução: Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 323 p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989. 317 p.

DIAS, André Bonsanto. Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as rememorações do golpe de 1964, cinquenta anos depois. **LUMINA Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação UFJF**, Juiz de Fora, v. 8, ed. 2, p. 1-17, 2014.

DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e Sua História**. Porto Alegre: Grafosul, 1981. 376 p.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma & Poder**: O PTB de 1945-65. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 192 p.

ESPIG, M. J. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 269-289, 1998. DOI: 10.15448/1980-864X.1998.2.27266. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 200 p.

FERRARI, Fernando. **Minha Campanha**. Porto Alegre: Globo S.A., 1961. 238 p.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O Sistema Partidário: A redemocratização (1945-64). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República**: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4, cap. III, p. 59-82.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. 352 p. E-book (352 p.).

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 337 p. E-book (337 p.).

HEINZ, Flávio M. **O Parlamento em tempos interessantes**: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982 / Flávio M. Heinz; Jonas Moreira Vargas; Angela Flach; Daniel Roberto Milke – Porto Alegre: CORAG, 2005. 108p. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3).

HIPPOLITO, L. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. **Anos 90**, [S. l.], v. 11, n. 19, p. 21–47, 2004. DOI: 10.22456/1983-201X.6350. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6350>. Acesso em: 6 maio. 2023.

JUREMA, Abelardo de Araujo. **Juscelino & Jango**: PSD & PTB. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1979. 258 p.

KONRAD, Diorge Alceno. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul Republicano: Parte 3 - 1945-1964 - A Terceira República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (org.). **O Parlamento Gaúcho**: da Província de São Pedro ao Século XXI. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. p. 126-143. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspxfileticket=1vNn6SzvynA%3D&tabid=3454>. Acesso em: 16 jan. 2023.

LOCH, Salus. Em sete décadas, Alto Uruguai teve apenas 5 deputados federais nascidos na região. **Jornal Boa Vista**, Erechim, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://jornalboavista.com.br/em-sete-decadas-alto-uruguai-teve-apenas-5-deputados-federais-nascidos-na-regiao/>. Acesso em: 3 maio 2023.

LOTTERMANN, Luiz Alfredo Fernandes. **Quem é quem?: A elite política passo-fundense (1945-1988)**. Passo Fundo: Acervus, 2020. 259 p. PDF.

MATTOS, Melissa Laus. **Ecos da Modernidade no Alto Uruguai Gaúcho**: o caso de Erechim. Orientador: Ana Maria Gadelha Albano Amora. 2020. 461 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) - UFRJ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2020.

MORAES, Fernando Dreissig de; CUNHA, Laurie Fonfoka (org.). **Ge-**

nealogia dos municípios do Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), 2018. 59 p. PDF.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Derrubando Florestas, Plantando Povoados:** A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Orientador: René Ernani Gertz. 2007. 395 p. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2007.

NUPERGS/UFRGS, **Banco de dados eleitorais.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nupergs/banco/> Acesso em: 23 de abril de 2023.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. **O PSD no Rio Grande do Sul:** o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias. Orientador: Sandra Maria Lubisco Brancato. 2008. 270 p. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OPPO, Anna. Verbete “partidos políticos”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política.** Tradução: Carmen C. Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Casais. 11 ed. Brasília: UNB, 1998. p. 898-905.

PEREIRA, Wagner William. **A imprensa escrita e os comunistas em Erechim no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964.** 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

QUELER, Jefferson José. Os sentidos do Queremismo: disputas políticas em torno do conceito na redemocratização de 1945. **História (São Paulo)**, v. 35, p. e104, 2016.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências.** Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Tradução: Dora Rocha. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. cap. 2, p. 37-55.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.).

Por uma História Política. Tradução: Dora Rocha. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. cap. 1, p. 13-36.

RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani. História: abril mês de rememorar Gladstone Osório Mársico. **Jornal Bom Dia**, Erechim, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://jornalbomdia.com.br/noticia/44832/historia-abril-mes-de-rememorar-gladstone-osorio-marsico>. Acesso em: 28 julho 2023.

SAMPAIO, Hiram. Alguns dados estatísticos sobre o município de Erechim. **Revista de Erechim**: Sociedade, Cultura, Arte, Erechim, ed. 9-10, 1952. p. 36-37.

SANTIN, Janaína Rigo; TEIXEIRA, Carlos. Instituições do poder local no Brasil e em Angola. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 1571-1596, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/44620. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3509/350964600003/movil/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S. A., 1975. 512 p.

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (org.). **O Parlamento Gaúcho**: da Província de São Pedro ao Século XXI. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. 246 p. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=1v-Nn6SzvynA%3D&tabid=3454>. Acesso em: 16 jan. 2023.

STJ, **Publicações Institucionais**. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/coletanea/article/download/1711/1634>. Acessado em: 10 de jun. de 2023.

STOPPINO, Mario. Verbete “poder”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Casais. 11 ed. Brasília: UNB, 1998. p. 933-943.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze**: uma insurreição reprimida. Passo Fundo: UPE, 2003. 276 p.

TRE-RS, **Resultados das eleições**. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acessado em: 15 de maio de 2023.

TSE, **Portal de Dados Abertos do TSE**. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/> Acessado em: 23 de abril de 2023.

VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal; SILVA, Mauricelia Cordeira da; SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 82–90, jan. 2013.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim: São Cristóvão, 1997. 221 p.

ZAMIN, Ângela Maria. RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **A Rede da Legalidade no interior Gaúcho**. In: III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005, Novo Hamburgo - RS. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Novo Hamburgo - RS: Rede Alfredo de Carvalho, 2005. V.00.

Arquivos consultados

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font - Erechim.

Câmara de Vereadores de Erechim.

Cartório da 20ª e 148ª Zona Eleitoral do Rio Grande do Sul - Erechim.

Hemeroteca Digital - <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Periódicos

A Época - nov. 1947 - Caxias do Sul.

A Voz da Serra - 1945, 1951, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1961, 1964 - Erechim.

Correio Riograndense - dez. 1947, out. 1950, jan. 1952 - Garibaldi.

Jornal do Dia - set. 1947, fev. 1949, out. 1957 - Porto Alegre.

Com a análise das disputas pelo poder político em Erechim, há a possibilidade de verificar a lógica político-partidária e de apresentar algumas das articulações ocorridas no período em questão. Se ampliarmos o olhar para todos os municípios desmembrados de Erechim, a presente pesquisa fornece a compreensão de possíveis acordos para a emancipação destes. A respeito, estritamente, do município atual de Erechim, o livro contribui para apresentar a rica representatividade parlamentar que o município teve na década de 1950. Assim, com um olhar crítico sobre os eventos e personalidades, buscamos a valorização da história regional.

